

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GABRIEL BORELA FRANZONI

**INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIA SOCIAL: O CASO DA CADEIA CURTA DE
AGRICULTORES FAMILIARES E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM PORTO
ALEGRE/RS**

Orientadora: Profa. Dra. Tania Nunes da Silva

PORTO ALEGRE

2015

GABRIEL BORELA FRANZONI

**INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIA SOCIAL: O CASO DA CADEIA CURTA DE
AGRICULTORES FAMILIARES E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM PORTO
ALEGRE/RS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Administração.**

Orientadora: Profa. Dra. Tania Nunes da Silva

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Franzoni, Gabriel Borela

Inovação Social e Tecnologia Social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS / Gabriel Borela Franzoni. -- 2015.

146 f.

Orientadora: Tania Nunes da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Inovações Sociais. 2. Tecnologias Sociais. 3. Cadeias Agroalimentares Curtas. 4. Agricultura Familiar. 5. Alimentação Escolar. I. da Silva, Tania Nunes, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por possibilitar o desenvolvimento deste trabalho, sendo o meu ponto de equilíbrio nos momentos mais difíceis.

À minha namorada, Maria Eduarda Fink, por ter sido a minha fiel companheira nesses últimos anos, tornando-os os mais felizes da minha vida, além de ter me acompanhado e me dado força no processo de construção deste trabalho, no qual eu me fazia ausente em diversos momentos.

Ao meu irmão, Thomaz Borela Franzoni, por ser mais que um irmão, mas um grande amigo com o qual eu compartilho meus maiores sonhos, e que também me auxiliou em diversos momentos na construção desta dissertação.

À minha grande família, principalmente meus pais, Lenara Borela e Felipe Franzoni, meus irmãos caçulas, Rafael Borela e Guilherme Franzoni, e meu padrasto, Jorge Cassassola, por serem minha base para tudo que construí e por terem me dado força para seguir meus sonhos, sempre.

À minha querida vó, Jeni Borela, por ser um exemplo de ser humano e ser a pessoa mais generosa e bondosa que irei encontrar em toda minha vida, tornando-se a minha fonte de inspiração para tudo que faço.

À minha orientadora, Profa. Tania Nunes da Silva, por ter acreditado no desenvolvimento deste trabalho, me auxiliando e incentivando no processo de aprendizagem e construção do mesmo.

Aos professores do PPGA, por terem me mostrado, cada um a sua maneira, a importância do olhar crítico e da busca incessante pelo conhecimento enquanto aluno e pesquisador.

Ao meu grande amigo Prof. Jonas Cardona Venturini, por ter me incentivado a seguir a carreira acadêmica e me auxiliado em todo esse processo, além de ser um grande conselheiro pessoal.

A todos os meus amigos de infância, Eduardo, Léo, Renan, Lucas, Matheus, Roberto, Desmond, Serginho, Leonardo, Igor, entre tantos outros, que, mesmo eu estando ausente nesses últimos anos, sempre me apoiaram e me proporcionaram alegria e grandes risadas nos momentos em que estivemos reunidos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por ter financiado a realização deste trabalho.

RESUMO

No atual cenário mundial, problemas sociais e ambientais são desafios que mobilizam muitos na busca de alternativas inovadoras em relação ao paradigma vigente, como a inovação social e a tecnologia social. Em meio à transformação da dinâmica dos mercados agroalimentares, decorrente de mudanças no padrão de consumo alimentar, estão se destacando as cadeias agroalimentares curtas, que realizam uma aproximação entre produtores e consumidores. No contexto de Porto Alegre, foi criada uma cadeia agroalimentar curta, formada por sete cooperativas e associações de agricultores familiares, para atender a demanda criada pela Lei 11.947 de 2009, artigo 14, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que rege que, do total dos recursos financeiros destinados à alimentação escolar de todos os municípios brasileiros, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar a cadeia curta de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar da cidade de Porto Alegre sob as perspectivas da inovação social, tecnologia social e cadeias agroalimentares curtas. O referencial teórico versou sobre essas três perspectivas. Foi realizado um estudo de caso na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares que fornecem à alimentação escolar de Porto Alegre. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e anotações de campo. Os dados secundários são oriundos de documentos, de artigos e de *websites*. A análise e interpretação dos dados foram realizadas de acordo com a literatura da presente pesquisa. Os resultados evidenciaram que todas as dimensões de inovação social estavam presentes na cadeia curta estudada, assim como parte dos seus elementos. Como uma inovação social, ela encontra-se no estágio de implementação e sustentação. Todos os aspectos de tecnologia social foram encontrados na cadeia curta de cooperativas e associações. Os aspectos de cadeias agroalimentares curtas presentes na cadeia curta estudada auxiliaram no processo de inovação social e tecnologia social, assim como trouxeram benefícios para os atores envolvidos. As políticas públicas, principalmente a resolução do PNAE que favorece a agricultura familiar, foram importantes nesses três processos: de inovação social, de tecnologia social e na constituição de uma cadeia agroalimentar curta.

Palavras-chave: Inovações Sociais. Tecnologias Sociais. Cadeias Agroalimentares Curtas. Agricultura Familiar. Alimentação Escolar.

ABSTRACT

In the global scenario, social and environmental problems are challenges that mobilize many in the search for innovative alternatives to the current paradigm, such as social innovation and social technology. Amid, the dynamic transformation of agrifood markets, caused by a pattern of changing in the movement of food consumption, were short food supply chains carry out a connection between producers and consumers. In Porto Alegre, a short food supply chain was created within seven cooperatives and farmers associations, to supply a demand created by Law 11.947 of 2009, Article 14, under the “National School Feeding Program” which states that the city government must use a percentage, (at least 30%), of the resources for school feeding to purchase food directly from family farmers. Thus, the aim of this study was to analyze the short chain farmer’s provider of school meals in Porto Alegre under the perspectives of social innovation, social technology and short agrifood chains. The theoretical framework expounded on these three perspectives. We perform a case study on the short chain of cooperatives and farmers associations, which provides school feeding in Porto Alegre. Primary data was collected through semi-structured interviews and field notes. Secondary data came from documents, articles and websites. The analysis and interpretation of the data were performed according to the literature of this research. The results showed that all dimensions of social innovation were present in the studied short chain, as well as many of its elements. As a social innovation, it is in the implementation and support stage. All aspects of social technology were found in the short chain of cooperatives and associations. Aspects of short food supply chains presented in this short chain helped in the process of social innovation and social technology, and brought benefits to its different actors. Public policies, especially the resolution of PNAE, which favors family farms, were important in these three processes: social innovation, social technology and the development of a short food supply chain.

Keywords: Social Innovations. Social Technologies. Short Food Supply Chains. Family Agriculture. School Feeding.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Resumo da utilização do termo inovação social em tópicos diversos	22
Quadro 2 – Dimensões de análise para o reconhecimento de inovações sociais e seus elementos, de acordo com o CRISES	23
Quadro 3 – Estágios da inovação social	24
Figura 1– Diferentes estágios da inovação social	25
Quadro 4 – Diferentes aspectos/implicações da Tecnologia Social	29
Quadro 5 - Diferentes mecanismos para estender as cadeias agroalimentares curtas no tempo e espaço	32
Figura 2 – Diferentes definições de qualidade e convenções empregadas dentro de cadeias agroalimentares curtas	33
Figura 3 – Relação entre as diferenciações de cadeias agroalimentares curtas e seus benefícios para os diferentes atores envolvidos	35
Quadro 6: Relação de cooperativas e associações fornecedoras e respectivos gêneros fornecidos à alimentação escolar de Porto Alegre	39
Figura 4: Municípios onde estão localizadas as cooperativas e associações de agricultores familiares que fornecem produtos à alimentação escolar de Porto Alegre	40
Quadro 7 – Relação de entrevistados para a pesquisa	42
Quadro 8 – Resumo da metodologia e resultados esperados.....	45
Quadro 9 - Diferentes atores com responsabilidades sobre a alimentação escolar de Porto Alegre	49
Quadro 10 - Relação de gastos com a alimentação escolar do município de Porto Alegre/ fornecimento através da agricultura familiar	51
Quadro 11 - Dimensões e elementos de inovação social encontrados na cadeia curta de Cooperativas e Associações.....	96
Figura 5: Estágios de inovação social da cadeia curta de cooperativas e associações	98
Quadro 12 – Como os aspectos de tecnologia social se expressam na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares	113
Quadro 13 – Aspectos de cadeias agroalimentares curtas e sua relação com as dimensões/elementos de inovação social e aspectos de tecnologia social	121
Quadro 14 – Resumo dos resultados encontrados	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMADECON - Associação de Mulheres para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APESUL - Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo-Sul

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CAFSUL – Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul

CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOMAFITT - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas

COOPAN - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita

COOPERTERRA - Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra

CRISES - *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*

CSI – Centro para Inovação Social

DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

ECOCITRUS - Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí

EMATER/RS - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

FBB - Fundação Banco do Brasil

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GTZ – *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*

ITDG - *Intermediate Technology Development Group*

ITS - Instituto de Tecnologia Social

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MF – Ministério da Fazenda

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB - Organização das Cooperativas Brasileira

OCERGS - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

OPAC - Litoral Norte Certificadora

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTS - Cadeia curta de Tecnologia Social
SMED - Secretaria Municipal de Educação
SIM – Serviço de Inspeção Municipal
SMIC - Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SULGAS - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul
TA – Tecnologia Apropriada
UCP – Unidade de Cooperativismo
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
1.3	OBJETIVO GERAL	15
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	INOVAÇÃO SOCIAL.....	18
2.2	TECNOLOGIAS SOCIAIS	26
2.3	CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS	30
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3.1	ESCOLHA DA CADEIA CURTA E DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES FORMADORAS	38
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	40
3.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	43
4	ANÁLISE E RESULTADOS	46
4.1	AGRICULTURA FAMILIAR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	46
4.1.1	PAA e PNAE	46
4.1.2	Alimentação escolar no município de Porto Alegre	49
4.2	ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PORTO ALEGRE	52
4.2.1	Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo-Sul (APPESUL)	53
4.2.2	Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre	55
4.2.3	Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL)	56
4.2.4	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT)	57
4.2.5	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)	59

4.2.6	Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COOPERTERRA)	60
4.2.7	Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS)	62
4.3	DIMENSÕES E ESTÁGIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DA CADEIA CURTA DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADA	64
4.3.1	Dimensão Transformações	64
4.3.2	Dimensão Caráter Inovador.....	71
4.3.3	Dimensão Inovação	77
4.3.4	Dimensão Atores.....	82
4.3.5	Dimensão Processo	85
4.3.6	Síntese das dimensões de inovação social na cadeia curta de agricultores familiares	93
4.3.7	Estágio de inovação social da cadeia curta de agricultores familiares.....	97
4.4	ASPECTOS DE TECNOLOGIA SOCIAL DA CADEIA CURTA DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADA	99
4.4.1	Compromisso com a transformação social	99
4.4.2	Criação de espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais.....	101
4.4.3	Relevância e eficácia social	101
4.4.4	Sustentabilidade socioambiental e econômica	104
4.4.5	Inovação	107
4.4.6	Organização e sistematização.....	108
4.4.7	Demais aspectos de tecnologia social	109
4.4.8	Síntese dos aspectos de tecnologia social da cadeia curta de agricultores familiares	112
4.5	ASPECTOS DE CADEIA AGROALIMENTAR CURTA DA CADEIA CURTA DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADA	114
4.5.1	Cadeia curta por proximidade	114
4.5.2	Características híbridas – regionais/artesanais e ecológicas/naturais	115
4.5.3	Aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes na cadeia curta de agricultores familiares e o processo de inovação social e tecnologia social	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122

5.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS E LIMITAÇÕES DO PRESENTE	
ESTUDO	128
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A	136
APÊNDICE B	139
ANEXO A	141
ANEXO B	145
ANEXO C	146

1 INTRODUÇÃO

Na atual configuração socioeconômica em que vivemos, com uma economia capitalista que impõe valores como competitividade, produtividade e acumulação de capital às organizações e aos indivíduos, questões e problemas sociais, fundamentalmente derivados dessa lógica vigente, são deixados à margem da discussão sobre políticas e diretrizes de desenvolvimento econômico e social mundial. Esses problemas se tornam um desafio às organizações públicas e privadas, além da sociedade como um todo.

Como uma tentativa de construção alternativa ao paradigma vigente, surgiram recentemente diversas abordagens e perspectivas de mudança social, como a inovação social e a tecnologia social. A inovação social pode ser entendida como uma solução aos problemas crônicos que não podem ser resolvidos através da lógica atual que vigora em nossa sociedade, tais como a escassez de recursos e os problemas socioambientais, sendo necessária uma ruptura de paradigma.

Nesse contexto, surge outro conceito com uma abordagem complementar: a tecnologia social, que abrange produtos, técnicas e metodologias replicáveis, desenvolvidas através da interação com a comunidade, representando soluções efetivas de transformação social. Dessa forma, se estabelece uma replicabilidade da inovação a diferentes comunidades, tornando seu papel social mais efetivo.

De certa forma, tanto a inovação social quanto a tecnologia social emergem como um movimento de segmentos da população, em uma tentativa de utilizar a criatividade para suprir suas necessidades e demandas sociais. Esse esforço é necessário em uma sociedade contraditória, onde se tem um progresso científico e tecnológico cada vez maior, mas que desconsidera os possíveis impactos socioambientais e exclui parte da população.

Outra discussão que surge em paralelo é tangenciada pelo chamado “novo paradigma de desenvolvimento rural”, nascida em meio à transformação da dinâmica dos mercados agroalimentares, ocasionada por um movimento de mudança do padrão de consumo alimentar da sociedade atual.

Nessa nova dinâmica de mercado, onde os critérios de qualidade dos alimentos são socialmente construídos, apareceram novos formatos de cadeias de abastecimento agroalimentar, para atender as novas exigências dos consumidores. Nesse contexto que surgiram as cadeias agroalimentares curtas, ou *short food supply chain*, que realizam uma

aproximação entre produtores e consumidores e trazem benefícios para ambos, além de beneficiar a sociedade como um todo.

Para suprir a lacuna deixada entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento social, é fundamental a participação efetiva do poder público, que é o responsável por aproximar os descobrimentos e avanços científicos da sociedade, fazendo com que a mesma se beneficie desses progressos de maneira integral. Além disso, o poder público pode estimular o surgimento de novas cadeias agroalimentares curtas, através de políticas que aproximem os produtores e os consumidores, diminuindo a participação de intermediários nos mercados agroalimentares.

Nesse entendimento, dois programas nacionais estabelecidos através de políticas públicas emergem com relevância, ambos com o objetivo de combater a fome por meio de compras institucionais que beneficiam a agricultura familiar brasileira: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, instituído em 2003, tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de populações em estado de insegurança alimentar. Outra política do governo federal que beneficia a agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, implantado em 1955, que visa oferecer alimentação saudável a todos os estudantes das escolas públicas do Brasil. O seu benefício para a agricultura familiar se dá através do disposto na Lei 11.947 de 2009, artigo 14, onde consta que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Parte-se, então, para a problemática de pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os dois programas governamentais expostos anteriormente - PAA e PNAE – e principalmente a Lei 11.947 de 2009, no seu artigo 14, geram benefícios à agricultura familiar, por meio da criação de mercado para os seus produtos, do incentivo à cooperação e organização dos agricultores, da valorização da produção de alimentos locais e regionais, da

valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais locais e, principalmente, aumenta a geração de emprego e renda no campo. Entende-se, então, que existem vários beneficiários desses programas governamentais, tais como os alunos da cadeia curta pública e suas famílias, o governo e entidades públicas e, em especial, os produtores rurais.

No caso específico do município de Porto Alegre, para suprir essa demanda de fornecimento da agricultura familiar à alimentação escolar, montou-se uma cadeia curta de sete cooperativas e associações de agricultores familiares, a partir dos critérios estabelecidos pelos diferentes atores públicos e da sociedade civil envolvidos na implantação dessas políticas.

Diante disso, se torna importante analisar o impacto que essa política pública gerou na vida dos agricultores e das cooperativas e associações pertencentes à cadeia curta. Para essa análise, a inovação social, a tecnologia social e as cadeias agroalimentares curtas, emergem como perspectivas cabíveis de serem utilizadas.

Neste trabalho, entende-se que a cadeia curta formada para atender a alimentação escolar de Porto Alegre, se caracteriza como uma cadeia agroalimentar curta, pela proximidade gerada entre produtores e consumidores.

Dessa forma, almeja-se verificar se essa cadeia curta de agricultores familiares formada para atender a demanda da alimentação escolar de Porto Alegre pode ser caracterizada como uma inovação social e como uma tecnologia social.

Para isso, à luz do modelo proposto por Tardiff e Harrison (2005) pretende-se analisar a cadeia curta de agricultores familiares segundo o conceito de inovação social, para posteriormente utilizar o modelo de The Young Foundation (2014) que indica em qual estágio se encontra a inovação social. Ao assumir a necessidade de que as inovações sociais possam ser replicáveis, tornando-se uma tecnologia social, essa mesma cadeia curta será analisada a partir dos aspectos de uma tecnologia social propostos pelo Instituto de Tecnologia Social (2007). Por fim, serão investigados os aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes nessa realidade e como eles podem auxiliar o processo de inovação social e tecnologia social, conforme as definições de Renting, Marsden e Banks (2003).

Visto isso, o que surge como questão central diz respeito a compreender: A cadeia curta de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar da cidade Porto Alegre pode ser caracterizada como uma inovação social e como uma tecnologia social?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a cadeia curta de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar de Porto Alegre sob as perspectivas da inovação social, da tecnologia social e das cadeias agroalimentares curtas.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar o contexto da cadeia curta de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar do município de Porto Alegre e identificar se é uma inovação social;
- Se a cadeia curta for uma inovação social, identificar em que estágio se encontra como tal;
- Verificar se há aspectos de tecnologia social presentes nessa cadeia curta;
- Identificar os aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes nessa cadeia curta e como eles podem auxiliar o processo de inovação social e tecnologia social.

1.4 JUSTIFICATIVA

Com o advento das mudanças ocorridas no processo de produção rural, na última metade do século XX, a agricultura tradicional, baseada na produção familiar e em pequena escala, perdeu espaço. Dessa forma, se tornou cada vez mais difícil para o pequeno produtor se manter no meio rural, o que fez surgir um movimento de êxodo rural, acompanhado de uma marginalização e exclusão social dessa população.

Nesse entendimento, a criação de iniciativas como os programas PAA e PNAE do governo federal e, principalmente, da resolução que estabelece que 30% das compras de alimentos devem ser destinadas à agricultura familiar, criando um novo mercado para esses

agricultores familiares, com capacidade para absorver a sua produção a preços justos, se tornam vitais para a sobrevivência dessa camada da sociedade brasileira. Complementar a isso, através de critérios estabelecidos para o ingresso nesses programas, existe um incentivo para os pequenos produtores se formalizarem, através da criação de cooperativas.

Além dos benefícios gerados para os produtores, essas políticas públicas geram melhoria nas condições de diversos outros atores, como os próprios alunos da cadeia curta pública municipal e suas famílias, que recebem alimentos mais frescos, sem agrotóxicos utilizados na produção agrícola em escala, além de contarem com uma melhora nos aspectos nutricionais no longo prazo. Também se observa nesse processo, que os atravessadores e intermediários entre os produtores e os consumidores finais são excluídos, o que gera uma economia de recursos para o Estado e caracteriza essa relação de fornecimento como uma cadeia agroalimentar curta, que pode se vista como um elemento-chave do novo paradigma de desenvolvimento rural.

Nesse processo, a inovação social congrega a criação de novos tipos de instituições e movimentos sociais, novas práticas de negócios e processos para trabalho colaborativo, além de novas iniciativas governamentais, ou como nos referimos no presente trabalho, políticas públicas. Esta última pode ser vista como um elemento crucial para diminuir a lacuna entre o desenvolvimento tecnológico tradicional e o desenvolvimento social, e fomentar o “saber fazer” das comunidades, e, por conseguinte, promover o surgimento de novas tecnologias sociais.

Dessa forma, entender os efeitos do advento dessas políticas públicas nos seus maiores beneficiários, os agricultores familiares, se torna relevante. Além disso, analisar a organização desses produtores rurais sob as óticas da inovação social, das tecnologias sociais e das cadeias agroalimentares curtas pode gerar importantes resultados e conhecimentos para a sociedade como um todo.

Esses resultados podem servir de inspiração para a continuidade das políticas públicas aqui expostas e também para a geração de outras iniciativas do tipo, além de ajudar os gestores públicos a conhecerem os impactos dessas políticas. Para os gestores de organizações privadas, especialmente as ligadas à produção de alimentos, o conteúdo dessa pesquisa pode ser relevante ao mostrar como se dá a relação dos atores aqui estudados, agricultores e cooperativas, ao explorar um mercado que é controlado em grande medida pelo setor público.

Para os estudos no campo da Administração sobre inovação e tecnologia, tradicionalmente voltados ao aspecto mercadológico desses temas, faz-se necessário aprofundar as pesquisas sobre inovação social e tecnologia social, principalmente no contexto

brasileiro e no setor público. O presente estudo, ao abordar e relacionar os dois temas, pode ajudar a preencher esta lacuna. E, ainda, explorar o conceito de cadeias agroalimentares curtas pode ajudar a entender o processo atual de desenvolvimento rural e sua relação com as políticas públicas.

Além disso, esta pesquisa pode contribuir para as organizações e indivíduos analisados, através da divulgação do trabalho por eles realizado, que podem gerar apoio dos diversos setores da sociedade e a propagação de outras iniciativas do mesmo tipo.

Por fim, a lei que estabelece para os municípios que no mínimo 30% das compras da alimentação escolar sejam realizadas de agricultores familiares, tratando-se de um programa nacional, possui uma grande importância no cenário brasileiro, visto que abre oportunidades para agricultores familiares em todo o território nacional.

Entretanto, para atender a essa demanda, é necessária uma cooperação entre os agricultores envolvidos e, principalmente, uma organização eficiente. Por isso, ao buscar a caracterização da cadeia curta formada para atender ao município de Porto Alegre como uma inovação social e como uma tecnologia social, pode-se gerar subsídios e informações para outras cadeias curtas formadas para atender outros municípios, visto que ambas as perspectivas possuem aspectos de propagação e replicação presentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordadas algumas contribuições que embasarão posteriormente a formulação da metodologia, a elaboração dos instrumentos de pesquisa e darão suporte para as discussões e as análises a que este trabalho se propõe. Para isso, as seguintes perspectivas teóricas serão trabalhadas: inovação social, tecnologias sociais e cadeias agroalimentares curtas.

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL

O conceito de inovação já vem sendo trabalhado desde que Schumpeter (1912) o cunhou como o motor de sucesso da firma, e continua como um dos temas de maior interesse de toda a produção científica mundial, na área da Administração.

Talvez por possuir um sentido amplo, a palavra inovação tem sido utilizada de diversas formas e por diversas áreas do conhecimento. Em função disso, o interesse sobre suas diferentes formas é crescente. Entretanto, não são todas as ideias, práticas ou objetos que podem ser identificados como inovações, pois a novidade é uma percepção que pode ser conferida a uma realidade restrita ou, por outro lado, ser amplamente reconhecida (SLAPPENDEL, 1996). Portanto, a inovação é dependente do contexto em que é aplicada.

A palavra inovação é utilizada para se referir a processos por meio dos quais novas ideias, objetos e práticas são criados, desenvolvidos ou reinventados. No contexto das organizações, o processo de inovação tem como característica passar por períodos de desenho e desenvolvimento, adoção, implementação e difusão (SLAPPENDEL, 1996). As inovações organizacionais são reconhecidas como parte de um processo complexo de construção, que envolve diversos elementos. Dessa forma, inovação pode ser entendida como:

Produção ou adoção, assimilação e exploração de uma novidade com valor agregado nas esferas econômica e social; renovação e ampliação de produtos, serviços e mercados; desenvolvimento de novos métodos de produção; e estabelecimento de novos sistemas de gestão. É tanto um processo quanto um resultado (CROSSAN; APAYDIN, 2010, p. 1155).

Os autores Crossan e Apaydin (2010) observam que a difusão da inovação não está abarcada no conceito, pois se refere a um momento posterior à inovação ter ocorrido. Os autores ainda ressaltam que esse conceito engloba a inovação internamente idealizada e externamente adotada, incluindo sua aplicação e seus benefícios.

No entanto, a inovação foi, por um tempo considerável, abordada apenas pela perspectiva econômica e tecnológica, com seus estudos sendo direcionados às organizações privadas. Essa tendência é vigente até os dias atuais, mas existe um movimento de direcionamento das pesquisas em inovação, ao menos em parte delas, para a perspectiva social, contrariando os ditames do paradigma inicial que impunha a visão mercadológica como a única possível. Os benefícios sociais são o destaque em torno desse tipo de inovação que começou a ser estudada nas ciências sociais, a inovação social.

Conforme The Young Foundation (2012), a utilização do termo teve início em 1960, em pesquisas experimentais realizadas nas áreas de ciências sociais e humanas. Entretanto, segundo Cloutier (2003), a primeira vez em que o termo “inovação social” foi empregado foi na década posterior, pelos autores Taylor (1970) e Gabor (1970), como um conceito que correspondia a novas formas de fazer as coisas, para atender as necessidades humanas. Independente da data em que o conceito foi concebido, sua utilização se ampliou, passando a referir-se a responsabilidade social corporativa, empreendedorismo social, inovações tecnológicas com benefícios sociais e *open innovation*:

a) Responsabilidade social corporativa: gestores das empresas devem adotar diretrizes, tomar decisões e realizar ações que sejam compatíveis com os fins e valores de uma sociedade (BOWER, 1957);

b) Empreendedorismo social: empreendedor que trabalha de uma maneira tradicional/empresarial, mas para um benefício social, ao invés de lucrar. Podem surgir em negócios éticos, órgãos governamentais e comunidades (SCHOOL FOR SOCIAL ENTREPREUNERS, 2015);

c) Open innovation: uma nova forma de enxergar o processo de inovação, baseada na cooperação e no compartilhamento de conhecimento (CHESBROUGH, 2003).

Desde então, o termo “inovação social” ganhou outras versões e perspectivas de pesquisa, sendo relacionado com diversas áreas do conhecimento e diferentes métodos de abordagem, ganhando força na última década, onde a maior parte da literatura acerca do tema foi concebida, fato ocasionado pela crescente insatisfação com a forma com que a inovação vinha sendo trabalhada, sempre com ênfase na questão tecnológica e econômica. Além disso, pelo fato de ser uma temática multidisciplinar, ainda não se tem clareza dos limites de

utilização do termo, visto que existe uma diversidade enorme de significados (CAULIER-GRICE *et al.*, 2012).

Ampliando o conceito inicial apresentado por Taylor (1970) e Gabor (1970), os autores Mulgan *et al.* (2006) afirmam que inovações sociais são atividades e serviços inovadores, que possuem a finalidade de atender a uma necessidade social e são desenvolvidos e difundidos, predominantemente, por organizações de cunho social. Os autores complementam que as inovações sociais fazem parte da história humana, sempre se manifestando de alguma forma nas diferentes problemáticas sociais que se apresentavam.

Mas, de certa forma, o conceito de inovação social também pode ser entendido como uma ruptura de antigos paradigmas e uma nova visão de como solucionar problemas e desafios crônicos gerados pela atual organização dos Estados modernos baseados no capitalismo tradicional, tais como a escassez de recursos, as mudanças climáticas, o impacto negativo da globalização, entre outros (CAULIER-GRICE *et al.*, 2012). Essa visão é corroborada pelos autores Nicholls e Murdock (2012) que entendem que a inovação social é uma resposta aos chamados “problemas intratáveis”, gerados por esse fracasso das soluções convencionais e paradigmas estabelecidos em todos os três setores da sociedade.

Existem diferentes formas de entender esse tipo de inovação, haja vista que as abordagens ou os centros de pesquisa contam com ideias centrais de inovação diferentes entre si, variando também quanto ao entendimento do nível de impacto da inovação social (MAURER, 2011).

Para Mumford (2002, p. 253), inovação social é “a geração e implementação de novas ideias sobre como pessoas devem organizar atividades interpessoais, ou interações sociais, para alcançar um ou mais objetivos comuns”, e abarca a criação de novos tipos de instituições sociais, ideias governamentais, movimentos sociais, novas práticas em grupo ou de negócios, e novos processos para trabalho colaborativo.

Seguindo uma linha semelhante, The Young Foundation (2014) define as inovações sociais como:

Novas soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos, etc.) que atendem simultaneamente a uma necessidade social (de forma mais eficiente e eficaz do que as soluções existentes) e geram novas capacidades, ativos e/ou relacionamentos. Em outras palavras, as inovações sociais são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir (THE YOUNG FOUNDATION, 2014, p. 9).

Um dos grupos de pesquisa referência em inovação e tecnologia social é o CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*). No entendimento desse grupo, a inovação social impacta em três níveis: sociedade, organizações e território, e pode ser conceituada como:

Um processo social iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração humana, suprir uma necessidade, trazer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação, na intenção de mudar as relações sociais, de transformar um quadro de ação ou de propor novas orientações culturais (CRISES, 2010, p. 5).

Outro centro que trabalha com inovações sociais, mas com uma perspectiva mais voltada às organizações é o CSI – Centro para Inovação Social, da Stanford Graduate School of Business, que tem como objetivo integrar uma comunidade de líderes, principalmente do setor privado, que possam construir um mundo mais sustentável e próspero, através da troca de ideias e valores entre diferentes setores e domínios do conhecimento (CSI, 2014). Para o CIS (2014), a inovação social é “solução nova para um problema social que é mais efetiva, eficiente e sustentável do que as soluções até então existentes, e pela qual o valor criado é revertido para a sociedade como um todo, em vez de apenas para particulares”.

No Brasil também existe um centro voltado para o estudo das inovações sociais, que é o Observatório de Inovação Social da Fundação Getúlio Vargas. Esse possui um foco mais voltado à questão das políticas públicas e define a inovação social como “a capacidade de transformar as relações de poder no campo social, o que implica a expansão da cidadania e a redução da exclusão social, envolvendo a construção de novos sujeitos públicos” (FLEURY, 2011).

Esse tipo de inovação significaria uma resposta a desafios enfrentados nas esferas sociais e ambientais, característicos pela sua complexidade (THE YOUNG FOUNDATION, 2014). Em função disso, o termo inovação social tem sido utilizado para apresentar diversas situações, que vão desde modelos de governança, desenvolvimento de novos produtos, empreendedorismo social, entre outros (quadro 1).

Quadro 1 - Resumo da utilização do termo inovação social em tópicos diversos

Tópicos amplos	Exemplos de tópicos derivados
Processos de mudança social	<ul style="list-style-type: none"> • Papel da sociedade civil na mudança social • Papel das empresas na mudança social • Papel da economia social e empreendedores sociais
Estratégia de negócio e gestão organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Capital humano, institucional e social • Eficiência organizacional, liderança e competitividade • Sustentabilidade e eficácia de organizações sem fins lucrativos
Empreendedorismo social	<ul style="list-style-type: none"> • Papel dos indivíduos na criação de empreendimentos sociais • Comportamentos e atitudes relacionadas a empresas sociais • Empresas com foco em objetivos sociais com superávit reinvestido
Novos produtos, serviços e programas	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação no setor público • Provisão de serviços públicos por empresas sociais e organizações da sociedade civil
Governança e capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Inter-relações entre atores e suas habilidades, competências, ativos e capital social no desenvolvimento de estratégias

Fonte: The Young Foundation (2012, p. 8).

Percebe-se então, que a utilização do termo inovação social se propagou para diferentes campos de pesquisa, que abrangem diversos atores da sociedade, como as empresas privadas, o poder público e atores da sociedade civil.

Alguns autores propuseram modelos e escalas com o objetivo de analisar as inovações sociais, tais como Tardiff e Harisson (2005), Oliveira e Breda-Vásquez (2012) e The Young Foundation (2014). Um dos modelos propostos, dos autores Tardiff e Harisson (2005), é baseado em 49 estudos realizados e nas diretrizes propostas pelo CRISES para a pesquisa acerca do tema, possuindo cinco dimensões de análise: Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processo (quadro 2).

Quadro 2 – Dimensões de análise para o reconhecimento de inovações sociais e seus elementos, de acordo com o CRISES

Dimensões	Descrição/Elementos
Transformações	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto macro/micro: crises, rupturas, descontinuidades, mudanças estruturais; • Econômica: emergência, adaptação, relações de trabalho/produção/consumo; • Social: recomposição, reconstrução, exclusão/marginalização, prática, mudança, relações sociais.
Caráter Inovador	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos: de trabalho, de desenvolvimento, de governança, de Quebec; • Economia: do saber, do conhecimento, mista, social; • Ação social: tentativas, experimentos, políticas, programas, arranjos institucionais, regulamentação social.
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Escala: local; • Tipos: técnica, sociotécnica, social, organizacional, institucional; • Finalidade: bem comum, interesse geral, interesse público, cooperação.
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Sociais: movimentos cooperativos/comunitários/voluntários, sociedade civil, sindicatos; • Organizações: empresas, organizações de economia social, empreendimentos coletivos, beneficiários; • Instituições: Estado, identidade, valores/normas; • Intermediários: comitês, cadeia curtas sociais/de alianças/de inovação.
Processo	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de coordenação: avaliação, participação, mobilização, aprendizagem; • Meios: parcerias, consultas, integração, negociação, <i>empowerment</i>, difusão; • Restrições: complexidade, incerteza, resistência, tensão, compromisso, rigidez institucional.

Fonte: Tardiff e Harisson (2005, p. 23).

O modelo proposto por Tardiff e Harrison (2005) abarca as cinco dimensões de inovação social e seus elementos constituintes, que podem ser identificados em um contexto em que tenha ocorrido ou que esteja acontecendo um processo de inovação social.

Já os autores Oliveira e Breda-Vázquez (2012), baseados em Bacon *et al.* (2008), delinearão os estágios da inovação social, descrevendo-os como: latente, concepção e desenvolvimento, mobilização, generalização e disseminação (quadro 3).

Quadro 3 - Estágios da inovação social

Estágios da inovação social	Descrição
Latente	<ul style="list-style-type: none"> Ocorre a identificação da necessidade social, servindo como um gatilho para a geração de novas ideias. Sem obstáculos nesse estágio.
Concepção e desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Estágio turbulento, onde novas ideias são apresentadas, discutidas, desenvolvidas e algumas abandonadas. Surge como um obstáculo para a inovação social, visto que diversas inovações não resistem a essa fase.
Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> Estágio em que são criadas novas estruturas ou redirecionadas as existentes, com o intuito de colocar a nova ideia em prática. O processo de inovação social pode ser interrompido nessa etapa, por diversas razões, como falta de suporte, de recursos ou de liderança adequada, ou por não funcionar na prática.
Generalização	<ul style="list-style-type: none"> Nesse estágio, a inovação social se torna parte da rotina principal da sua configuração institucional. Trata-se de uma fase de integração, que não se ocorre até que a oposição de interesses já estabelecidos tenha sido superada.
Disseminação	<ul style="list-style-type: none"> É onde ocorre a difusão de processos para outros setores ou territórios, através da inspiração ou replicação. Por meio deste processo, as inovações sociais sustentáveis conferem maior valor e legitimidade, aferidos por meio de um feedback das cadeia curtas internas e externas e benefícios para o público. O imbricamento de outras práticas institucionais, já estabelecidas, se torna um obstáculo para a inovação social nessa fase.

Fonte: Baseado em Oliveira e Breda-Vásquez (2012, p. 525).

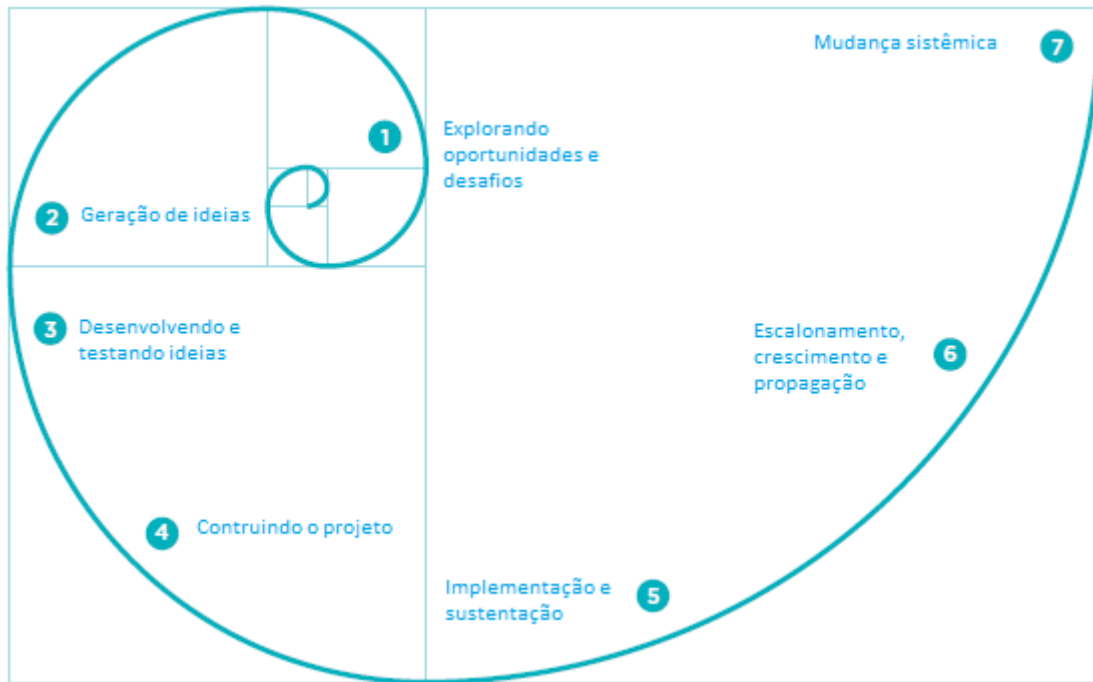
De uma forma semelhante, The Young Foundation (2012) classifica os elementos centrais da inovação social em: novidade, o processo da ideia à implementação, o encontro das necessidades sociais, a efetividade e a capacitação da sociedade para atuar. Portanto, é necessário que as inovações sociais sejam novas para o local ou setor onde serão desenvolvidas, partindo de ideias aplicáveis, atendendo a necessidades sociais reconhecidas de forma efetiva, e gerando empoderamento dos beneficiários através da criação de novos papéis e relacionamentos, do desenvolvimento de recursos e capacidades e/ou melhor utilização de ativos.

Nesse entendimento, The Young Foundation (2014) indica sete estágios para o desenvolvimento da inovação social (figura 1), que podem ser pensados como espaços de sobreposição, com culturas e habilidades distintas e fornecem uma estrutura para a reflexão sobre os diferentes tipos de apoio que os inovadores e inovações precisam para crescer. São eles:

- a) Explorando oportunidades e desafios: onde surge a necessidade de uma inovação social;
- b) Geração de ideias: onde as ideias e os conceitos são desenvolvidos;
- c) Desenvolvendo e testando ideias: aqui as ideias são testadas na prática;
- d) Construindo o projeto: fase em que as ideias ganham forma e escopo de atuação;

- e) Implementação e sustentação: estágio onde a ideia torna-se uma prática diária;
- f) Escalonamento, crescimento e propagação: difusão das inovações sociais;
- g) Mudança sistêmica: mudança e introdução de novos sistemas inteiros e, na maioria das vezes, abrangem todos os setores ao longo do tempo.

Figura 1: Diferentes estágios da inovação social



Fonte: The Young Foundation (2014, p. 23).

Ao se comparar os dois modelos aqui apresentados, que visam identificar os estágios de uma inovação social, propostos pelos autores Oliveira e Breda-Vásquez (2012) e por The Young Foundation (2014), entende-se que o segundo é o que melhor expõe os diferentes estágios pelos quais uma inovação social pode passar, tornando mais completa qualquer análise de inovações sociais que seja feita com esse propósito.

Nesse tocante, a inovação social é formada por diversos estágios, que vão desde a sua concepção até sua implementação, sempre dependente do contexto social em que é inserida, mas focada em um objetivo específico: a solução de uma demanda social. Ao avaliar que a inovação social pode ocorrer por meio da criação de um produto ou técnica replicável, caracteriza-se uma tecnologia social, cujo conceito será evidenciado a seguir.

2.2 TECNOLOGIAS SOCIAIS

O conceito de tecnologia social tem suas origens nos estudos sobre tecnologia apropriada (TA), como parte integrante de um conjunto de termos que se aplicam às tecnologias não convencionais. Os autores Dagnino, Brandão e Novaes (2004) realizaram um mapeamento das origens do movimento das tecnologias apropriadas, que se iniciou na Índia, no final do século XIX, época em que o país estava sob o domínio britânico.

Para ajudar o país a encontrar alternativas que diminuíssem a dependência econômica aos britânicos, Mahatma Gandhi gerou o movimento que cunharia o conceito de tecnologia apropriada, que trata de um processo de difusão de tecnologias oriundas de países desenvolvidos nos países em desenvolvimento, diminuindo os custos e a necessidade de investimentos, possibilitando o desenvolvimento da indústria e da agricultura local (VENTURA; GARCIA; ANDRADE, 2012).

De acordo com Dagnino (1976), *apud* Dagnino, Brandão e Novaes (2004), as tecnologias apropriadas são “um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira ótima os recursos disponíveis de certa sociedade maximizando, assim, seu bem-estar”. Essa visão era compartilhada por Shumacher (1990) e pelo Intermediate Technology Development Group (ITDG), uma organização não-governamental inglesa, que ajudaram a difundir o conceito, defendendo que essa seria a solução para o combate à pobreza nos países subdesenvolvidos.

Contudo, esse movimento recebeu muitas críticas, pois a implementação de tecnologias apropriadas não resolveriam os problemas sociais e ambientais dos países pobres, uma vez que eram desenvolvidas por pesquisadores de países desenvolvidos, que não conheciam a realidade da comunidade em que seria aplicada, e não consideravam o processo de assimilação por esta comunidade beneficiária, que é um fator crucial para a transferência de qualquer tecnologia (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; NARVÁEZ, 1996).

Desse cenário, surgiu no Brasil, no início do século XXI, o conceito de tecnologias sociais. Ele é considerado uma extensão e complemento do antigo conceito tanto criticado, e é idealizado como uma alternativa à tecnologia convencional, com o objetivo de solucionar problemas sociais arraigados em determinadas comunidades pobres (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Conforme a definição proposta pela Cadeia curta de Tecnologia Social (RTS, 2014a), a tecnologia social “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis,

desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”. Essa é uma das definições de tecnologias sociais mais difundidas, compartilhada também pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), que considera as tecnologias sociais como um conjunto de técnicas e metodologias transformadas, desenvolvidas e/ou aplicadas em interação com uma população e que sejam apropriadas por ela, representando uma alternativa para a inclusão social e melhoria das condições de vida. Dessa forma, a tecnologia social serve como uma mediadora entre as demandas sociais e suas possíveis soluções por meio da aplicação de conhecimento local, transformando-se em uma solução tecnológica a problemas sociais existentes (ITS, 2007).

Conforme Dagnino e Gomes (2000), por ser entendida como um processo de inovação, a ser realizado de forma coletiva e participativa pelos atores preocupados na construção de um cenário desejável, a tecnologia social se aproxima do conceito de inovação social, já exposto anteriormente.

Dagnino (2009) enfatiza que esse processo de organização, desenvolvimento e implementação de uma tecnologia, deve ser realizado coletivamente, exigindo a presença de atores engajados e preocupados com a questão social, que creiam que é necessária uma tecnologia que seja capaz de satisfazer as demandas de uma comunidade.

Ainda, segundo Dagnino (2004), o caráter coletivo das tecnologias sociais exige a participação de empreendimentos coletivos, auto gestionários, que utilizem todo o potencial dos produtores e excluam o caráter de exploração que pode ocorrer entre patrões e empregados. Nesse entendimento, as demandas da comunidade teriam uma resposta mais adequada, visto que esse processo facilitaria a conexão da tecnologia com o contexto específico dessa população (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Ao realizar uma aproximação com o conceito de inovação social, o aspecto mais significativo que diferencia os dois conceitos é a replicabilidade da tecnologia, que ocorre quando a tecnologia social é reinventada e adaptada de acordo com a realidade local, levando em consideração o conhecimento e as referências locais, produzindo dessa forma novos resultados, mais relevantes e duradouros (FONSECA, 2010).

A replicação de uma tecnologia social, não exclui o caráter de inovação da mesma:

O efeito inovador da TS [...] está associado às condições locais de seu desenvolvimento e aplicação. É por isso provável, e desejável, que uma determinada TS, que já foi aplicada em determinado contexto ou espaço suscite soluções e processos de reinvenção e inovação distintos dos convencionais. Assim, repetir experiências exitosas tenderá a ser um processo profundamente inovador com resultados também inovadores (FONSECA, 2010, p. 76).

Em seu escopo, a tecnologia social possui um vasto conjunto de tecnologias que foram aplicadas com sucesso em diversos segmentos e áreas, tais como organizações, processos e produtos. Na literatura, é possível encontrar referências sobre tecnologias sociais que foram aplicadas em áreas como energia, alimentos, agricultura, distribuição e tratamento de água, comunicações, microcrédito, entre outras que transformaram a realidade de alguma comunidade e poderia ser importante para qualquer comunidade local (THOMAS, 2009).

Compartilhando do mesmo entendimento sobre tecnologia social da Cadeia curta de Tecnologia Social (2014a) e do Instituto de Tecnologia Social (2007), a Fundação Banco do Brasil é uma das principais incentivadoras e divulgadoras de tecnologias sociais no contexto brasileiro. Essa atuação se dá principalmente através do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que foi criado em 2001, é realizado a cada dois anos e em suas sete edições já distribuiu mais de 3 milhões de reais em premiações às tecnologias sociais vencedoras (FBB, 2014b). O prêmio tem por objetivo:

Identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas, implementadas em âmbito local, regional ou nacional, que sejam efetivas na solução de questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde (FBB, 2014b).

Outra instituição brasileira que premia e incentiva as tecnologias sociais é a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e que, desde 1998, realiza o Prêmio FINEP, reconhecido como o mais importante instrumento de estímulo e reconhecimento à inovação no Brasil (FINEP, 2014). Em 2014 sete categorias foram contempladas, Tecnologia Social, Inventor Inovador, Inovação Sustentável, Tecnologia Assistiva, Micro e Pequena Empresa, Média Empresa e Grande Empresa e Instituição de Ciência e Tecnologia, e foram distribuídos 8 milhões de reais em premiação para os primeiros colocados nacionais e regionais.

Ao entender a tecnologia social como “técnicas e metodologias” e “produtos e processos”, onde, como qualquer tecnologia, existe um modo de pensar e agir, e é no modo de aplicação que a tecnologia pode se tornar social, o Instituto de Tecnologia Social (2007) a divide em determinados aspectos, ou implicações, que toda tecnologia social possui (quadro 4).

Quadro 4 - Diferentes aspectos/implicações da Tecnologia Social

Aspectos/implicações de uma tecnologia social	Descrição
Compromisso com a transformação social	Transformar o mundo no sentido de torna-lo mais justo e menos desigual. Encontrar as oportunidades de ação.
Criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais	Ouvir os atores envolvidos, para conhecer melhor a realidade e descobrir as verdadeiras demandas locais.
Relevância e eficácia social	Como a tecnologia contribui para a inclusão social e a melhoria das condições de vida.
Sustentabilidade socioambiental e econômica	Produzir riqueza para que seja sustentável. Avaliar riscos e minimizar impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais em todas as fases do processo.
Inovação	Avaliar a eficácia e relevância social ao conceber uma inovação aos beneficiários.
Organização e sistematização	Organizar um planejamento para conjugar e sistematizar o conhecimento e as experiências para que sirvam de referência.
Acessibilidade e apropriação de tecnologias	Custo baixo e facilidade de acesso.
Processo pedagógico para todos os envolvidos	Espaço de aprendizagem onde todos os envolvidos estejam implicados.
Diálogo entre diferentes saberes	Considerar diferentes pontos de vista para uma construção de projetos integrada.
Difusão e ação educativa	Informar e difundir a ideia de que a tecnologia social deve estar socialmente implicada. Buscar diferentes espaços para a divulgação e formação de futuros cidadãos.
Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação	Compartilhar as ações de planejar, acompanhar e avaliar a tecnologia social, provocando maior engajamento.
Construção cidadã do processo democrático	Adoção de formas democráticas de tomada de decisão. Estratégias de mobilização popular.

Fonte: Elaborado a partir de Instituto de Tecnologia Social (2007, p. 31-40).

Esses aspectos e implicações envolvidos na composição de uma tecnologia social passam por um processo necessariamente coletivo. Desta forma, o Estado se faz figura importante no processo de adoção e multiplicação das tecnologias sociais, através de políticas públicas que viabilizem essas ações. No mesmo entendimento, na agricultura familiar regional, faz-se necessária uma mudança nos paradigmas atuais de produção e organização, em que o conceito de cadeias agroalimentares curtas pode servir de base para essa transformação. Para contextualizar o estudo, a próxima seção tratará do conceito de cadeias agroalimentares curtas.

2.3 CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS

No contexto atual, temos assistido à transformação e ao surgimento de novas dinâmicas nos mercados agroalimentares, que estão situados em uma fase de transição mais abrangente, que alguns autores chamam de “novo paradigma de desenvolvimento rural” (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; PLOEG *et al.*, 2000).

Nessa nova dinâmica de mercado, existe um movimento de mudança do padrão de consumo agroalimentar da sociedade atual, que se desloca de um padrão industrial e de produção em massa, para um padrão mais doméstico, onde os critérios de qualidade e de escolha por parte dos consumidores é baseado em características ecológicas, morais e estéticas, fornecendo espaço para o surgimento de organizações alternativas (GOODMAN, 2003). Assim como afirma Marsden (1998, p. 107), “os mercados de alimentos estão cada vez mais diferenciados, com base em uma série de critérios - socialmente construídos - de qualidade dos alimentos”.

Como fator que ajudou a impulsionar essa mudança no padrão de consumo, está a crescente desconfiança dos consumidores em relação à qualidade dos alimentos da indústria tradicional, ocasionada pela proliferação de notícias negativas sobre a produção de alimentos tradicionais, tais como: mal da vaca louca, Bovine Spongiform Encephalopathy e resíduos de diversas substâncias maléficas à saúde humana encontrados no leite (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Neste novo padrão emergente, surgem novas formas de cadeias de abastecimento agroalimentar, como alternativa e como evolução das cadeias tradicionais, onde as exigências dos consumidores forçam a adaptação de toda a dinâmica e organização do mercado agroalimentar. É nessa conjuntura que surgiram e se espalharam as cadeias agroalimentares curtas, ou *short food supply chain*, que são elemento chave para compreender os novos padrões de desenvolvimento rural (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; GILLESPIE *et al.*, 2007).

Alguns autores afirmam que as cadeias agroalimentares curtas são derivadas de um modo de comercialização de alimentos e produtos agrícolas que visa estabelecer relações mais diretas entre produtores e consumidores (MARSDEN, 2000; KIRWAN, 2006). Como características principais, as cadeias agroalimentares curtas contam com a venda direta do produtor ao consumidor ou a venda de forma indireta, mas com apenas um intermediário nessa transação (DECOOX; PRÉVOST, 2010; CHIFFOLEAU, 2009).

Já na perspectiva de Renting, Marsden e Banks (2003), as cadeias agroalimentares curtas, podem ser divididas em três tipos principais e que são formas de estender as cadeias no tempo e espaço: face-to-face, de proximidade espacial e espacialmente estendida (quadro 5).

No tipo de cadeia *face-to-face*, os consumidores compram produtos diretamente do produtor, através de diferentes mecanismos de venda direta, como, por exemplo, as vendas realizadas diretamente na fazenda, as tradicionais feiras, as vendas à beira da estrada e outros tipos em que o alimento é entregue diretamente ao consumidor. Nesse tipo de cadeia, a autenticidade e a confiança são mediadas através da interação pessoal entre produtor e consumidor, fator fundamental para a construção de uma base de clientes sólida (HIGGINS; DIBDEN; COCKLIN, 2008).

Nas cadeias do tipo de proximidade espacial, é onde se encontram produtos com características mais relacionadas ao local de origem, sob uma marca de qualidade regional, vendidos na região de produção ou nas suas proximidades, através de feiras organizadas pelos produtores, vendas a mercados locais, vendas institucionais (merenda escolar), ações realizadas pela comunidade, e também ações voltadas ao turismo. Nesse tipo de cadeia se percebe a atuação de cooperativas de forma relevante, tanto as cooperativas tradicionais de produtores, quanto cooperativas de consumidores, que acabam formando cadeias curtas para atender as suas demandas.

Por fim, o terceiro tipo de cadeia alimentar curta, chamada de espacialmente estendida, envolve a venda de produtos a consumidores fora da região de produção, às vezes sem nenhuma interação do consumidor com aquela localidade (HIGGINS; DIBDEN; COCKLIN, 2008). É caracterizada pelas certificações, indicação geográfica e métodos de comercialização especiais, como o *fair trade*.

Quadro 5 - Diferentes mecanismos para estender as cadeias agroalimentares curtas no tempo e espaço

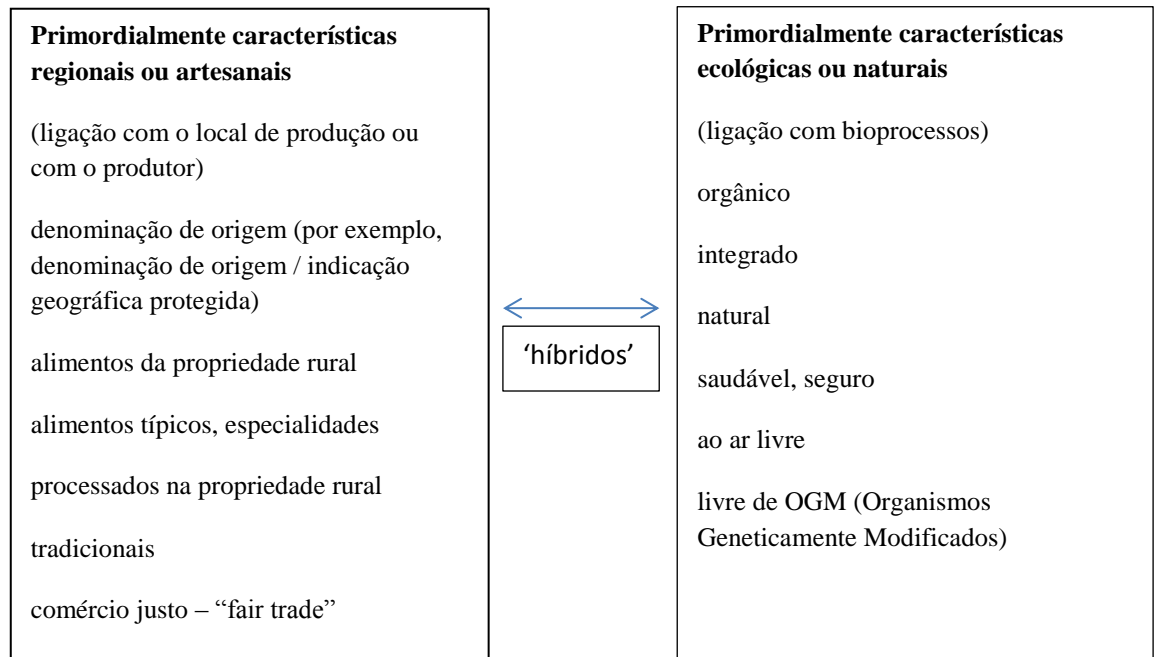
Cadeias curtas “face-a-face”	Cadeias curtas por proximidade	Cadeias curtas estendidas
Venda na propriedade rural	Venda de grupos de produtores	Certificações
Mercados de produtores	Marcas regionais	Métodos/códigos de produção
Vendas na beira da estrada	Cooperativas de consumidores	Vendas pela reputação
Locais onde o consumidor colhe os alimentos	Comunidade apoia a agricultura	
Entregas a domicílio	Rotas temáticas (articulação no espaço)	
Entregas pelo correio	Feiras e eventos especiais (articulação no tempo)	
Venda pela Internet	Lojas locais, restaurantes, empresas de turismo	
	Lojas especializadas	
	Vendas institucionais (cantinas, escolas, governo)	
	Vendas para emigrantes	

Fonte: Renting, Marsden e Banks (2003, p. 399).

Todas as cadeias agroalimentares curtas possuem como elemento essencial algum atributo específico que as tornam “de qualidade”. Essa definição é extremamente abrangente, mas nesse contexto específico pode ser entendida como algo que diferencie a cadeia do que é encontrado no sistema tradicional, como a produção de forma orgânica e/ou artesanal, a rastreabilidade, a certificação do local de origem, entre outras propriedades estéticas e nutricionais (SONNINO; MARSDEN, 2006a).

Nesse tocante, os autores Renting, Marsden e Banks (2003) trazem diferentes tipos de definições de qualidade empregadas nas cadeias de abastecimento alimentar curtas (figura 2).

Figura 2 – Diferentes definições de qualidade e convenções empregadas dentro de cadeias agroalimentares curtas



Fonte: Renting, Marsden e Banks (2003, p. 401).

Os autores dividem as diferentes definições entre três grupos: cadeias com características regionais ou produção artesanal como qualidade primordial, cadeias com características ecológicas ou naturais como qualidade primordial e cadeias híbridas. No primeiro grupo, estão as cadeias que possuem uma ligação forte com o local de produção ou com o próprio produtor, que se caracterizam pela indicação geográfica ou denominação de origem, por serem comercializadas diretamente na fazenda de origem ou em feiras específicas e/ou pelos alimentos serem produzidos/processados de forma artesanal. No segundo grupo, de características ecológicas ou naturais, a ligação é realizada com os chamados bioprocessos, que podem ser orgânicos, naturais, considerados saudáveis e seguros, entre outras qualidades ligadas à natureza da produção, consideradas mais “verdes”. O último grupo é constituído pelas cadeias híbridas, que podem possuir características pertencentes aos dois primeiros grupos, ao mesmo tempo (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

É possível relacionar a diferenciação feita pelos autores entre os diferentes mecanismos para estender as cadeias agroalimentares curtas no tempo e no espaço, que gera três tipos de cadeias – cadeias curtas “face-a-face”, cadeias curtas por proximidade e cadeias curtas estendidas - com a divisão das cadeias por suas características, ou qualidades, que podem ser primordialmente regionais/artesaniais, ecológicas/naturais ou híbridas. Os três tipos propostos pela diferenciação em relação às características de cada cadeia, podem ser

encontrados em cada um dos três mecanismos para se estender as cadeias agroalimentares curtas, que por sua vez possuem benefícios específicos para cada um dos atores envolvidos nessa nova dinâmica do mercado de alimentos: produtores, consumidores e sociedade. Essa relação é explorada na figura 3.

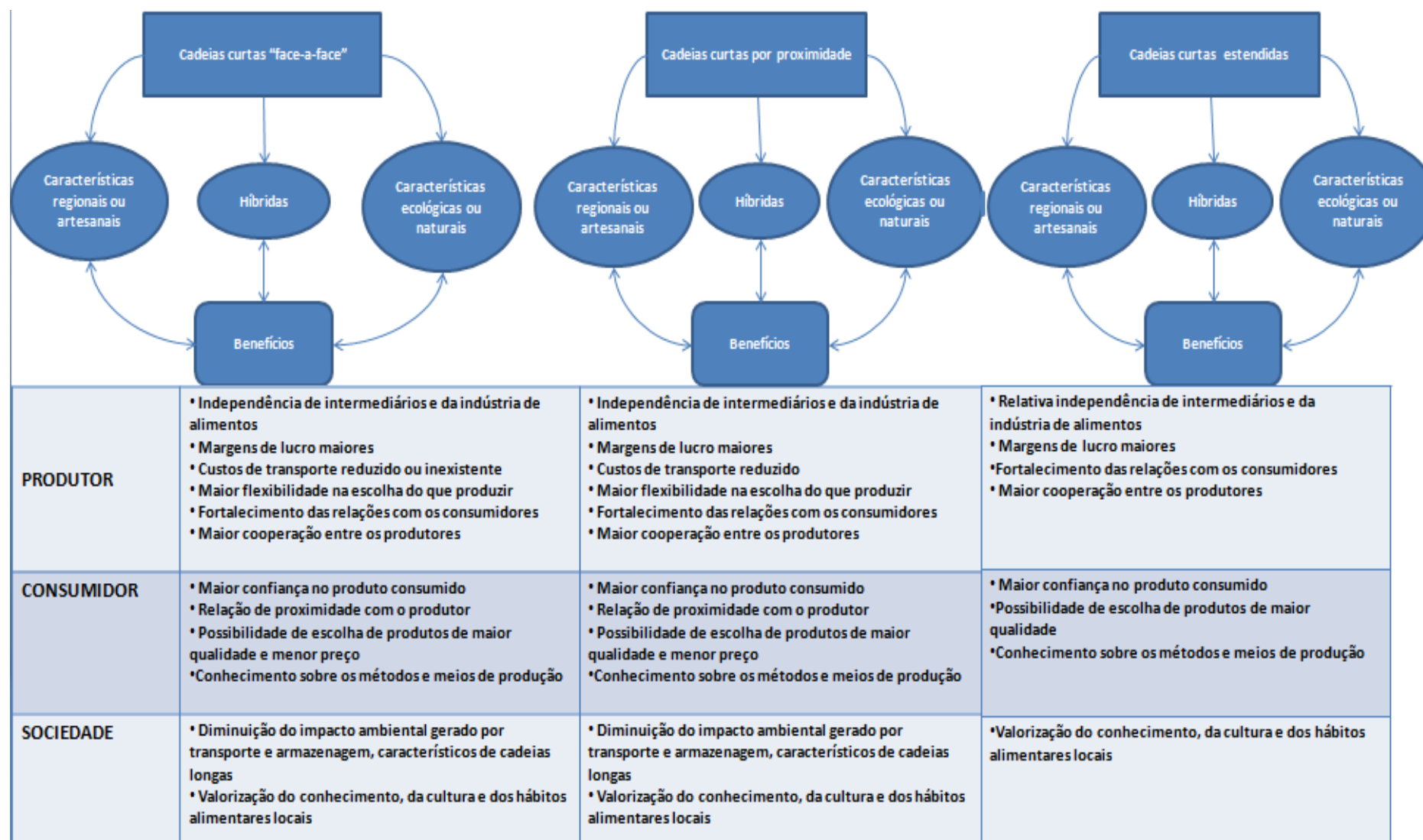
Nesse entendimento, nas cadeias agroalimentares curtas há um relacionamento de proximidade entre os produtores e os compradores/consumidores dos produtos, de forma que elas podem ser caracterizadas, também, pelo tipo de relação que ocorre entre eles (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Esse conceito é um motor importante para a criação de novas ligações entre agricultura e sociedade, produtores e consumidores, e possui a capacidade de ressocializar o alimento (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Outros autores trazem como aspectos positivos das cadeias agroalimentares curtas: a) o aumento da margem de lucro do produtor; b) a possibilidade dos consumidores escolherem produtos de maior qualidade e menor preço; c) fortalece as relações entre produtor e consumidor, que passam a conhecer melhor os métodos e meios de produção; d) valorização do conhecimento e dos aspectos culturais locais; e) aumenta a cooperação entre produtores; f) diminuição do impacto ambiental, ocasionado pela redução da distância entre produtores e consumidores (ROMAN *et al.*, 2011; CHIFFOLEAU, 2009).

Portanto, a atuação em cadeias agroalimentares curtas pode ser uma via de inclusão social dos agricultores familiares, reduz a dependência em relação à indústria alimentícia, valoriza os hábitos alimentares e a cultura local e possibilita a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados em que eles não teriam acesso, fortalecendo a geração de renda dos mesmos (CECANE/UFRGS, 2009).

Figura 3 – Relação entre as diferenciações de cadeias agroalimentares curtas e seus benefícios para os diferentes atores envolvidos



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Renting, Marsden e Banks (2003), Roman et al. (2011) e Chiffolleau (2009).

Ao se analisar a dinâmica atual dos mercados agroalimentares, é possível perceber que as cadeias agroalimentares curtas já estão presentes e são atuantes em diversos países, como a França e a Inglaterra, por exemplo, além de existir uma propagação desse tipo de cadeia de produção em todo o mundo (BARNIER, 2009; KNEAFSEY *et al.*, 2013).

Entretanto, a literatura a respeito deste tema tão importante encontra-se, de certa forma, defasada em relação à realidade, pois ainda são poucos os estudos abrangentes e relevantes sobre cadeias agroalimentares curtas, especialmente no contexto brasileiro. Essa lacuna na literatura torna as pesquisas realizadas sobre o tema, assim como o presente trabalho, ainda mais relevantes e necessárias para se entender o “novo paradigma de desenvolvimento rural”, que é a transformação da dinâmica dos mercados agroalimentares, gerada pelo movimento de mudança do padrão de consumo alimentar da sociedade atual (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram definidos de acordo com os objetivos gerais e específicos estabelecidos anteriormente, que visam analisar a cadeia curta de agricultores familiares fornecedores da alimentação escolar de Porto Alegre, sob o prisma das inovações sociais, tecnologias sociais e cadeias agroalimentares curtas. Conforme exposto anteriormente, serão utilizados como referências para essa análise os seguintes modelos: Tardiff e Harrison (2005) para identificação das dimensões de inovação social; The Young Foundation (2014) de classificação dos estágios das inovações sociais; ITS (2007) de análise dos aspectos de tecnologias sociais; Renting, Marsden e Banks (2003) de análise dos aspectos de cadeias agroalimentares curtas. Parte da literatura empírica produzida a respeito de inovações sociais e tecnologias sociais utiliza o estudo de caso como estratégia de pesquisa, por esta razão e por um entendimento do pesquisador de que se trata da melhor estratégia para a análise aqui proposta, o presente estudo adotou o estudo de caso para a realização de sua investigação empírica.

Este trabalho caracteriza-se, essencialmente, como uma pesquisa de caráter qualitativo, o qual se justifica quando se procura entender a natureza de determinado fenômeno social ou determinadas situações complexas, conhecendo o fenômeno de estudo a partir da realidade e da perspectiva das pessoas que dele participam (BRYMAN, 2000). Conforme Strauss e Corbin (2008), a abordagem se dá a partir das vivências individuais, do comportamento e funcionamento organizacional, dos fenômenos culturais e dos movimentos sociais. Isso porque em pesquisas qualitativas, é possível analisar o mundo a partir de lentes teóricas específicas e observar determinados problemas de pesquisa a partir do significado que tem para os indivíduos ou grupos pertencentes àquele contexto (CRESWELL, 2007). Nesse entendimento, pesquisas qualitativas podem contribuir para a sociedade relatando o modo como indivíduos e organizações funcionam, oferecendo mais opções e novas perspectivas (SILVERMAN, 2009).

Conforme exposto anteriormente, o método de pesquisa adotado será o estudo de caso tendo como unidade de análise a cadeia curta formada por agricultores familiares para o fornecimento da alimentação escolar do município de Porto Alegre. Segundo Yin (2005), o estudo de caso é um desenho de pesquisa apropriado para se ter uma apreensão minuciosa das relações sociais e quando se procura entender situações complexas. Ainda, se revela como um

modo de investigar um tópico empírico adotando-se procedimentos pré-especificados, tornando possível testar ou determinar uma teoria (YIN, 2005).

De forma semelhante, Triviños (1995) afirma que o estudo de caso permite ao pesquisador obter dados essencialmente qualitativos, que servem como indicadores da dinâmica de funcionamento de estruturas e relações sociais, pois permite a análise de uma situação complexa, levando em consideração as múltiplas interações de seus componentes.

Martins (2006) entende que em estudos de caso podem-se revelar novas perspectivas e descobertas, oferecendo descrições, interpretações e explicações que podem destacar o ineditismo de um estudo. Além disso, um estudo de caso deve ser eficaz, permitindo ao pesquisador apresentar encadeamentos que demonstrem a sua perseverança, criatividade e raciocínio crítico, procurando rigor científico e atendimento dos propósitos da pesquisa e do estudo do tema-problema.

Na concepção de Yin (2005), os estudos de caso podem ser divididos em dois tipos: únicos ou múltiplos. A escolha por estudos de caso único se justifica quando o caso selecionado é revelador a respeito do fenômeno que está sendo estudado. Além disso, um estudo de caso único pode ser dividido, conforme a abordagem utilizada, em holístico ou integrado. Um estudo de caso único holístico conta com apenas uma unidade de análise. Já um estudo de caso único integrado também conta com uma unidade de análise principal, que pode ser dividida em subunidades menores (YIN, 2001).

Nesse entendimento, a presente dissertação caracteriza-se com um estudo de caso único holístico tendo como unidade de análise a cadeia curta formada por agricultores familiares fornecedores da alimentação escolar de Porto Alegre.

3.1 ESCOLHA DA CADEIA CURTA E DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES FORMADORAS

A escolha do município de Porto Alegre foi realizada levando em consideração a sua representatividade como capital do estado do Rio Grande do Sul e por ser reconhecida como um modelo na gestão da educação como um todo e especialmente das escolas municipais, tornando relevante a análise da cadeia curta formada por agricultores familiares para atender a demanda dessas escolas por alimentos (MAPA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2014).

Para a identificação das cooperativas e associações formadoras da cadeia curta aqui estudada, primeiramente foram realizadas entrevistas exploratórias com informantes-chaves iniciais, nos meses de julho e agosto, com a Coordenadora do Setor de Nutrição/SMED da Prefeitura de Porto Alegre e o Coordenador da Unidade de Cooperativismo de Porto Alegre, pertencente à EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul). Foram abordados alguns aspectos relevantes do processo de formação da cadeia curta e das políticas públicas que encontram-se no escopo desse processo, tais como:

- a) Políticas públicas envolvidas no processo do fornecimento da alimentação escolar (leis, regulamentos, portarias, entre outros);
- b) Participação da agricultura familiar no fornecimento da alimentação escolar (percentual, valores, quantidades, preços praticados, entre outros);
- c) Relação dos atores envolvidos no processo (cooperativas, agricultores, governo, escolas, entre outros);
- d) Percepção quanto ao resultado da implementação dessas políticas de fornecimento da alimentação escolar por agricultores familiares (vantagens/desvantagens, dificuldades encontradas, entre outros);
- e) Relação/interação entre os atores da cadeia curta (mapeamento das interligações entre eles);

Deste modo, foi possível realizar a identificação e o mapeamento das cooperativas e associações pertencentes à cadeia curta de abastecimento, conforme o quadro 6 e a figura 4.

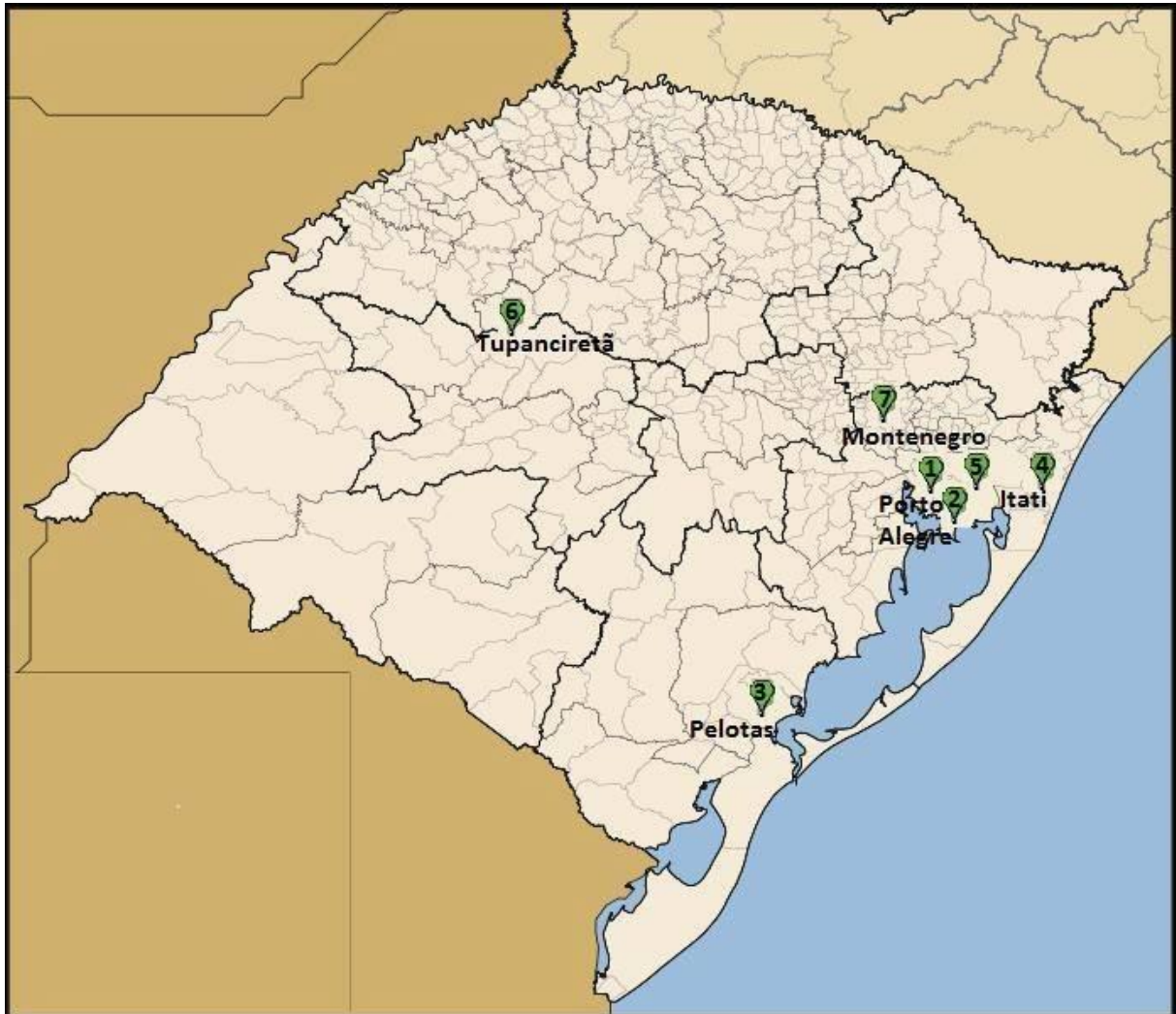
Quadro 6: Relação de cooperativas e associações fornecedoras e respectivos gêneros fornecidos à alimentação escolar de Porto Alegre

Nº	Cooperativa	Gêneros fornecidos	Região/Localidade
1	APESUL - Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo-Sul	Peixe, bolinho de peixe e filé de tilápia	Região Metropolitana (Porto Alegre) – RS
2	Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre	Carne suína	Região Metropolitana (Porto Alegre) – RS
3	Cafsul – Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul	Maçã, moranga e pêssego	Região Sul (Pelotas, Canguçu e Morro Redondo) – RS
4	Coomafitt - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas	Hortaliças, banana, açúcar mascavo e pão	Região do Litoral Norte (Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas) – RS
5	Coopan - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita	Arroz orgânico (parboilizado ou integral)	Região Metropolitana (Nova Santa Rita) – RS
6	Cooperterra - Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra	Iogurte e doce leite	Região Central (Tupanciretã) – RS

7	Ecocitrus - Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí	Cítricos, suco concentrado de tangerina, caqui, abacate e aipim (orgânicos)	Vale do Caí/Montenegro – RS
---	--	---	-----------------------------

Fonte: Bozzeto (2014) e Setor de Nutrição/SMED (2014).

Figura 4: Municípios onde estão localizadas as cooperativas e associações de agricultores familiares que fornecem produtos à alimentação escolar de Porto Alegre



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Conforme Yin (2005) existem alguns princípios que devem ser seguidos na coleta de dados, como a utilização de várias fontes de evidência, a criação de um banco de dados que reúna todas as evidências coletadas, e um encadeamento de evidências, que ligue de forma

clara as questões principais do estudo, os dados obtidos na coleta e suas conclusões. O autor complementa que existem seis principais formas de coleta de dados em estudos de caso: documentação, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e, por fim, artefatos físicos (YIN, 2005).

Seguindo o entendimento do autor, a coleta dos dados primários da presente pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiros pcadeia curtaterminados, disponíveis nos Apêndices A e B. Segundo Gil (2008), a entrevista semiestruturada é um instrumento de coleta mais flexível que entrevistas estruturadas, pois permite ao pesquisador adaptar e explorar melhor suas questões de interesse no curso da entrevista, ao mesmo tempo em que mantém certo nível de estruturação da mesma.

A elaboração do roteiro de entrevista levou em consideração as 5 dimensões de análise de uma inovação social de Tardiff e Harrison (2005), os estágios da inovação social propostos por The Young Foundation (2014), os aspectos das tecnologias sociais propostos pelo Instituto de Tecnologia Social (2007) e a caracterização de cadeias agroalimentares curtas proposta por Renting, Marsden e Banks (2003).

Inicialmente foram entrevistados os 7 gestores das 7 cooperativas/associações pertencentes à cadeia curta, que indicaram um produtor para cada uma dessas organizações. Após essa coleta inicial, os produtores indicados foram, então, entrevistados.

Contabilizando as 2 entrevistas exploratórias iniciais e as 14 entrevistas componentes da coleta de dados primária, somou-se 16 entrevistas semiestruturadas realizadas. O quadro 7 traz a relação dos entrevistados na fase de coleta de dados exploratória e posteriormente na coleta de dados primária, conforme a organização a qual pertence, seu cargo ou função, idade, grau de instrução, tempo de atuação na organização e roteiro de entrevista utilizado.

As entrevistas foram realizadas nas cidades-sede das cooperativas/associações e na propriedade dos produtores indicados, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, que são as seguintes: Porto Alegre (2 associações e 2 produtores), Pelotas, Terra de Areia, Nova Santa Rita, Tupanciretã e Montenegro. Todas as entrevistas foram gravadas, com um total de gravação de 16 horas e 57 minutos e média de 1 hora e 3 minutos por entrevista. As gravações foram integralmente transcritas, gerando 144 páginas de transcrição. O período de coleta de dados se deu entre os meses de outubro e dezembro de 2014.

Quadro 7 – Relação de entrevistados para a pesquisa

Organização	Ano de formação	Nome do entrevistado	Cargo/função na organização	Idade	Grau de escolaridade	Ano de filiação à organização	Roteiro de entrevista
Setor de Nutrição da SMED - Porto Alegre	1980	Anelise Bozzeto da Silva	Coordenadora	29	Ensino superior completo	2010	Entrevista exploratória
Unidade de Cooperativismo da EMATER - Porto Alegre	2012	Marcelo Cotrim	Coordenador	43	Ensino superior completo	2013	Entrevista exploratória
APPELUL	2009	Nicole Marques Ferreira	Responsável administrativa	28	Ensino superior em andamento	2011	A
		Roberto Luis Superti	Sócio-fundador/produtor	53	Ensino médio incompleto	2009	B
Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre	1992	Primo Rogério Brustolin	Sócio-fundador/Presidente/produtor	45	Ensino médio incompleto	1992	A
		Carlos Ernesto Bardolla	Vice-presidente/produtor	34	Ensino fundamental completo	1994	B
CAFSUL	2004	Roni Goularte Silveira	Sócio-fundador/Presidente/produtor	54	Ensino fundamental incompleto	2004	A
		Rogério Luvier	Produtor	40	Ensino fundamental incompleto	2014	B
COOMAFITT	2004	Charles Lima	Administrador	29	Ensino superior completo	2009	A
		Telmo Witt	Sócio-fundador/produtor	43	Ensino fundamental incompleto	2004	B
COOPAN	1995	Airton Luis Rubnich	Direção/produtor	45	Ensino superior completo	1995	A
		Julcemir Fernando Marcon	Gestor Financeiro/produtor	44	Ensino médio completo	1995	B
COOPERTEERRA	2001	Vanderlei da Silva Ferts	Presidente/produtor	45	Ensino médio incompleto	2001	A
		Darci Mendes	Sócio-fundador/produtor	49	Ensino fundamental incompleto	2001	B
ECOCITRUS	1994	Ernesto Carlos Kasper	Sócio-fundador/Gerente de Relações Institucionais/produtor	46	Ensino médio completo	1994	A
		Pedro Francisco Schneider	Sócio-fundador/Gerente de Equipe/produtor	52	Ensino fundamental incompleto	1994	B

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como fonte de dados secundários, utilizaram-se as anotações em diário de campo e a pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica surge como um procedimento metodológico que auxilia o pesquisador na busca de soluções para o seu problema de pesquisa. Ela é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, que foram publicadas em livros, artigos científicos, web sites, entre outros (FONSECA, 2002).

Foram pesquisadas fontes nos sites dos órgãos governamentais envolvidos no processo aqui estudado, tais como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Prefeitura Municipal de Porto Alegre e suas secretárias responsáveis (da Educação e da Fazenda), EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), e sites de programas ligados às políticas aqui relatadas, como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Além disso, foram consultados sites das cooperativas de agricultores familiares pertencentes à cadeia curta estudada, banco de dados de entidades ligadas à agricultura e artigos científicos. Todos os dados coletados foram identificados, compilados e fichados, com o objetivo de reunir elementos que serviram para apoiar as informações obtidas através de outras fontes.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Na etapa de análise e interpretação dos dados, é necessário que o pesquisador escolha entre diversas técnicas (YIN, 2005). Dessa forma, com o auxílio do *software* NVIVO, as respostas obtidas nas entrevistas realizadas foram sistematizadas e classificadas em categorias de análise específicas, para que ficassem disponíveis para a discussão e de forma a possibilitar a análise do conteúdo, conforme indica Creswell (2007). O auxílio de um *software* é importante quando se tem uma grande quantidade de informações a serem analisadas.

Conforme metodologia proposta por Rocha e Deusdará (2005), as respostas obtidas nas entrevistas passaram por uma leitura inicial de primeiro plano do material empírico, com o objetivo de interpretá-los para além dos significados aparentes. Feito isso, o *software* foi utilizado para auxiliar na condensação dos resultados em categorias mais enxutas, sendo classificados conforme critérios com categorias de significação.

Na fase posterior, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que permite diversas deduções a partir da sistematização das informações coletadas e suas classificações por categorias (MARTINS, 2006).

Os autores Saunders, Lewis e Thornhill (2009) afirmam a importância de se construir e refletir sobre outros aspectos da pesquisa anteriores à formulação dos métodos e procedimentos que serão utilizados, tais como a “filosofia” que orienta o estudo, através de sua escolha epistemológica, e sua abordagem frente ao fenômeno a ser estudado. Só então, conforme os autores, é que é possível se pensar na estratégia de pesquisa, o método que será utilizado, o “corte” de tempo que será analisado e, por fim, as técnicas e procedimentos escolhidos (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

Baseada na proposta dos autores Saunders, Lewis e Thornhill (2009), o presente trabalho possui as seguintes diretrizes de pesquisa: a) filosofia: interpretativismo; b) abordagem: indutiva; c) estratégia de pesquisa: estudo de caso; d) método único: qualitativo; e) horizonte de tempo: transversal; f) técnicas e procedimentos: entrevistas e pesquisa bibliográfica e documental e análise de conteúdo.

Por fim, o quadro 8 resume a metodologia utilizada e os resultados esperados, de forma a deixar mais clara a relação entre os objetivos do trabalho, os modelos utilizados, os atores entrevistados e os roteiros utilizados para essas entrevistas.

Quadro 8 – Resumo da metodologia e resultados esperados

Objetivos	Revisão da Literatura	Atores	Roteiro de Entrevista	Resultados Esperados
Verificar o contexto da cadeia curta de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar do município de Porto Alegre e identificar se é uma inovação social;	Tardiff e Harrison (2005)	Cooperativas/associações e produtores.	Apêndices A e B.	- Identificar quais dimensões e elementos de inovação social estão presentes na cadeia curta de agricultores familiares
Se a cadeia curta for uma inovação social, identificar em que estágio se encontra como tal	The Young Foundation (2014)	Cooperativas/associações e produtores.	Apêndices A e B.	- Verificar em que estágio de inovação social a cadeia curta de agricultores familiares se encontra.
Verificar se há aspectos de tecnologia social presentes nessa cadeia curta	ITS (2007)	Cooperativas/associações e produtores.	Apêndices A e B.	- Verificar que aspectos de tecnologia social são encontrados na cadeia curta de agricultores familiares.
Identificar os aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes nessa cadeia curta e como eles podem auxiliar o processo de inovação social e tecnologia social	Renting, Marsden e Banks (2003)	Cooperativas/associações e produtores.	Apêndices A e B.	- Identificar quais aspectos de cadeias agroalimentares curtas estão presentes na cadeia curta de agricultores familiares; - Verificar como esses aspectos influenciam no processo de inovação social e tecnologia social.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar que as dimensões e elementos de inovação social, aspectos de tecnologia social e aspectos de cadeias agroalimentares curtas serão apresentados e destacados através de grifos no capítulo de análise dos dados.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Os resultados obtidos na pesquisa e sua posterior análise estão retratados no presente capítulo.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para avançar no entendimento de como as políticas públicas podem promover o fortalecimento da agricultura familiar é necessário entender o contexto político brasileiro atual e as iniciativas que possuem a capacidade de influenciar o cenário da agricultura familiar. Posto isso, nesta seção serão abordados os programas governamentais ligados ao contexto da agricultura familiar e da alimentação escolar, e serão apresentadas informações e dados sobre a alimentação escolar pública no município de Porto Alegre.

4.1.1 PAA e PNAE

Neste cenário, dois programas nacionais de combate à fome emergem com relevância, ambos com uma política de compras institucionais que beneficiam diretamente os agricultores familiares: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, além da Modalidade Compra com Doação Simultânea, ligada ao PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA tem por finalidade a aquisição de produtos da agricultura familiar, com o objetivo de atender a demanda de alimentos de populações em estado de insegurança alimentar. Diversos órgãos estão envolvidos no programa nas diferentes esferas públicas, tais como: ministérios do governo federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Fazenda), estados, municípios, entidades de assistência técnica, entidades não-governamentais e organizações de agricultores familiares (MDA, 2014a).

Os agricultores participantes devem estar enquadrados no PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que serve como uma espécie de passaporte do agricultor familiar para diversas políticas públicas. Eles podem ser beneficiados pelo PAA através de cinco modalidades: apoio de formação de estoques pela agricultura familiar, compra da agricultura familiar com doação simultânea, incentivo à produção e ao consumo do leite (PAA Leite), compra direta da agricultura familiar e compra institucional. Conforme estimativa realizada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, desde o início do programa, em 2003, até 2012, cerca de 190 mil agricultores familiares foram beneficiados através dessas modalidades, gerando um aporte financeiro por parte do governo federal de cerca de 970 milhões de reais (MDS/MDA/CONAB, 2012c).

No âmbito do PAA, existe a Modalidade Compra com Doação Simultânea, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, voltada à promoção da articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de alimentos, proporcionando um desenvolvimento da economia local (MDS, 2014a). Nessa modalidade, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados a entidades assistenciais, a órgãos públicos ligados ao abastecimento de alimentos para a população, tais como os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos, além da cadeia curta pública e filantrópica de ensino, em casos específicos (MDS, 2014a).

O agente público responsável pela operacionalização dessa política pública é a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Os agricultores familiares podem fornecer alimentos in natura, processados e industrializados. Assim, como na alimentação escolar, os produtos orgânicos têm preferência, sendo permitido um preço até 30% maior em relação aos não orgânicos (MDS, 2014a).

Para participar dessa modalidade, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações, que realizam a solicitação de participação, informando a entidade que será beneficiada com os alimentos produzidos. Se aprovada, a CONAB realiza o pagamento desses produtos aos agricultores, até o limite de R\$8.000,00 por produtor (MDS, 2014a).

Outra modalidade operacionalizada pela CONAB, a partir de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que atende aos agricultores familiares é a Formação de Estoques, voltada à comercialização dos produtos, sustentação de preços e agregação de valor. Para isso, são disponibilizados recursos para a formação de estoques de determinados

alimentos, conforme listagem de agricultores enviada pela cooperativa participante, que possuem um prazo de 12 meses para realizar a comercialização dos seus produtos já processados e reembolsar o valor, em produtos, para o MDS, ou financeiramente, para o MDA (MDS, 2014b).

Nesse contexto, surge outro programa do governo federal que beneficia a agricultura familiar. É o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, que foi implantado em 1955 e possui o objetivo de oferecer alimentação saudável a todos os estudantes das escolas públicas do Brasil, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e com o fornecimento de alimentos que supram as necessidades nutricionais dos estudantes. A interação com a agricultura familiar se dá através do disposto na Lei 11.947/09, artigo 14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e comunidades quilombolas (MDS, 2014c).

Ainda nesse entendimento, a Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009 prevê que, do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para as compras da agricultura familiar (30% do total), não se faz necessário abrir processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado local e os alimentos atendam as exigências de controle de qualidade (MDS, 2014c). Para que esse processo ocorra, as entidades responsáveis pela compra da alimentação escolar (prefeituras, secretarias e escolas) deverão publicar a demanda de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar através de uma chamada pública, em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação (CECANE/UFRGS, 2009).

Na implantação dessa política pública, o governo federal assumiu um compromisso de descentralização da responsabilidade pela alimentação escolar nas escolas públicas de todo Brasil, visto o grande número de atores regionais envolvidos nesse processo. No contexto específico da alimentação escolar do município de Porto Alegre, pode ser visualizado, no quadro 9, os principais atores que emergem com responsabilidades específicas sobre esse processo.

Quadro 9 - Diferentes atores com responsabilidades sobre a alimentação escolar de Porto Alegre

Ator	Interação com a alimentação escolar em Porto Alegre
Governo Estadual do Rio Grande do Sul	Através da atuação da Secretaria da Fazenda no controle da verba destinada à educação e da Emater, que realiza o mapeamento e o treinamento dos agricultores familiares interessados.
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	Responsável direto pela administração da alimentação escolar, através da Secretaria Municipal de Educação, que conta com um setor específico para este fim, o Setor de Nutrição.
Cooperativas de agricultores	Responsáveis pela organização dos interessados e pela logística de entrega dos alimentos.
Conselho de Alimentação Escolar	Órgão colegiado formado por pessoas do poder legislativo, poder executivo, pais de alunos, professores e membros da sociedade civil, que possui a responsabilidade de fiscalizar a execução do programa de forma adequada.
Universidades e organizações sem fins lucrativos	Auxiliam em diversas demandas dos outros atores, através de pesquisas, consultorias e treinamentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1.2 Alimentação Escolar no Município de Porto Alegre

No contexto das políticas públicas nacionais, ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar, principalmente através do fornecimento à alimentação escolar, existem critérios de seleção dos agricultores participantes, além de exigências que regem essa relação de fornecimento. Para identificar quem são os agricultores participantes desse processo, é necessário entender quais são os “filtros” a que são submetidos para o ingresso nessa cadeia curta de fornecimento.

Conforme estabelece a Resolução FNDE 26/2013 (PMPA, 2014), no artigo 25, referente à compra da agricultura familiar, para a priorização das propostas, deverá ser observada a seguinte ordem para desempate:

- a) Fornecedores locais do município;
- b) Assentamentos de Reforma Agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas;
- c) Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos;
- d) Grupos Formais (organizações produtivas portadoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares,

detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais;

e) Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios.

No processo de definição dos preços dos alimentos que serão adquiridos para a alimentação escolar, são levados em consideração todos os custos envolvidos, tais como frete, embalagens, encargos, entre outros. O preço é definido a partir de uma pesquisa realizada em três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar (PMPA, 2014). Nesse processo participam a CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul, a Secretaria Municipal da Fazenda, a Procuradoria Geral do Município e o Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação - SMED. Para produtos que sejam orgânicos ou agroecológicos, os preços podem ser acrescidos em até 30%, em relação aos produtos convencionais. Essa prática pode ser vista como um subsídio para que os agricultores adotem esse tipo de cultura em suas propriedades, com benefícios econômicos para eles e nutricionais para as crianças atendidas.

Em relação à logística de fornecimento desses alimentos, quando se tratam de gêneros alimentícios não perecíveis, os produtores devem realizar a entrega no depósito de alimentos da Prefeitura de Porto Alegre. Já os gêneros alimentícios perecíveis, devem ser entregues diretamente nas escolas municipais atendidas. Ambos os tipos de alimentos são entregues conforme um cronograma estabelecido pelo Setor de Nutrição da SMED, que estabelece uma entrega semanal para os alimentos perecíveis, sendo mais flexível em relação aos não perecíveis (PMPA, 2014). Esses critérios que são estabelecidos para o fornecimento dos produtos, torna a logística de abastecimento bastante complexa para os produtores, que precisam estabelecer uma organização nas cooperativas e entre seus pares, visando o cumprimento das normas estabelecidas para a entrega dos alimentos.

Os editais, ou Chamadas Públicas, para o fornecimento da alimentação escolar, contemplam o período de um ano, e neles consta toda a demanda prevista de alimentos (exemplos anexos A e B), embora sejam realizadas compras de alimentos que não constavam nos editais iniciais nesse período, através de chamadas mensais específicas. Em 2015, conforme a Coordenadora do Setor de Nutrição da SMED, a chamada pública abrangerá o período de um semestre, mas especificamente março a junho, já que janeiro e fevereiro não se tem aula nas escolas municipais. A chamada pública do primeiro semestre de 2015 está demonstrada no anexo C do presente trabalho.

O órgão responsável pelo processo de compra dos alimentos é a Secretaria Municipal da Fazenda, após a análise dos projetos de venda enviados pelos grupos formais (cooperativas) pelo Setor de Nutrição da SMED. Ao enviar os projetos de venda, as cooperativas devem apresentar quais regiões de Porto Alegre desejam atender, visto que a área de fornecimento é dividida em 17 regiões (PMPA, 2014).

A cadeia curta municipal de ensino de Porto Alegre conta com aproximadamente 55 mil alunos e 96 escolas, divididas em 17 regiões. Para conseguir alcançar o percentual estabelecido pelo poder público, de 30% da alimentação escolar ser fornecida por agricultores familiares, foi formada uma cadeia curta de busca por cooperativas que pudessem realizar esse abastecimento, cumprindo as normas estabelecidas. Essa cadeia curta conta com atores e órgãos públicos, tais como EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento e, por parte da sociedade civil, as feiras ecológicas estabelecidas na região (BOZZETO, 2014; SETOR DE NUTRIÇÃO/SMED, 2014).

Conforme dados fornecidos pelo Setor de Nutrição/SMED (2014), desde 2009, ano do estabelecimento da resolução do PNAE, o município de Porto Alegre vem aumentando o percentual de compras da agricultura familiar gradativamente (quadro 10).

Quadro 10 - Relação de gastos com a alimentação escolar do município de Porto Alegre/ fornecimento através da agricultura familiar

	Recursos FNDE - Gastos	Recursos para Agricultura Familiar	% Agricultura Familiar
2010	R\$ 3.767.580,31	R\$ 70.739,39	1,9
2011	R\$ 4.419.287,12	R\$ 506.408,11	11,5
2012	R\$ 5.269.813,72	R\$ 1.409.294,35	26,7
2013	R\$ 9.095.985,47	R\$ 2.655.793,49	29,2
2014	R\$ 9.001.309,10	R\$ 3.082.948,37	34,25

Fonte: Bozzeto (2014) e Setor de Nutrição/SMED (2015).

Percebe-se um aumento relevante das compras oriundas da agricultura familiar, entretanto, ainda existe um grande espaço para o crescimento das mesmas, visto que mais de 65% das compras da alimentação escolar ainda são destinadas aos fornecedores tradicionais.

Os agricultores familiares são inseridos nesse processo através das cooperativas a que pertencem, já que não se tem registro de algum agricultor individual que forneça alimentos ao

município. No caso específico de Porto Alegre, atualmente existem sete cooperativas/associações formadas por agricultores familiares que abastecem a alimentação escolar do município, que fornecem diferentes tipos de gêneros alimentícios, desde frutas, legumes e verduras até carnes e laticínios.

Entre os gêneros fornecidos, alguns são produzidos exclusivamente pelos agricultores familiares, como por exemplo, o pão caseiro, iogurtes, carne suína e filé de peixe. Esses alimentos foram incluídos no cardápio após se perceber que eles faziam parte da produção usual dos agricultores e que poderiam ser benéficos para a alimentação dos alunos da cadeia curta de ensino municipal (BOZZETO, 2014). Isso representa um avanço na interação entre o poder público e esses produtores, que acabam influenciando a própria elaboração dos cardápios escolares, visto que começou a ser considerada a disponibilidade de produtos locais e da safra e foram incluídos alimentos orgânicos e integrais, antes ignorados nesse processo de elaboração.

A partir desta realidade, a cadeia curta de abastecimento da alimentação escolar do município de Porto Alegre, formada por agricultores familiares, preza por um modelo de desenvolvimento com base na cooperação e no planejamento. Nesse modelo, as cooperativas/associações realizam parcerias entre si para definir e compartilhar os roteiros de entregas dos produtos, além de realizar um planejamento de plantio, integração e amadurecimento das culturas, visando à diversificação do plantio e um aumento no número de itens e nas quantidades compradas pelo município (BOZZETO, 2014). Dessa forma, há uma colaboração entre os agricultores e suas organizações sociais (cooperativas/associações), em consoante interação com o poder público.

4.2 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PORTO ALEGRE

Nesta seção são apresentadas as associações e cooperativas de agricultores familiares que constituem o caso aqui estudado, com informações sobre a trajetória dessas cooperativas/associações, suas estruturas organizacionais, sua produção e comercialização, sua relação com os mercados institucionais e seus aspectos de governança/gestão. Os demais aspectos relacionados às cooperativas e associações, serão abordados nos capítulos seguintes,

como dimensões de inovação social, aspectos de tecnologia social e aspectos de cadeias agroalimentares curtas.

O primeiro item a seguir traz a caracterização da Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo-Sul, enquanto que o segundo apresenta a Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre. O terceiro item aborda a Cooperativa de Apicultores e Fruticultores da Zona Sul e o quarto a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas. O quinto item refere-se à Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, já o sexto apresenta a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra. Por fim, tem-se a caracterização da Cooperativa dos Citricultores do Vale do Caí.

4.2.1 Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo Sul (APPELUL)

A APPELUL foi criada em 2009, inicialmente com 15 associados. É formada por pescadores e piscicultores ligados à agricultura familiar e moradores do extremo-sul de Porto Alegre. Todos os pescadores pescam no Lago Guaíba e na Lagoa dos Patos, principalmente nas proximidades da Ilha do Presídio e da Ilha das Pombas. Os piscicultores e agricultores familiares têm suas propriedades no bairro Lami.

Seu objetivo inicial era a comercialização nas feiras de peixes ocorridas na Semana Santa, em Porto Alegre. Mas, com sua criação ocorrendo em paralelo com a resolução do PNAE, a associação passou a investir recursos na busca por atender a essa nova demanda que surgiu.

O trabalho inicial realizado pela associação foi auxiliar os produtores no acesso à documentação necessária para fornecer à alimentação escolar e na fixação de regras e parâmetros de qualidade dos produtos.

Para atender a alimentação escolar, uma das famílias de piscicultores e agricultores familiares fundadoras da associação realizou um investimento inicial, construindo e registrando uma agroindústria familiar, de acordo com o sistema de inspeção municipal, aumentando a diversidade de produtos que poderiam ser fornecidos.

Essa família faz parte da direção e é responsável por parte do trabalho de processamento, através da agroindústria, e de comercialização do que é produzido na associação, enquanto as outras famílias ficam responsáveis apenas pela produção e entrega

dos peixes, auxiliando no trabalho da agroindústria em épocas de maior demanda. Além dessa centralização do trabalho de processamento e comercialização em uma família, essa mesma família, composta por oito membros, se encarrega da tomada de decisões mais urgentes que surgem no dia-a-dia da associação.

O presidente da associação afirma que essa dinâmica ocorre dessa forma em função do perfil da maioria dos associados, que são pescadores e passam a maior parte do tempo nessa atividade, deixando para participar mais ativamente nas reuniões e encontros mais importantes promovidos pela associação. Nesses encontros, são deliberadas as normas, metas inclusões, exclusões e demais decisões estratégicas por todos os participantes. Essa relação entre a cooperativa e os pescadores participantes é relatada a seguir:

A associação só funciona porque existe uma compreensão do que é a função de cada participante. Eu to acostumado a trabalhar dia e noite. Pescador não é assim, eles pescam para sua sobrevivência, não para sobreviver. Tem pescador que me entrega 100kg por semana, enquanto tem pescador que entrega 1000kg. Outros levam 30 dias pra entregar 100kg de peixe, de acordo com a sua necessidade. Então a gente aprendeu que não tem como ter cobrança com essa classe. Ela tem sua vida própria, nós temos que ter paciência. Pra eles, passar 15 dias longe de casa pescando, acampado, é o que eles gostam, não tem como influenciar. Então nós tivemos que aprender isso e respeitar a individualidade de cada um (presidente da APPELUL).

Atualmente, a associação conta com 66 associados, sendo 54 pescadores e 12 piscicultores. Estima-se um total de mais de 210 pessoas beneficiadas pelo trabalho da associação, entre associados e seus familiares.

A produção total gira em torno de 20 mil quilos de peixe por mês, divididos entre os pescados e os criados através da piscicultura. Entre os pescados as principais espécies são a branca e o pintado. Ocasionalmente aparecem a tilápia, o cará, a corvina e a sardinha. As espécies da piscicultura são a tilápia, a traíra e as carpas.

Dos 20 mil quilos produzidos mensalmente, após o processamento, são comercializados 9 mil quilos - 6 mil quilos como filé e 3 mil como bolinho e hambúrguer de peixe. A maior parte dessa produção tem como destino a alimentação das escolas municipais de Porto Alegre.

A associação conta com outros mercados para seus produtos, principalmente na época do ano em que ocorre a Semana Santa, onde são organizadas as Feiras do Peixe de Porto Alegre, nos bairros Centro e Restinga, em que uma parte da produção é destinada para tal (20 mil quilos de filés e 6 mil quilos de bolinhos de peixe). Além disso, a associação participa de projetos do PAA, para venda a restaurantes populares, programas do Fome Zero, entre outros.

Entretanto, esses projetos são sazonais, então a produção é intensificada apenas para atendê-los.

Ainda no âmbito do PNAE, a associação vende parte de sua produção para escolas estaduais de Porto Alegre, mas, em função da dinâmica de fornecimento ser mais complexa, a quantidade vendida ainda não é tão significativa quanto o que é fornecido para as escolas municipais.

4.2.2 Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre

A Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre foi fundada em 1992, por atores que se mantêm até hoje entre os atuais oito associados. Todos eles possuem propriedades em bairros da zona sul de Porto Alegre, em meio à urbanização existente naquela área. Ela surgiu com o objetivo de atender a demanda dessa região por carne suína, mas já na época de sua criação passou a atender duas creches do bairro Restinga, através de uma parceria com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre - DMLU, que recolhe e fornece para a associação as sobras de restaurantes, para serem utilizadas na alimentação dos suínos, em troca desse fornecimento para as creches.

Trata-se de uma organização pequena, sem sede ou qualquer estrutura administrativa, apenas o necessário para o processamento da carne que é produzida. Todos os associados produzem juntos uma média de 3 mil suínos por ano, em parte processados na propriedade de um dos associados, gerando 24 mil quilos de carne processada por ano. Os suínos que não são abatidos pela associação são vendidos vivos para determinados frigoríficos.

Desde sua criação, a associação vende parte de sua produção para grandes frigoríficos gaúchos, como o Ouro do Sul, uma cooperativa especializada na venda de suínos. Dois associados faziam parte, também, dessa cooperativa, o que garantia a venda de toda a produção da associação para eles. Em determinado momento, essa compra foi interrompida, gerando um problema para associação, visto que tinham perdido o seu único comprador disponível. Na busca por novos mercados, os produtores conseguiram fornecer por um período pequeno para outro frigorífico gaúcho, do município de Caxias do Sul, mas sem a mesma representatividade do frigorífico anterior.

Em 2010, a associação tomou conhecimento da oportunidade aberta de fornecer à alimentação escolar, através dos seus parceiros do DMLU, que ajudaram em todo o processo

inicial. Hoje, a alimentação escolar é o destino de todos os 24 mil quilos de carne produzidas pela associação. O restante da produção é dividido entre o fornecimento para as duas creches da Restinga, através do DMLU, da venda de alguns animais vivos para frigoríficos e do fornecimento para o Banco de Alimentos, um projeto oriundo do programa Fome Zero, do governo federal. Além desses mercados, a associação está em um processo inicial para fornecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e para alguns presídios, através do governo estadual.

Em relação à governança da associação, por se tratar de uma pequena organização, todas as decisões são tomadas em conjunto, por todos os oito associados. Essas decisões são tomadas em reuniões mensais fixas e em reuniões esporádicas, de acordo com a necessidade e a urgência de cada tema. Essa dinâmica é a mesma há mais de 20 anos, conforme relatado pelo presidente da associação, e a relação entre os associados é extremamente próxima, semelhante a uma organização familiar.

4.2.3 Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL)

Fundada em 2004, originalmente com sede em uma sala paroquial localizada no interior do município de Pelotas, mais especificamente na localidade de Colônia Maciel, a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul, foi criada com o objetivo de organizar e facilitar o transporte dos pêssegos produzidos pelas famílias fundadoras para uma grande indústria da região, única compradora dos seus produtos. Com a questão logística organizada, a cooperativa passou a exercer um papel mais relevante na vida dos seus cooperados, principalmente na busca por novos mercados para a sua produção, antes destinada a apenas um comprador, e captando outros produtores da região que passavam por dificuldades, que passaram a ter uma renda e um destino para sua produção.

Antes da criação da cooperativa, era forte a aderência dos agricultores ao plantio de fumo, tradicional da região. Situação que foi mudando conforme a cooperativa passou a obter mercado para a venda de pêssego, o que induziu os produtores a realizar a troca de cultura.

Toda a estruturação inicial, investimento em sede própria e adequação jurídica e administrativa para participar de mercados privados e institucionais, foram feitas pela cooperativa com o auxílio de uma ONG, que busca ajudar as cooperativas na sua gestão e desenvolvimento.

Atualmente, a cooperativa possui 538 membros, de diversos municípios próximos à Pelotas. Além do pêssego, seu primeiro e principal produto, a cooperativa realiza a produção de figo e goiaba, todos in natura ou processados na forma de suco ou enlatado por uma indústria parceira, além de hortifrutigranjeiros diversos, como repolho, couve, maçã, abóbora, cenoura e beterraba. Para realizar esse processamento internamente, atualmente a CAFSUL está investindo na construção de uma agroindústria própria.

Entre produtos frescos e processados, a cooperativa produz cerca de 2 milhões e 400 mil quilos de pêssego, 120 mil quilos de goiaba e 10 mil quilos de figo por ano, além de hortifrutigranjeiros diversos. Essa produção tem diversos destinos. Parte dela vai para duas empresas privadas, uma indústria de alimentos da região que compra produtos da cooperativa desde sua criação, e uma indústria de alimentos que atende o Polo Naval de Rio Grande. Em relação aos mercados institucionais, a CAFSUL atende atualmente formação de estoque da CONAB, PAA e PNAE.

No âmbito do PNAE, a cooperativa fornece para a alimentação escolar de escolas municipais e estaduais dos seguintes municípios: Pelotas, Canguçu, Pedro Osório, Rio Grande, São Lourenço e Porto Alegre. O município de Pelotas foi o primeiro a comprar da CAFSUL para a alimentação escolar e é ainda o maior comprador entre essas cidades. Para Porto Alegre, em função da distância e da logística complicada de entrega de alimentos frescos, a cooperativa realiza a entrega apenas de pêssego processado, representando cerca de 2% das vendas totais da cooperativa.

A gestão da organização é realizada por um grupo de diretores, que realizam diversas reuniões para tomar as principais decisões internas. A participação dos cooperados se dá nos outros quatro encontros mensais realizados pela cooperativa: uma assembleia, onde são definidas as principais diretrizes da gestão da cooperativa, um levantamento de produção e dois pagamentos. Segundo o presidente da CAFSUL, mesmo com um número expressivo de cooperados (538), há uma participação ativa nas reuniões da maior parte deles.

4.2.4 Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT)

A articulação do que seria a COMAFITT iniciou em 2004, com oito pequenos agricultores que, orientados pela EMATER-RS de Itati e Terra de Areia, formaram um grupo

de apicultores. Com a entrada de mais famílias no grupo, eles adquiriram uma estrutura para extração do mel e para sua comercialização, no município de Itati-RS.

No ano de 2005, o grupo contava com 27 membros e passou a comercializar outros produtos que produziam em suas propriedades, tais como hortaliças e frutas. Em setembro de 2006, esse grupo fundou a COOMAFITT, Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados dessa região.

Nos dois primeiros anos de funcionamento, a cooperativa ficou praticamente inativa, pois faltavam mercados para seus produtos. Até que em 2008, ela começou a comercializar para o seu primeiro mercado institucional, através do PAA, nos municípios de Capão da Canoas, Terra de Areia, Caxias e Canoas. A cooperativa ainda atende quatro projetos do PAA atualmente.

A partir de 2009, a cooperativa começou a fornecer para a alimentação escolar, para os municípios de Terra de Areia e Três Forquilhas e, segundo o Administrador da cooperativa, foi a abertura desse mercado que solidificou e possibilitou o desenvolvimento da organização, com um crescimento que possibilita praticamente dobrar o faturamento a cada ano. Hoje, a cooperativa fornece alimentos para as escolas de 31 municípios gaúchos. A distribuição e a comercialização dos produtos entre os mercados disponíveis são divididas da seguinte forma: 81% PNAE, 18% PAA e 1% mercados tradicionais, como cadeia curtas varejistas e pequenos mercados do litoral gaúcho.

Atualmente, a cooperativa conta com 172 integrantes, que produzem uma diversidade de produtos, entre eles: banana, tomate, olericultura (brócolis, alface, entre outros), frutas, agroindustrializados (mel, açúcar mascavo, melado, açaí, entre outros) e panificados. Seus principais produtos produzidos são a banana, com uma produção anual de 390 mil quilos e tomate, com uma produção anual de 120 mil quilos. No seu quadro de cooperados, 57% são mulheres, característica que pode ser atribuída à integração com uma associação de mulheres do município de Três Forquilhas, a AMADECOM.

Em relação à sua governança, a cada 2 anos é realizada uma eleição, que escolhe a presidência, a diretoria, um conselho administrativo e um conselho fiscal, todos responsáveis pelas tomadas de decisão da cooperativa. São realizadas reuniões semanais entre os diferentes setores e atores participantes da cooperativa, além dos eventos sociais promovidos para os cooperados.

A COOMAFITT, apesar de ser uma organização relativamente nova, já recebeu algumas premiações e reconhecimentos de instituições importantes, tais como: Prêmio

Pioneirismo Rural em 2010, recebido na Expoiner do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Prêmio Cooperativa do Ano 2012 Categoria: Desenvolvimento Sustentável, recebido no XV Seminário Gaúcho do Cooperativismo da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); selo de Referência Estadual da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS); considerada modelo pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no Programa Aquisição de Alimentos - Doação Simultânea e pela EMATER-RS na alimentação escolar.

4.2.5 Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)

Fundada em 1995, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita foi formada por um grupo de famílias assentadas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que receberam lotes de terras na Reforma Agrária e se juntaram para realizar a produção de forma coletiva, onde o grupo possuía mais capacidade de investir e se organizar do que individualmente. A cooperativa nasceu com uma filosofia de organização social e econômica baseada na coletividade, em que todo o trabalho de produção, processamento, comercialização e gestão da cooperativa são realizados de forma coletiva, assim como os resultados são compartilhados da mesma forma.

No entorno da sede da cooperativa, localizada na zona rural do município de Nova Santa Rita, estão os estabelecimentos de produção e industrialização e também a chamada agrovila, onde os cooperados possuem as suas moradias. Além disso, na agrovila existem creches para os filhos dos cooperados, a Escola do Assentamento, campo de futebol, um ginásio que está sendo estruturado e cozinhas e refeitórios que fornecem a alimentação dos cooperados e suas famílias.

A cooperativa possui atualmente 67 integrantes, e produz arroz orgânico, suínos, e leite in natura. Sua produção anual gira em torno de 1.000.000 quilos de arroz, 140.000 litros de leite e 20.000 suínos processados no abatedouro, sendo 5.000 de criação própria e o restante fornecido por criadores da região.

Essa produção possui diversos destinos, pois a cooperativa busca diversificar seus mercados. A carne suína é vendida para pequenos mercados e açougues da região, estima-se em torno de 60 pontos de entrega, o que permite a entrega de carne fresca toda a semana. O arroz, produzido de forma orgânica e com certificações específicas para isso, possui

compradores com maior poder aquisitivo, principalmente nas capitais, tais como Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, São Paulo e Brasília. Essa venda é realizada para intermediários, que realizam a distribuição para o varejo.

Em relação aos mercados institucionais, a COOPAN atende basicamente três programas: formação de estoques da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), Doação Simultânea através do PAA e alimentação escolar através do PNAE, tanto de escolas estaduais quanto municipais. A cooperativa fornece à alimentação escolar de diversos municípios, tais como: Porto Alegre, Nova Santa Rita, Portão, Estancia Velha, Sapucaia e Capela de Santana.

Para Porto Alegre, a cooperativa destina 5% de toda a sua produção de arroz orgânico, dos tipos parboilizado e integral, que possuem um maior valor nutricional e que foi exigido pelo Setor de Nutrição da SMED do município. O arroz parboilizado passa por um processo específico para se tornar desse tipo, que é realizado por uma empresa terceirizada, já que a cooperativa não possui a estrutura necessária para tal. Já o arroz integral, é produzido e entregue pela cooperativa, junto ao parboilizado, diretamente no centro de distribuição da alimentação escolar de Porto Alegre.

A estrutura de governança da organização é baseada nos princípios da coletividade, como já abordado anteriormente. Isso se traduz nas diversas formas de tomada de decisão em grupo, adotadas pela cooperativa. A principal delas é a assembleia geral, ocasião em que são decididas as diretrizes a serem adotadas pela organização. Essa assembleia acontece quando termina a colheita do arroz, geralmente no meio do ano, e segundo um dos diretores entrevistados, é ali em que praticamente todas as decisões são tomadas. As demais decisões e o dia-a-dia, é tocado por uma direção composta por cinco pessoas, todos com igual nível hierárquico. Abaixo da direção, vêm as coordenações, cada uma responsável por um setor de produção. Dos 67 cooperados, 60 participam da rotina da organização, trabalhando nos setores de produção ou na parte administrativa, o que demonstra o forte espírito coletivo presente na COOPAN.

4.2.6 Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COOPERTERRA)

Com o intuito de reunir e aproximar os produtores, tornando o conjunto mais competitivo e organizado do que os produtores individualmente e para combater a exploração

que esse agricultores estavam sujeitos por parte dos intermediários, surgiu em 2001 a Cooperativa Regional da Reforma Agrária, a COOPERTERRA, no município de Tupanciretã. A cooperativa foi criada por famílias assentadas, que ganharam seus lotes de terra através da Reforma Agrária e realizavam sua produção de forma individual anteriormente.

A cooperativa possui hoje 240 integrantes, que realizam a produção de leite e derivados, principalmente, gerando um total de 2.160.000 litros/ano de leite produzido.

Parte da produção é vendida em uma feira realizada pelos produtores, que acontece uma vez por semana e possibilita ao consumidor a compra direta do produtor, onde, além do leite, os produtores realizam a venda do excedente da sua produção de outros alimentos, como hortifrutigranjeiros, queijo, salame, morcilha e geléia. Mas, a maior parte da produção tem como destino principal os mercados institucionais, como presídios, asilos, hospitais e universidades, através do PAA e a alimentação escolar, através do PNAE.

No âmbito da alimentação escolar, a COOPERTERRA iniciou o fornecimento a diversos municípios desde o início do programa, em 2009. Entre esses municípios estão: Cruz Alta, Ijuí, Júlio de Castilhos, Santa Maria e Porto Alegre. Esses dois último são os principais mercados da organização, visto que em Santa Maria, além da alimentação escolar, a cooperativa possui um convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, para a produção e venda de laticínios. Já em Porto Alegre, metade da produção anual de leite da cooperativa é destinada à alimentação escolar do município, tornando-se o principal mercado da organização. Aproveitando a logística de fornecimento do leite à alimentação escolar, a cooperativa realiza o fornecimento de outros alimentos produzidos pelos cooperados, como os hortifrutigranjeiros, produzidos de forma orgânica.

Atualmente, para reduzir a dependência de outras indústrias, a COOPERTERRA está estruturando uma agroindústria, em parceria com a prefeitura de Tupanciretã, para o beneficiamento do leite produzido e conseqüente aumento da renda da cooperativa. Essa agroindústria tem previsão de iniciar o funcionamento em março de 2015.

Com relação à gestão da cooperativa e à participação dos seus cooperados, a COOPERTERRA possui uma característica de ser a principal fonte de acesso à informação e de aconselhamento e acompanhamento do processo produtivo por parte de seus integrantes, Sua estrutura organizacional é enxuta, com poucos colaboradores diretos trabalhando na parte administrativa da cooperativa. A maioria dos seus integrantes passa a maior parte do tempo cuidando de sua produção, se envolvendo pouco na gestão da cooperativa. Essa característica, segundo o presidente da cooperativa, se dá pela dificuldade que os produtores de leite possuem na comercialização do mesmo, já que trata-se de um mercado com margens

extremamente baixas. Isso se agravou com a crise do leite ocorrida em 2013, em que foi encontrado leite adulterado com compostos químicos proibidos em parte da cadeia gaúcha de laticínios, o que diminuiu a confiança do consumidor e aumentou as exigências por parte dos órgãos reguladores, tornando mais difícil a produção pelos pequenos produtores.

Para suprir a demanda de conhecimento na parte de gestão, de produção e de relacionamento com os mercados institucionais, a COOPERTERRA conta com o auxílio de outras cooperativas, além dos órgãos governamentais ligados ao meio rural. Mas, a cooperativa mantém seu caráter coletivo na tomada de decisões importantes, que são discutidas em rodadas de reuniões, que ocorrem de forma trimestral. Além disso, segundo o presidente entrevistado, os cooperados estão sempre em contato com os colaboradores da cooperativa e com o próprio presidente, para tirar dúvidas, obter aconselhamento, fazer pedidos e obter informações sobre o funcionamento da mesma. Ainda, nesse intuito, a cooperativa realiza experiências de integração entre os cooperados, como excursões para determinadas propriedades, com o objetivo de conhecer a forma de produção e as melhores práticas adotadas.

4.2.7 Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS)

Com sede no município de Montenegro, localizado no Vale do Caí, Rio Grande do Sul, a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – ECOCITRUS foi fundada no ano de 1994. Nessa época, uma parceria entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e a organização alemã GTZ – *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*, buscou organizar os agricultores localizados nessa região. Foi esse o embrião da ECOCITRUS, que surgiu com uma filosofia voltada à sustentabilidade, com a produção de alimentos orgânicos e sem uso de agrotóxicos.

Atualmente, a cooperativa possui 140 integrantes, entre colaboradores contratados e cooperados. Seus principais produtos produzidos são da citricultura: laranja, bergamota e limão. Sua produção anual é estimada em 2.500 toneladas, entre alimentos in natura e processados ou industrializados. Entre seus produtos de destaque, estão o suco orgânico, os óleos essenciais extraídos dos cítricos, destinados à indústria de cosméticos, perfumes e de alimentação, e a produção de combustível biometano. Todo o processamento dos sucos e dos óleos é realizado pela própria cooperativa, através de sua agroindústria. O combustível

biometano é retirado de resíduos agroindustriais, de cerca de 90 indústrias da região, que é transformado em gás veicular e utilizado pelos veículos da cooperativa. Esse combustível é produzido em uma planta industrial localizada em Montenegro-RS e montada em parceria com outras instituições e possui certificação da Agência Nacional de Petróleo, além de outras certificações da área.

Essa produção é vendida tanto para mercados institucionais quanto para o varejo, além de ser destinada, em parte, para exportação. A cooperativa realiza a venda de produtos para grandes cadeia curtas varejistas brasileiras, como o Pão de Açúcar, presente em alguns estados brasileiros, além de supermercados gaúchos menores. Os principais produtos exportados são os óleos essenciais, comprados por fabricantes de perfumes europeus. No total, a ECOCITRUS possui mais de 200 clientes no mercado de alimentos, que geram um faturamento médio de R\$10 milhões por ano.

Em relação ao mercado institucional, a ECOCITRUS foi pioneira no estado do Rio Grande do Sul no atendimento ao programa, entre as cooperativas de agricultura familiar, fornecendo, inicialmente, suco em saquinhos para a prefeitura de Bagé. Nesse contexto, a cooperativa ainda se destaca na participação em projetos do PAA, entre eles as modalidades Formação de Estoque e Doação Simultânea da CONAB, além de outros projetos específicos de abastecimento de órgãos públicos e entidades filantrópicas, como as APAE's (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Da produção total da cooperativa, 20% é destinada para a alimentação escolar, para municípios da Região Metropolitana, como Novo Hamburgo, Estância Velha e Porto Alegre. Além dos produtos padrão da cooperativa, oriundos da citricultura, para a alimentação escolar são destinados outros tipos de alimentos, como hortaliças, milho, feijão, moranga, entre outros.

A gestão da ECOCITRUS possui um caráter coletivo e participativo forte, com uma aderência dos seus associados, além de uma estrutura organizacional bem definida, com níveis hierárquicos e setores específicos. Para essa participação se realizar, a cooperativa organiza uma reunião mensal, desde sua fundação em 1994, que eles chamam de assembleia, aberta a todos os associados e que define as diretrizes da gestão da organização. Existe um conselho de administração que toma as principais decisões diárias da organização, composto por sete pessoas/cargos: Diretoria Executiva, que é eleita entre os sete, Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, além de outros cargos que fazem parte do conselho. Esse conselho realiza um encontro mensal fechado e mais uma reunião com as gerências, que são as seguintes: Relações Institucionais, Recursos Humanos, Financeira, Agroindústria. A

organização ainda possui um Conselho Fiscal, que também organiza uma reunião mensal com as gerências, para tratar de assuntos internos, principalmente os problemas organizacionais. Se necessário esses problemas podem ser tratados em um patamar mais amplo, no Conselho Administrativo e, se ainda não resolvido, nas assembleias com a participação dos associados. Ainda, cada setor realiza reuniões semanais para acertos rotineiros de trabalho.

A cooperativa elabora anualmente um planejamento estratégico, a partir de análises da situação atual da organização. Essa gestão bem estruturada e profissional é uma das características da ECOCITRUS, se destacando entre as cooperativas de agricultores familiares pesquisadas.

4.3 DIMENSÕES E ESTÁGIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DA CADEIA CURTA DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADA

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise do caso estudado, de acordo com as dimensões de inovação social e os estágios de inovação social. Eles são apresentados da seguinte forma: as cinco dimensões de inovação social (transformações, caráter inovador, inovação, atores e processo), síntese das dimensões de inovação social e estágio da inovação social.

Sendo compostas por elementos específicos que só puderam ser analisados individualmente em cada uma das cooperativas e associações integrantes da cadeia curta, as dimensões de inovação social são apresentadas conforme a realização da análise, onde os elementos são abordados em cada uma das organizações pesquisadas.

Destaca-se que os grifos representam os elementos das dimensões de inovação social, conforme o modelo proposto por Tardiff e Harrison (2005).

4.3.1 Dimensão Transformações

Conforme proposto por Tardiff e Harrison (2005), a dimensão Transformações das inovações sociais possui três elementos de análise. O primeiro elemento é o **contexto** no qual a inovação social é concebida, que geralmente tem seu surgimento em um cenário de crise,

tendo como consequências mudanças estruturais que podem gerar rupturas e descontinuidades de determinada estrutura social.

Essas mudanças podem ter impactos na estrutura **econômica**, gerando adaptações por parte dos atores, ou até mesmo a criação de novas estruturas produtivas, se caracterizando assim como uma emergência. Essas adaptações ou criações de novas estruturas podem acarretar na mudança das relações de trabalho, produção ou consumo de determinada estrutura social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

O terceiro elemento aborda o contexto **social**, que, sendo afetado por essas mudanças estruturais, pode gerar recomposições ou reconstruções da estrutura social vigente, através de novas práticas que afetem as relações sociais. Como consequência, essas mudanças podem ter o efeito de exclusão/marginalização de parte dos atores pertencentes a essa estrutura (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Pelo caráter localizado da atuação e abrangência das cooperativas/associações, o elemento **contexto micro** das transformações foi o escopo de análise desta dimensão de inovação social, excluindo-se o **contexto macro**.

APESUL

A história da criação da APESUL se confunde com o surgimento da resolução do PNAE para a agricultura familiar, pois a associação surgiu para atender essa demanda. Criada em 2009, mesmo ano do advento dessa resolução, por piscicultores e pescadores da zona sul do município de Porto Alegre, que utilizam o Lago Guaíba para pescar e pequenos açudes em suas propriedades para criar os peixes, a associação surgiu para atender essa nova demanda de mercado e para organizar os pescadores que participavam das Feiras do Peixe de Porto Alegre, que ocorrem todo o ano, na Semana Santa, trazendo uma mudança estrutural em seu contexto, conforme definição de Tardiff e Harrison (2005).

Antes da criação da associação, esses pescadores e piscicultores não tinham destino certo para sua produção, apenas as Feiras do Peixe. Nesse contexto de descontinuidade (TARDIFF e HARRISON, 2005), não era possível realizar um planejamento da produção/pesca, muito menos ter uma certeza de renda para suas famílias. Além disso, o valor recebido pelos peixes era extremamente baixo, mas como os pescadores não tinham poder de barganha para negociar com os mercados compradores, eles se sujeitavam a vender sua produção por qualquer valor, apenas para garantir uma renda, conforme relatado pelo presidente da APESUL.

Essa situação se revelava na dificuldade das famílias, principalmente dos pescadores, de manter seus filhos na escola, pois precisavam da mão-de-obra deles para auxiliar os pais no seu negócio, além de outros fatores de pobreza, como dificuldade do acesso à saúde, barcos de pesca muito antigos e com problemas de manutenção, entre outros fatores que caracterizavam uma situação de exclusão/marginalização (TARDIFF e HARRISON, 2005) dessa população. Tudo isso fez surgir a emergência (TARDIFF e HARRISON, 2005) de se alterar a situação desses pescadores, que, ao unir-se aos piscicultores, e criarem a associação para atender a nova demanda surgida, alteraram suas relações de trabalho e produção (TARDIFF e HARRISON, 2005), pois passaram a vender toda a sua produção a um preço mais justo, aumentando sua renda e conseqüentemente sua qualidade de vida.

Essa mudança (TARDIFF e HARRISON, 2005) no sistema social dos pescadores, através de uma recomposição desse sistema, alterou também suas relações sociais (TARDIFF e HARRISON, 2005), visto que eles passaram a ter uma unidade e uma maior interação entre si, não existente antes da associação.

ASSOCIAÇÃO DE SUINOCULTORES

A Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre sempre foi uma pequena organização de produtores de suínos, sem muitas pretensões de expansão. Por 16 anos, sua produção era destinada a um frigorífico apenas, do qual dois associados eram sócios. Entretanto, essa parceria deixou de existir, fazendo surgir uma crise e uma ruptura (TARDIFF e HARRISON, 2005) das antigas relações comerciais da associação e gerando uma descontinuidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) nas suas vendas e na sua renda familiar, visto que a associação é a única fonte de renda dos associados.

Essa crise gerou uma adaptação (TARDIFF e HARRISON, 2005) por parte dos associados, que passaram a buscar novos mercados consumidores, já que a produção de suínos não podia parar, pois demandava alimentação e outros gastos com os animais. Esse período de adaptação durou quatro meses, com um pequeno alívio na situação com o surgimento de outro frigorífico que absorvia parte da produção. Foi após esse período de quatro meses que a associação tomou conhecimento da resolução do PNAE que favorece os agricultores familiares, e logo começou a articulação para começar a atender essa nova demanda.

Esse novo mercado fez a renda dos associados crescer, ao garantir um preço justo para seus produtos, possibilitando a retomada do crescimento e do investimento na produção, e

alterando suas relações de trabalho e produção (TARDIFF e HARRISON, 2005). Essa alteração na situação econômica dos associados também gerou uma mudança (TARDIFF e HARRISON, 2005) nas suas relações sociais (TARDIFF e HARRISON, 2005), pois a coletividade da associação havia se enfraquecido com o fim da antiga parceria, sendo retomada com a recomposição (TARDIFF e HARRISON, 2005) do seu sistema social.

CAFSUL

A CAFSUL foi criada por um pequeno grupo de produtores de pêssego da região de Pelotas para organizar o transporte de sua produção para seu único comprador, uma indústria da região. Com o tempo, a cooperativa passou a receber mais produtores, que passaram a produzir pêssego especificamente para atender à cooperativa. Esses novos produtores vinham de um contexto em que a cultura do fumo era predominante nas propriedades, o que gerava uma dependência das indústrias desse setor e os deixava vulneráveis a qualquer alteração no mercado. Essas alterações aconteceram, gerando uma ruptura (TARDIFF e HARRISON, 2005) e um problema social, com consequências como êxodo rural e falta de emprego. Com o tempo esses produtores se adaptaram (TARDIFF e HARRISON, 2005) e adotaram a cultura do pêssego como substituta ao fumo e passaram a participar mais do coletivo da cooperativa, gerando uma reconstrução (TARDIFF e HARRISON, 2005) no seu sistema social.

Com o advento da resolução do PNAE, o mercado da alimentação escolar passou a absorver outros tipos de alimentos que poderiam ser produzidos pelos cooperados, além do pêssego, o que serviu como indutor de uma mudança nas relações de trabalho, produção e consumo (TARDIFF e HARRISON, 2005), através da produção de outros alimentos, que serviam para consumo próprio e seu excedente para a venda para a alimentação escolar. Isso gerou novas práticas (TARDIFF e HARRISON, 2005) no seu sistema social, com uma diminuição do êxodo rural e uma melhora na qualidade de vida dos produtores, ao começarem a produzir alimentos para consumo próprio, e por fim uma mudança nas suas relações sociais (TARDIFF e HARRISON, 2005), pois passaram a ser mais participativos na gestão e dia-a-dia da cooperativa.

COOMAFITT

A COOMAFITT foi criada por produtores da região do litoral norte do Rio Grande do Sul, em meio a um contexto problemático, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Sua produção era destinada a intermediários, que faziam a distribuição dos seus produtos para a CEASA de Porto Alegre, que realizava a venda para o varejo que, por sua vez, vendia para o consumidor final. Essa cadeia de abastecimento, com diversos elos, achatava o preço para seus participantes, principalmente para o produtor. Esse achatamento dos preços trouxe problemas para os produtores e causava uma descontinuidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) na atividade produtiva deles, como relatado a seguir:

A nossa condição era precária. Sabe o que é ver a propriedade cheia de feijão e banana e tudo ir fora? Os atravessadores pagavam 2 reais a caixa de 20kg de banana, não valia a pena nem tirar. O feijão era 23 reais a saca de 60kg, não valia a pena. Só tinha a opção de vender pros atravessadores. Era terrível (produtor da COOMAFITT).

Essa situação gerou um cenário de crise no meio rural da região, demonstrado através do êxodo rural relatado pelos participantes, principalmente para a capital Porto Alegre, agravado pelo fato de a maioria das propriedades estarem localizadas em reservas ambientais, não podendo ser vendidas ou repassadas, o que geraria um fim da atividade rural em pequenas propriedades na região, ficando apenas os latifúndios. Além disso, conforme relatado pelo produtor entrevistado, existia uma situação de exclusão/marginalização (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos agricultores, que os induzia a abandonar o campo.

A criação da COOMAFITT foi vista como uma forma de ruptura (TARDIFF e HARRISON, 2005) desse cenário, se caracterizando como uma emergência (TARDIFF e HARRISON, 2005) e tinha o objetivo de organizar os produtores e diminuir os elos da cadeia, através da venda direta ao consumidor, ou com apenas um intermediário, elevando os preços pagos ao produtor e diminuindo os preços pagos pelo consumidor.

Desde seu início, ao perceber as dificuldades de se atuar no mercado privado, concorrendo com grandes produtores latifundiários, a cooperativa realizou uma adaptação (TARDIFF e HARRISON, 2005) e investiu na articulação com políticas públicas e programas governamentais voltados à agricultura familiar, principalmente os programas PAA e PNAE, que representam quase 100% do seu faturamento. Essa forte ligação com os programas gerou uma certeza de renda e de que sua produção teria um destino certo, independente dos rumos do mercado, alterando suas relações de trabalho e produção (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Do ponto de vista social, o advento da COOMAFITT gerou uma reconstrução (TARDIFF e HARRISON, 2005) do sistema social local, com a volta dos jovens às propriedades, principalmente para administrar as agroindústrias instaladas em parte delas, pela elevação da autoestima dos agricultores e pela adoção de novas práticas nas

propriedades, como a adoção da produção orgânica e sustentável. Ainda, a gestão organização coletiva da cooperativa de forma coletiva gerou uma mudança nas relações sociais (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos agricultores, que passaram a ser mais integrados na estrutura social da mesma.

COOPAN

Criada em um assentamento ligado ao Movimento dos Sem Terra no município de Nova Santa Rita, a COOPAN nasceu de um cenário com problemas profundos e abrangentes que afetam o país inteiro, que é a reivindicação, por um grande número de pessoas pela Reforma Agrária e redistribuição de terras improdutivas.

Entretanto, sua criação se deu em um momento em que esses problemas já haviam sido superados, pelo menos localmente, pois foi organizada por agricultores assentados, que já haviam recebido seus lotes de terras e realizavam sua produção. O advento da cooperativa trouxe uma mudança estrutural (TARDIFF e HARRISON, 2005), pois juntou todos os lotes individuais em uma grande área de terra, com organização, trabalho e distribuição dos resultados de forma coletiva. Esse movimento foi realizado para criar uma sinergia entre os produtores e possibilitar um crescimento conjunto, portanto se revelou como uma emergência econômica e uma adaptação (TARDIFF e HARRISON, 2005) à realidade do mercado, que por possuir intermediários, pressionava os preços ao produtor, trazendo prejuízos econômicos aos mesmos. Além disso, por se tratar de um assentamento, os agricultores locais enfrentavam dificuldades em se inserir em determinados mercados e estruturas sociais, em função do preconceito e da resistência que sofriam por sua situação de assentado. Isso gerava uma situação de exclusão/marginalização (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos mesmos.

Em razão de possuir um caráter coletivo forte, a cooperativa modificou completamente as relações de trabalho, produção e consumo (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos seus cooperados, por todos esses aspectos serem decididos e colocados em prática pelo grupo, não mais individualmente. Ainda, esse movimento coletivo ocasionou em uma mudança (TARDIFF e HARRISON, 2005) completa das suas práticas e relações sociais (TARDIFF e HARRISON, 2005), visto a característica de possuir todos os serviços necessários para o desenvolvimento de uma comunidade no próprio assentamento, como escolas, quadras de esportes, entre outros.

COOPERTERRA

Assim como a COOPAN, a COOPERTERRA foi criada em um assentamento da Reforma Agrária no município de Tupanciretã, região é conhecida por abrigar grandes latifúndios, principalmente ligados à criação de gado. Essas duas características são apontadas como barreiras ao desenvolvimento da cooperativa, visto que, conforme foi relatado por seus integrantes, o preconceito por serem assentados e pequenos produtores é acentuado, ocasionando uma falta de incentivo e apoio por parte da máquina pública local. Esse cenário é relatado por um dos produtores entrevistados:

Aqui no município é complicado pro pequeno produtor, pois tem muito latifúndio, o pequeno produtor não tem muito espaço. Há um desinteresse grande das autoridades municipais em ajudar o agricultor, diferente dos outros municípios, que a Secretaria da Agricultura ajuda os pequenos, então ainda estamos tendo dificuldades por falta de apoio da prefeitura de Tupanciretã. Essa é a nossa dificuldade, com a prefeitura local, ainda tem uma resistência muito grande com os assentados, o povo e a prefeitura ainda tem um preconceito em relação aos assentados (produtor da COOPERTERRA).

A cooperativa surgiu como uma forma de organizar e unir os produtores e combater esse cenário desfavorável.

Seu principal produto é o leite. Entretanto, a cooperativa não faz seu beneficiamento, forçando-a a vender o produto conforme estabelecido pelo mercado, o que é desfavorável para pequenos produtores, que não conseguem competir com os grandes. Isso gerava um contexto de descontinuidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) da sua atividade, diminuição da renda e, somado ao preconceito existente, trazia sérios problemas sociais, como a exclusão/marginalização (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos produtores. Conforme relatado pelo presidente da COOPERTERRA, ser produtor rural gerava menos renda do que trabalhar para um grande latifundiário.

A resolução do PNAE que favorece os agricultores familiares serviu para amenizar esse cenário, pois abriu um novo mercado à cooperativa, com preços mais justos e com menos volatilidade, gerando uma adaptação (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos produtores ao novo cenário e alterando suas relações de trabalho e produção (TARDIFF e HARRISON, 2005). Além disso, ao incentivar a produção, consumo próprio e venda de outros tipos de alimentos, além do leite, a resolução do PNAE fez os produtores diversificarem a produção e adotarem novas práticas (TARDIFF e HARRISON, 2005), como a adoção de produção orgânica. Isso é verificado no relato a seguir:

O que tu produzir pode vender pra eles, hortifruti por exemplo. Eu tenho um arvoredo, de laranja e bergamota. Eu plantei isso há 18 anos e nunca tinha conseguido vender e com a entrada do PNAE eu consegui vender, aumentando a minha renda. O PNAE possibilitou outras coisas além do leite, como o feijão, mandioca, tudo que produzir, se for um produto bom, eles compram (produtor da COOPERTERRA).

ECOCITRUS

Fundada, em 1994, no município de Montenegro, por agricultores que buscavam uma forma de produção orgânica e sustentável, a ECOCITRUS foi criada em um contexto não tão problemático, do ponto de vista social e econômico, em relação às outras cooperativas e associações estudadas. Apesar de ter sido organizada para unir os agricultores, diminuindo a dependência de intermediários e da indústria, e criando uma sinergia necessária para o desenvolvimento em conjunto, a cooperativa buscava algo a mais. Buscava trabalhar sob uma filosofia de vida no campo diferente da tradicional, envolvendo principalmente questões ligadas à sustentabilidade. Isso ocasionou uma mudança estrutural (TARDIFF e HARRISON, 2005) em seu contexto, visto que foi necessária uma adaptação (TARDIFF e HARRISON, 2005) de todos os integrantes para se enquadrar nessa nova perspectiva de atuação, ocasionando uma mudança nas suas relações de trabalho e produção (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Ao unir os produtores em torno de uma nova filosofia, a cooperativa também gerou uma recomposição (TARDIFF e HARRISON, 2005) do seu sistema social, pois foi necessário que todos os agricultores se envolvessem no aprendizado e implantação da nova cultura de sustentabilidade, principalmente no planejamento e no manejo da produção, trazendo novas práticas (TARDIFF e HARRISON, 2005) diárias para esses atores. Isso gerou uma aproximação e maior união entre os produtores rurais, gerando mudanças nas suas relações sociais (TARDIFF e HARRISON, 2005), entre si e também com a sociedade como um todo.

4.3.2 Dimensão Caráter Inovador

A dimensão Caráter Inovador das inovações sociais se referem à ação social que leva ao surgimento de uma inovação social, ao tipo de economia ao qual ela pertence e aos modelos criados a partir de sua implantação e disseminação (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Em relação aos modelos, os autores Tardiff e Harrison (2005) trazem uma caracterização específica para cada um:

- a) de desenvolvimento: Estado como ator principal;
- b) de trabalho: inovações geradas em organizações;
- c) de governança: parceria entre poder público e outras instituições.
- d) Quebec: inovações sociais desenvolvidas na província canadense, mais ligadas à Economia Social. Esse modelo se diferencia por abranger diversos atores e setores, como público, privado e terceiro setor.

Essas inovações sociais criam novos tipos de economia, como a Economia do Conhecimento, Economia Mista e Economia Social. A Economia do Conhecimento se revela em sistemas e estruturas sociais em que o conhecimento e a criatividade são acessíveis e desenvolvidos por todos atores participantes. Pelo foco das inovações sociais serem a resolução de problemas sociais, essas soluções estariam ligadas à Economia Social, que possuem características de trabalho coletivo e solidário e são desenvolvidas em determinada comunidade ou estrutura social localizada. Já a Economia Mista possui um escopo mais abrangente, atendendo demandas locais e, ao mesmo tempo, demandas de uma parcela da sociedade, contando com atores de diversos segmentos (TARDIFF e HARRISON, 2005).

As ações sociais que geram inovações sociais podem ser de diversos tipos: tentativas, experimentos, políticas, programas, arranjos institucionais e regulamentação social. Além disso, os dois primeiros tipos podem ser caracterizados como fases pelas quais uma inovação social pode passar (TARDIFF e HARRISON, 2005).

APPESUL

A APPESUL foi organizada por pescadores e piscicultores que participavam das Feiras do Peixe de Porto Alegre, que tomaram essa iniciativa ao serem convidados para participar de uma das feiras organizadas, no bairro Restinga. Essa primeira organização, que ainda não era oficial, foi a primeira tentativa (TARDIFF e HARRISON, 2005) de organização que se tornou um experimento (TARDIFF e HARRISON, 2005) do que viria a ser a associação futuramente. Seu registro oficial como uma organização coletiva se deu após o advento da resolução do PNAE que favorece a agricultura familiar. Dessa forma, a ação social que gerou a inovação social aqui discutida foi realizada através de políticas e programas governamentais (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Por destinar quase 100% de sua produção à alimentação escolar, a APPELUL possui um caráter de parceria com os órgãos governamentais, sendo necessária a adaptação de sua gestão ao que é exigido por esses. Para atender essas exigências, a associação possui pessoas que cuidam dessa relação em tempo integral. Esse relacionamento com o poder público mostra que a APPELUL adota um modelo de governança (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Por ser uma organização coletiva, que gera benefícios econômicos e sociais de forma localizada para seus associados, a organização se caracteriza como sendo de Economia Social (TARDIFF e HARRISON, 2005), apesar de gerar benefícios para outros atores de forma indireta.

ASSOCIAÇÃO DE SUINOCULTORES

Apesar de ter sido criada em 1992, a Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre passou a ter perspectivas de benefícios socioeconômicos reais a partir da articulação realizada para atender à resolução do PNAE que favorece os agricultores familiares. Antes disso, a associação passava por dificuldades de vender sua produção, o que impactava diretamente na qualidade de vida de seus oito associados.

Dessa forma, entende-se que a ação social que gerou a inovação social presente, partiu de políticas e programas (TARDIFF e HARRISON, 2005) do poder público, além de arranjos institucionais (TARDIFF e HARRISON, 2005) realizados por atores desse setor, como o DMLU, que informou e facilitou a articulação da associação para a entrada nesse mercado.

Por ter toda a sua gestão voltada ao atendimento dessa demanda, a associação adotou um modelo de governança (TARDIFF e HARRISON, 2005), em que é dependente das informações trazidas por atores públicos e do relacionamento com esses, na tomada de suas decisões.

Pelo seu caráter localizado, que gera benefícios aos associados e suas famílias, que atuam conjuntamente em benefício mútuo, a Associação de Suinocultores pode ser vista como uma organização de Economia Social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

CAFSUL

A partir de um entendimento de que, tanto a criação da cooperativa, quanto o advento da resolução do PNAE, são caracterizados como inovações sociais no contexto da CAFSUL,

as ações sociais geradoras, o modelo de trabalho e o tipo de economia são definidos de acordo com dois momentos distintos.

Seu início, com a sede localizada em uma sala paroquial emprestada, pode ser visto como uma tentativa e experimento (TARDIFF e HARRISON, 2005) do que viria a ser a inovação social. No momento de sua criação, a CAFSUL veio atender uma demanda por organização e união de alguns produtores, visando uma sinergia conjunta. Entretanto, o efeito gerado na realidade dos produtores foi maior que isso, trazendo benefícios e mudando a realidade dos mesmos, conforme exposto anteriormente. Nesse entendimento, a inovação foi gerada na organização, então o modelo adotado foi o modelo de trabalho (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Em um segundo momento, a resolução do PNAE (políticas e programas) (TARDIFF e HARRISON, 2005) que favorece os agricultores familiares veio a atender outra demanda social desses produtores e de outros que viriam a ser captados para aumentar a capacidade da cooperativa de fornecer à alimentação escolar, que foi a diversificação das culturas e o abandono da cultura do fumo. Para atender essa demanda, a organização precisou adaptar a sua gestão ao modelo exigido pelos órgãos públicos, dessa forma sua forma de trabalho se ajustou a um novo modelo de governança (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Esses benefícios impactaram significativamente na vida dos produtores cooperados e suas famílias, do ponto de vista socioeconômico, o que demonstra uma característica de Economia Social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

COOMAFITT

Criada com o objetivo de solucionar uma problemática social importante na sua região, a dificuldade em produzir e viver no campo, a COOMAFITT foi desde o seu início, uma tentativa (TARDIFF e HARRISON, 2005) de alguns agricultores de se tornar uma alternativa de desenvolvimento para seus associados. Inicialmente esse movimento não conseguiu êxito, pois ainda existia uma situação em que os produtores dependiam de intermediários para vender seus produtos. Mas, como um experimento (TARDIFF e HARRISON, 2005) de abertura de mercado, a cooperativa passou a atender o mercado institucional, inicialmente com o PAA e após com o PNAE, através da resolução que beneficia a agricultura familiar. Dessa forma, a inovação social se concretizou através de políticas e programas, além de arranjos institucionais (TARDIFF e HARRISON, 2005) feitos

pela cooperativa para viabilizar sua entrada na cadeia curta de fornecimento, tais como parcerias com outras cooperativas, com órgãos públicos e com outras instituições.

Foi a partir desse movimento que a cooperativa conseguiu atender ao seu objetivo inicial, trazendo uma mudança significativa na vida dos seus integrantes e suas famílias. Destinando a maior parte de sua produção ao mercado institucional, a COOMAFITT faz um esforço de articulação com as políticas públicas o que torna a sua forma de trabalho um modelo de governança (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Pela abrangência de sua atuação, que congrega diversos municípios, entidades parceiras, grande número de cooperados e representatividade econômica para a região, com benefícios sociais e econômicos para todos esses atores, a inovação social nesse contexto se revela como sendo de Economia Mista (TARDIFF e HARRISON, 2005).

COOPAN

A criação da COOPAN tem forte ligação com as políticas e programas governamentais (TARDIFF e HARRISON, 2005), visto que a cooperativa é formada por assentados da Reforma Agrária. Entretanto, sua formação foi iniciativa desses assentados, que buscavam uma filosofia de vida que valorizasse o coletivo, inclusive seu trabalho e sua produção. Dessa forma, a inovação social nesse contexto gerou um modelo de trabalho (TARDIFF e HARRISON, 2005) baseado no coletivo.

A ação social geradora dessa inovação social, apesar de sua origem ligada às políticas públicas, foi uma tentativa e um experimento (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos próprios assentados, assistidos pelo MST, caracterizando assim um arranjo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Assim como, pelo já referido caráter coletivo e solidário da cooperativa, ela se revela como uma organização de Economia Social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

COOPERTERRA

O contexto problemático em que foi criada a COOPERTERRA, em um assentamento ligado ao MST, com pequenos produtores rurais, em meio a uma região dominada por latifúndios voltados à criação de gado e com falta de apoio da máquina pública local a esses produtores, se manteve mesmo após a organização dos agricultores em uma cooperativa.

Dessa forma, a ação social que originou uma inovação social partiu de políticas e programas governamentais (TARDIFF e HARRISON, 2005), mais especificamente os projetos do PAA e a resolução do PNAE.

Esse movimento de aproximação com as políticas públicas só foi possível com outras instituições que apoiaram a cooperativa, como a EMATER, Universidade Federal de Santa Maria e organizações do Terceiro Setor, se caracterizando assim um arranjo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005). Essa mesma característica de associação com diversos atores de diferentes segmentos, demonstra que essa inovação social ocorre através de um modelo de Quebec e se caracteriza como sendo de Economia Social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

ECOCITRUS

O projeto do que viria a ser a ECOCITRUS foi pensado a partir de uma iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Sul, conjuntamente com uma organização alemã (GTZ), em fomentar o cooperativismo e o desenvolvimento rural naquela região. Dessa forma, sua criação está ligada a um arranjo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Desde seu início, há mais de 20 anos, a cooperativa possui uma filosofia de trabalho e de produção de alimentos inovadora, embasadas na coletividade e sustentabilidade, com uma produção 100% orgânica. Para chegar a esse objetivo, a ECOCITRUS fez diversas tentativas e experimentos (TARDIFF e HARRISON, 2005) nas suas práticas de plantio e comercialização, alcançando, hoje, uma imagem de empresa sustentável que abre mercados internacionais e de grandes centros brasileiros para seus produtos.

Esse sucesso está embasado em um formato de trabalho bem estabelecido e seguido por todos associados, dessa forma entende-se que a inovação social se realizou, nesse contexto, a partir de um modelo de trabalho (TARDIFF e HARRISON, 2005). Os efeitos do crescimento e desenvolvimento da cooperativa geram impactos em diferentes atores, desde seus cooperados até a região como um todo. Entende-se então, que a inovação social presente é caracterizada como sendo de Economia Mista (TARDIFF e HARRISON, 2005).

4.3.3 Dimensão Inovação

Os autores Tardiff e Harrison (2005), ao analisar os estudos do CRISES, postularam que toda inovação social, ao buscar atender o bem-estar coletivo, possui uma forma. Essa forma é caracterizada na dimensão Inovação.

Conforme os autores, a escala de uma inovação social, seu escopo de atuação possui um caráter local ou localizado, mas variável, conforme a capacidade de disseminação dessa inovação. Além disso, cada tipo de inovação social possui uma determinada capacidade de disseminação (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Existem quatro tipos de inovação social:

- a) Técnica: produto ou tecnologia que atende demandas individuais ou coletivas;
- b) Sociotécnica: desenvolvimento de determinada tecnologia que ocorre dentro de uma organização;
- c) Social: gerada por atores da sociedade civil, não em organizações, empresas ou pelo Estado;
- d) Organizacional: ocorrem dentro de organizações, com benefícios para seus funcionários;
- e) Institucional: inovações mais amplas, desenvolvidas com a atuação do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Além da escala e do tipo de inovação social, os autores Tardiff e Harrison (2005) as classificam de acordo com a sua finalidade, podendo ser: bem comum, interesse geral, interesse público e cooperação. Eles sugerem que uma inovação social deve buscar atender a todos esses objetivos.

APPELUL

Organizar e unir os pescadores e piscicultores, que antes atuavam apenas de forma individual, foi uma solução para diversos problemas que eles enfrentavam como a falta de mercado para seus produtos, falta de conhecimento sobre programas que poderiam beneficiá-los, entre outros. Dessa forma, a criação da APPELUL surgiu para atender essas demandas, iniciativa que partiu dos próprios atores envolvidos, sendo assim, uma inovação do tipo social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Entretanto, essa inovação social foi incentivada e possível de ser operacionalizada através de uma inovação institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005), a resolução do PNAE, já que a associação surgiu para atender essa demanda.

Essa inovação é localizada (TARDIFF e HARRISON, 2005), pois beneficia os pescadores e piscicultores da zona sul de Porto Alegre, atendendo ao bem comum desses atores através da cooperação (TARDIFF e HARRISON, 2005).

ASSOCIAÇÃO DE SUINOCULTORES

Na trajetória da Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre, entende-se que o processo de inovação social foi iniciado após o advento da resolução do PNAE que beneficia a agricultura familiar, pois foi o que possibilitou o desenvolvimento real da associação, além de trazer benefícios sociais e econômicos para seus associados. Dessa forma, o tipo de inovação aqui estabelecida é do tipo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Seu impacto, nesse contexto, foi local (TARDIFF e HARRISON, 2005), visto que beneficiou os criadores associados que se localizam na zona sul de Porto Alegre, área de atuação da associação, mas serviu ao bem comum de todos associados, só sendo possível esse impacto através da cooperação (TARDIFF e HARRISON, 2005) deles com as entidades públicas responsáveis.

CAFSUL

Surgida, como já exposto anteriormente, em um contexto problemático, a CAFSUL veio a atender demandas de toda uma comunidade formada por produtores rurais, sendo desenvolvida por esses próprios atores. Por ter sido pensada pelos próprios atores civis envolvidos, a criação da cooperativa é uma inovação do tipo social (TARDIFF e HARRISON, 2005). Em outro momento, a entrada da organização no mercado institucional, através da resolução do PNAE, gerou outro movimento de inovação na realidade desses produtores, visto a mudança de cultura produtiva e consequente melhoria na qualidade de vida dos mesmos. Sendo assim, nesse contexto também ocorre uma inovação do tipo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Essas inovações geraram benefícios para uma grande quantidade de atores, visto o número expressivo de cooperados que a organização passou a possuir, causando impacto em diversas cidades da região de atuação da CAFSUL, mas, ainda assim, se revela como uma

inovação de caráter localizado (TARDIFF e HARRISON, 2005). Além do bem comum (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos seus cooperados, a organização gera uma cadeia curta de bem-estar social que atende aos interesses gerais (TARDIFF e HARRISON, 2005) da região, através da cooperação (TARDIFF e HARRISON, 2005) que existe entre os atores envolvidos.

COOMAFITT

Apontada como uma referência de organização, qualidade dos produtos e inovação entre as cooperativas rurais gaúchas, inclusive com premiações e reconhecimentos de entidades da área, a COOMAFITT, desde sua criação, buscou o bem-estar dos seus cooperados e das suas famílias, tentando fazer um resgate e uma valorização do trabalho no campo, que estava passando por dificuldades naquela região. Dessa forma, a criação da cooperativa pode ser apontada como uma inovação do tipo social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Conforme os relatos colhidos entre os cooperados, o grande incentivo para a atuação da cooperativa, assim como seu crescimento e desenvolvimento foram as políticas públicas que beneficiam os agricultores familiares, como o PAA e a resolução do PNAE. Por isso, aponta-se aqui uma inovação do tipo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

A sua organização enquanto entidade cooperativa também é destaque, visto a capacidade de atender 400 pontos de entregas da alimentação escolar em apenas 2 dias semanais, além de diversos programas avançados de gestão que beneficiam os cooperados, os funcionários e os clientes atendidos, tais como: Programa de qualidade total, planos de ação em todos os setores, políticas de satisfação de colaboradores, clientes e fornecedores, além de um Programa de Capacitação de Associados, que oferece cursos e treinamentos para seus cooperados. Esse tipo de iniciativa pode ser considerado uma inovação no contexto das cooperativas gaúchas, caracterizando assim uma inovação do tipo organizacional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

O trabalho da cooperativa busca atender ao bem comum (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos seus cooperados, mas, através de seus programas de parcerias e cooperação com outras entidades, acaba atendendo aos interesses gerais (TARDIFF e HARRISON, 2005) da sua região de atuação. Ainda que sua região de atuação seja abrangente, possui um caráter localizado de atuação (TARDIFF e HARRISON, 2005).

COOPAN

A criação da COOPAN gerou benefícios para seus integrantes, que estavam em uma situação de vulnerabilidade social, devido às dificuldades encontradas na comercialização da sua produção, que ficava nas mãos de intermediários. Dessa forma, sua criação pode ser vista como uma inovação do tipo social (TARDIFF e HARRISON, 2005). Sua filosofia enquanto organização, em que tudo é coletivo, desde a produção, passando pelas rotinas administrativas e comerciais, até a divisão dos resultados, além da própria moradia dos cooperados ser na Ecovila localizada nas terras da cooperativa, se revela como de grande valia para todos os seus integrantes, pois garante o atendimento de suas necessidades sociais básicas. Essa característica pode ser vista como uma inovação do tipo organizacional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

A atuação do poder público também teve influência no processo de inovação ocorrido nesse contexto, já que a própria condição de produtores rurais donos de sua propriedade foi dada aos seus integrantes através de um programa social do governo, a Reforma Agrária. Dessa forma, se demonstra que houve uma inovação do tipo institucional nesse contexto (TARDIFF e HARRISON, 2005).

As inovações aqui apontadas tiveram como finalidade e atenderam objetivos do bem comum (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos integrantes, que só foi possível através da cooperação (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre todos. Sua abrangência foi localizada (TARDIFF e HARRISON, 2005), já que englobou os produtores assentados da região de Nova Santa Rita – RS.

COOPERTERRA

A COOPERTERRA foi criada com o intuito de unir os produtores assentados da região de Tupanciretã e diminuir a dependência deles em relação à indústria do leite e seus intermediários, além de compartilhar conhecimento e criar uma sinergia de trabalho. Entretanto, a situação dos seus cooperados não melhorou tanto quanto se esperava. Fato que ocorreu de forma mais clara quando a cooperativa passou a fornecer produtos para a alimentação escolar, através da resolução do PNAE para tal. Foi nesse momento em que se teve uma diversificação da produção e consequente melhora na qualidade de vida, através de um aumento real na renda dos produtores além de uma melhora na alimentação dos próprios.

Sendo assim, se caracteriza nesse contexto uma inovação do tipo institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Esses benefícios gerados pelo PNAE, através da cooperativa, aos seus cooperados, vieram atender ao bem comum (TARDIFF e HARRISON, 2005) de seus integrantes e aumentaram a cooperação (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre eles e a cooperação entre a COOPERTERRA e outras entidades ligadas ao meio rural. Seus resultados ainda são concentrados nos próprios produtores e suas famílias, mostrando o aspecto local (TARDIFF e HARRISON, 2005) da inovação.

ECOCITRUS

O advento da ECOCITRUS foi desde sua concepção uma inovação no contexto das cooperativas gaúchas, dado seu objetivo de se realizar uma produção sustentável e ecológica, fato raro na época de sua criação. Ao congregiar pequenos produtores rurais que enfrentavam dificuldades inerentes à sua concepção, tais como achatamento dos preços, dependência de intermediários, êxodo de seus familiares para os grandes centros, a cooperativa trouxe a resolução da maior parte desses problemas, através da agregação de valor aos produtos antes comuns que passaram a ser produzidos de forma orgânicos, da apropriação do processo de beneficiamento dos produtos e do processo de comercialização, do emprego dos familiares dos cooperados nas atividades da organização, entre outras diversas iniciativas do tipo, a ECOCITRUS veio a atender parte das demandas dessa comunidade, se revelando assim como uma inovação do tipo social (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Em sua história, a cooperativa operacionalizou diversas iniciativas inovadoras para seu contexto, tais como a produção de óleos essenciais com os produtos não destinados à venda, o combustível biometano produzido através dos resíduos de diversas indústrias da região, diminuindo custos e impactos ambientais, entre outros tipos de inovações técnicas e sociotécnicas (TARDIFF e HARRISON, 2005).

O impacto da ação da cooperativa gera impactos que reverberam por toda a região de atuação da mesma, gerando desenvolvimento para o meio rural e urbano dessa região. Por isso, além de atender ao bem comum (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos seus integrantes, através de uma característica de cooperação (TARDIFF e HARRISON, 2005) forte, a ECOCITRUS atende também ao interesse geral (TARDIFF e HARRISON, 2005) de todo o território em que se encontra, gerando uma inovação localizada.

4.3.4 Dimensão Atores

Conforme os autores Tardiff e Harrison (2005), na análise de uma inovação social é importante investigar a relação estabelecida entre os diversos atores envolvidos no desenvolvimento da mesma. É possível a participação de diversos tipos de atores nesse processo, tal como postulam Tardiff e Harrison (2005), que dividem a dimensão Atores em quatro tipos:

- a) Sociais: movimentos cooperativos/comunitários/voluntários, sociedade civil e sindicatos;
- b) Organizações: empresas, organizações de cunho social, empreendimentos coletivos e beneficiários das organizações privadas;
- c) Instituições: entidades do Estado, assim como identidade e valores/normas de cada ator.
- d) Intermediários: atores híbridos, tais como comitês, cadeia curtas sociais/de alianças/de inovação, entre outros, que podem ser bi ou tripartites.

APPESUL

A APPESUL, uma instituição do movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005), foi criada a partir da iniciativa do seu atual presidente, que é um ator da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005). Foi ele que articulou a criação da associação, juntando pescadores e piscicultores que participavam das feiras do peixe de Porto Alegre, visando atender à demanda da alimentação escolar. Tendo esse objetivo, a associação passou a contar com o apoio da EMATER e do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), que são atores institucionais do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005).

Ao atender o PNAE, a associação também passou a ter ligação com outros atores institucionais do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005), como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), governo estadual, prefeitura de Porto Alegre e, principalmente, com as escolas municipais de Porto Alegre, que são atores participantes da inovação social ocorrida nesse contexto.

ASSOCIAÇÃO DE SUINOCULTORES

A Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre também se enquadra como um ator do movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005), e foi criada por produtores de suínos que são atores da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005). A associação sempre teve o apoio do DMLU de Porto Alegre, um ator institucional do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005), inclusive na articulação para passar a atender a alimentação escolar do município.

Pelo seu processo de inovação social ter se dado após a entrada na cadeia curta de fornecimento à alimentação escolar de Porto Alegre, vários outros atores institucionais do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005) fizeram parte do processo de inovação nesse contexto, tais como: MDA, MDS, MF, prefeitura de Porto Alegre, EMATER, Setor de Nutrição da SMED e escolas municipais.

CAFSUL

Sendo um ator do movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005), a CAFSUL foi iniciada por produtores de pêssego da região de Pelotas, que se enquadram como atores da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005). No início da organização, ela ganhou o apoio de um pároco local, que cedeu um espaço na paróquia da igreja para ser a primeira sede da cooperativa. Apesar de a Igreja ser uma instituição, o apoio veio apenas do pároco local, que é um ator da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005). A cooperativa sempre manteve parcerias e contou com o apoio de outras organizações do movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005):

Quando nós começamos a cooperativa, nós temos uma entidade que nos ajudou muito, na parte burocrática, que foi a CAPA, que é uma ONG que nos ajudou a ter o ponto, onde está este prédio, a comprar este ponto onde tem o prédio construído e também veio a nos ensinar caminhos que nós não sabíamos, como: PNAE e PAA, eram coisas que nós não sabíamos que existiam (presidente da CAFSUL).

No segundo momento de seu processo de inovação social, em que passou a atender a alimentação escolar, a cooperativa passou a se relacionar com diversos atores institucionais (TARDIFF e HARRISON, 2005) do Estado, tais como: MDA, MDS, MF, governo estadual, prefeituras, EMATER, Setor de Nutrição de diversas SMED's e escolas municipais e estaduais.

COOMAFITT

Criada por produtores do litoral norte do Rio Grande do Sul, que são atores da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005), a COOMAFITT surgiu como um ator do movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005), que sempre buscou parcerias e intercooperação com outras entidades desse movimento, como a AMADECON (Associação de Mulheres para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas), por exemplo.

Por destinar a maior parte da sua produção para programas governamentais que beneficiam a agricultura familiar, a cooperativa sempre possui relações próximas com diversos atores institucionais do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005): MDA, MDS, MF, CONAB, governo estadual, prefeituras, EMATER, Setor de Nutrição de diversas SMED's e escolas municipais e estaduais.

COOPAN

A COOPAN tem em sua origem a participação de diversos atores, como o MST, que pode ser enquadrado tanto como um movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005), quanto um ator da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005), além dos próprios fundadores, produtores rurais assentados que são atores da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005) e também fazem parte desse movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005). Além desses, diversos atores institucionais do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005) fizeram parte da construção da realidade da cooperativa, como o Governo Federal e o MDA, através da Reforma Agrária.

COOPERTERRA

A COOPERTERRA, assim como a COOPAN, foi construída a partir do trabalho de produtores rurais assentados ligados ao MST, sendo dessa forma tanto atores de movimentos cooperativos quanto atores da sociedade civil (TARDIFF e HARRISON, 2005).

A partir do entendimento de que a inovação social nesse contexto ocorreu a partir do momento em que a cooperativa passou a atender a alimentação escolar e outros programas

institucionais, ela começou a se relacionar com diversos atores institucionais do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005), como: MDA, MDS, MF, CONAB, prefeituras, EMATER, Setor de Nutrição de diversas SMED's e escolas municipais.

Na sua trajetória, a COOPERTERRA contou com o apoio de outras entidades, como movimentos voluntários (TARDIFF e HARRISON, 2005) voltados a ajudar cooperativas e com uma parceria com a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), ator institucional do Estado (TARDIFF e HARRISON, 2005), que possibilitou uma geração de renda importante para seus associados.

ECOCITRUS

O embrião do que viria a ser a ECOCITRUS foi gerado por uma comissão bipartite (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, um ator institucional do Estado, e uma empresa (TARDIFF e HARRISON, 2005) alemã que buscava fomentar o desenvolvimento rural na região de atuação da cooperativa.

Durante sua trajetória, a cooperativa montou parcerias com diversas entidades do movimento cooperativo (TARDIFF e HARRISON, 2005), para gerar sinergia nas suas atuações, assim como empresas (TARDIFF e HARRISON, 2005) do varejo e de importação, que representam parte das vendas da cooperativa.

Em um projeto específico, do biogás produzido a partir de resíduos industriais, a ECOCITRUS passou a fazer parte de uma comissão tripartite (TARDIFF e HARRISON, 2005), com um ator institucional do Estado, a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGAS) e com uma empresa (TARDIFF e HARRISON, 2005) privada, a Naturovos.

4.3.5 Dimensão Processo

Para a análise da dimensão Processo de uma inovação social é necessário se considerar três elementos: modos de coordenação, meios envolvidos e restrições à sua implantação (TARDIFF e HARRISON, 2005).

O primeiro elemento caracteriza o modo como os atores envolvidos interagem entre si e realizam a coordenação do processo de criação e implantação de uma inovação social, que pode ser realizado a partir dos seguintes processos: mobilização dos atores, participação

efetiva desses atores, aprendizagem gerada para os participantes e avaliação do desenvolvimento dessa inovação social, para verificar pontos a melhorar visando atingir o objetivo da inovação.

Essa dimensão da inovação social também aborda os meios pelos quais ela é desenvolvida, sendo necessária uma integração entre os atores, que podem ser através de parcerias, consultas aos envolvidos e negociação entre eles. Além disso, Tardiff e Harrison (2005) trazem a necessidade de se realizar um processo de empoderamento dos atores e beneficiários envolvidos. Por fim, a inovação social pode possuir a capacidade de ser replicada ou disseminada em outros contextos, gerando uma difusão do seu impacto (TARDIFF e HARRISON, 2005).

O último elemento dessa dimensão trata das restrições que a criação e o desenvolvimento de uma inovação social podem enfrentar, como a complexidade da relação e da coordenação de diversos atores envolvidos no processo ou da demanda a ser atendida, a resistência de atores quanto ao processo de desenvolvimento, a incerteza gerada nesses atores e até a dificuldade de gerar um compromisso nos envolvidos para o desenvolvimento dessa inovação. Além disso, o processo de inovação pode enfrentar uma rigidez institucional em determinados contextos, dificultando o desenvolvimento e a difusão dessa inovação (TARDIFF e HARRISON, 2005).

AP PESUL

No processo de criação da AP PESUL, em que houve a união de pescadores e piscicultores que participavam das feiras do peixe de Porto Alegre, houve uma mobilização (TARDIFF e HARRISON, 2005) de todos esses atores em torno desse objetivo. O principal titular da ideia foi o atual presidente da associação, que realizou toda a articulação necessária para isso. Ele contou com a participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos primeiros integrantes, principalmente as famílias de piscicultores mais próximas a ele. Nesse processo, também foi necessário fazer um esforço de integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre os piscicultores e os pescadores, duas comunidades com perfis e demandas diferentes.

O início do fornecimento à alimentação escolar pela AP PESUL foi marcada por diversas parcerias e integração com outras cooperativas e associações, assim como com o poder público, conforme relato do presidente da associação:

Quando nós iniciamos, nós fizemos uma rota de entrega, que nós fomos a primeira a fazer, pois não existia essa rota. Começou a surgir outras cooperativas, de Santa Maria, de Terra de Areia, a Coomafitt e nós passamos essa rota pra eles. Nos dois primeiros meses nós fazíamos a entrega de suco de laranja pra Ecocitrus, mas depois nós não conseguimos mais conciliar (...). Na realidade, desde o início, nós não tivemos grandes dificuldades. Na primeira reunião que foi feita em Porto Alegre nós participamos. Ninguém conhecia a legislação direito. Nós começamos a conhecer todo mundo e aprendemos a legislação com a Smed, com a prefeitura, com o gestor público (presidente da APPELUL).

Ainda conforme informado pelo presidente da associação, foi através da EMATER que a própria associação surgiu, pois ela ajudou a organizar os pescadores com o objetivo de organizar as feiras do peixe, assim como para fornecer à alimentação escolar.

A relação da associação com o poder público, principalmente no atendimento à alimentação escolar, gera um processo constante de avaliação (TARDIFF e HARRISON, 2005) dessas parcerias, em que se tem uma via de comunicação para solucionar problemas nesse atendimento, como descreve o presidente da associação:

Se tem algum problema eu falo direto com o gestor e ele resolve. Por exemplo, esse mês surgiram 2 espinhas em 3000kg de filé. Fizemos uma reunião mostrando para os envolvidos para que isso não aconteça mais. Em 4 anos de entrega apareceram apenas 2 espinhas. As pessoas que trabalham aqui sabem que não podem errar, até porque os filhos deles também estudam nessas escolas (presidente da APPELUL).

Esse processo de avaliação também gera aprendizagem (TARDIFF e HARRISON, 2005) para os integrantes, além do esforço realizado pela gestão da associação nesse sentido de conscientização sobre o processo de fornecimento à alimentação escolar.

Na gestão da APPELUL, e sua relação com a alimentação escolar, os gestores encontram algumas dificuldades em função da complexidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) que é gerar engajamento nos pescadores, pois conforme o presidente da associação, esses associados passam parte do tempo em acampamentos ou navegando, para realizar a pesca. Dessa forma, uma restrição encontrada pela associação se refere ao compromisso (TARDIFF e HARRISON, 2005) de participação de todos associados. Além disso, os entrevistados relataram que existia certo preconceito com o movimento cooperativista, já que outras tentativas de criação de associações foram feitas, sem sucesso, criando incerteza e resistência (TARDIFF e HARRISON, 2005) nos futuros associados. Essa resistência também foi encontrada no trabalho junto às merendeiras, que inicialmente não aceitavam fornecer e preparar peixe para as crianças, dada a especificidade de armazenamento e preparo.

ASSOCIAÇÃO DE SUINOCULTORES

A Associação de Suinocultores, por contar com poucos associados (oito) em seu quadro, desde sua criação, sempre contou com a participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) de todos, obtida a partir da mobilização (TARDIFF e HARRISON, 2005) inicial para a criação da mesma.

Sua entrada na cadeia curta de fornecimento à alimentação escolar de Porto Alegre foi realizada a partir de antigas parcerias (TARDIFF e HARRISON, 2005) com órgãos públicos, como o DMLU, que auxiliou na articulação desse processo. O presidente da associação relata que foi encontrada certa rigidez institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005) nesse processo, devido à burocracia encontrada, que não fazia parte do dia-a-dia da associação, principalmente na relação com a prefeitura. Algo não encontrado com os outros órgãos envolvidos (EMATER e SMED), que são vistos como parceiros (parcerias) (TARDIFF e HARRISON, 2005) da associação nesse processo. Esse processo foi marcado também pela complexidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) encontrada no seu início, conforme relato do presidente da associação:

O início do fornecimento foi conturbado, não estávamos bem preparados para o fornecimento da carne, por não ter veículos próprios para o transporte. A documentação também foi complicada, mas tivemos bastante apoio da SMED e do DMLU. No começo a logística de entrega para as 90 escolas foi complicada. Tivemos problemas com o abatedor, precisávamos de um tubo de congelamento e não tínhamos, então ficava tudo congelado em freezers (presidente da Associação de Suinocultores).

Essa entrada gerou, e ainda gera certa incerteza (TARDIFF e HARRISON, 2005) nos seus associados, visto que não existe uma padronização nos preços praticados pela prefeitura em relação ao seu produto, que pratica editais mensais para essa compra, ao contrário do que está previsto pela resolução do PNAE, além de existir um processo de mudança da área de criação dos suínos, iniciada pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), em função do impacto ambiental gerado por essa produção na região em que se encontra a associação.

CAFSUL

A CAFSUL foi criada a partir da mobilização (TARDIFF e HARRISON, 2005) de produtores rurais para viabilizar a logística de entrega de seus produtos, contando com a

participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) efetiva de todos seus cooperados em sua atuação.

Desde seu início, a cooperativa contou com o apoio e parcerias (TARDIFF e HARRISON, 2005) com diversas entidades, como a igreja local, outras cooperativas e ONG's que auxiliam na gestão de cooperativas.

Ao captar produtores rurais que enfrentavam dificuldades por possuir apenas um tipo de cultura em suas propriedades, a CAFSUL, contando com o incentivo da demanda aberta da alimentação escolar por diferentes tipos de alimentos, gerou um processo de aprendizagem (TARDIFF e HARRISON, 2005) nesses agricultores, que passaram a diversificar suas culturas, gerando mais renda e mais qualidade de vida. Esse processo passa por uma avaliação (TARDIFF e HARRISON, 2005) constante, realizada nas diversas reuniões dos gestores com os cooperados.

O início do fornecimento ao PNAE também foi marcado pela mobilização (TARDIFF e HARRISON, 2005) junto a outras organizações, conforme relato a seguir:

Nós tivemos esta dificuldade, Pelotas adquiria em torno de 4% da alimentação escolar, da agricultura familiar, mas ela comprava dos atacados, comprava pronto, então isso foi uma dificuldade muito grande, de poder inserir. Até que nós formamos um grupo de trabalho, existe uma discussão periódica, para que nós não percamos o foco de aproveitar estes 30% que hoje é destinado da merenda escolar, da agricultura familiar, é lei (presidente da CAFSUL).

As restrições enfrentadas pela cooperativa se revelam na complexidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) de gerir uma organização com mais de 280 cooperados de diversos municípios diferentes, além da dificuldade em gerar compromisso (TARDIFF e HARRISON, 2005) em todos esses atores.

COOMAFITT

Surgida em um contexto problemático, a COOMAFITT nasceu de uma mobilização (TARDIFF e HARRISON, 2005) gerada por produtores da região do litoral norte e que contou com a participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) de diferentes atores regionais, que buscavam o atendimento de uma demanda pelo desenvolvimento rural daquela região.

O engajamento dos cooperados, obtido através das diversas reuniões e programas de aprendizagem (TARDIFF e HARRISON, 2005) realizados, gera um movimento de empoderamento (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos mesmos, revelado pelo caráter coletivo

de sua gestão. Nesses encontros também é feita a avaliação do trabalho realizado pela cooperativa, assim como um planejamento das futuras ações.

Sua busca por intercooperação e parcerias (TARDIFF e HARRISON, 2005) com entidades do setor público, do movimento cooperativista e do Terceiro Setor, além do fornecimento de produtos a programas governamentais, ajuda no desenvolvimento da própria organização, através dessa integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) com outros atores. Essas parcerias e a integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre entidades do movimento cooperativo foram essenciais para o desenvolvimento da COOMAFITT e seu fornecimento à alimentação escolar conforme relato do administrador da organização:

Como nós distribuimos para 31 municípios diferentes, a gente já criou uma cadeia curta de cooperação, nós temos uma cadeia curta de entrega lá pra Erechim, Passo Fundo, vem de lá esses produtos que a gente não tem e vai pra Porto Alegre. Em Caxias, vem maçã e sobe banana e etc. E essa cooperação é com outras cooperativas. É uma parceria, a gente não se associa um no outro, mas a gente participa junto do edital, cada um ganha ser produto, e aí volta e a gente só separa os custos de logística (administrador da COOMAFITT).

O desenvolvimento da cooperativa, assim como a relação com os programas governamentais, também encontrou restrições, como a incerteza (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos produtores da região em relação à efetividade da cooperativa, pois diversas outras iniciativas do tipo haviam sido tentadas, sem sucesso, e a rigidez institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005) encontrada em alguns atores do poder público no início dos programas, principalmente em relação à burocracia necessária para esse processo.

COOPAN

Desde seu início, por sua natureza coletiva, a COOPAN mobilizou (mobilização) e contou com a participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) de todos os atores envolvidos e beneficiados com a sua atuação. Característica que se revela em todas as dimensões de trabalho e gestão dentro organização. Esse processo foi facilitado pelas parcerias (TARDIFF e HARRISON, 2005) estabelecidas com outras entidades do movimento cooperativo.

Sua gestão é compartilhada, mesmo possuindo divisões por setores e uma hierarquia dentro da organização, as decisões mais importantes são tomadas com a participação de todos os cooperados interessados, em espaços destinados a isso. Dessa forma, esses espaços servem também como uma forma de avaliação (TARDIFF e HARRISON, 2005) do trabalho

desenvolvido e tem como consequência uma integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) maior entre todos os atores, ao mesmo tempo em que gera um empoderamento (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos mesmos.

Além disso, no trabalho diário da cooperativa, todos têm suas funções estabelecidas, como o trabalho na agroindústria, na parte administrativa, entre outros, mas realizam uma troca periódica de funções, gerando um processo importante de aprendizagem (TARDIFF e HARRISON, 2005) sobre toda a atuação da organização.

Conforme relatado por um dos gestores entrevistados, que participou da fundação da cooperativa, a maior dificuldade encontrada foi quanto ao preconceito sofrido em alguns meios, por se tratar de uma organização de assentados ligados ao MST. Isso se mostrou na resistência encontrada em atender alguns mercados, inclusive no mercado da alimentação escolar, por uma questão de rigidez institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005), principalmente por parte das prefeituras, embora tenham recebido apoio dos setores de nutrição desses municípios. Essa dificuldade é relatada pelo gestor financeiro da COOPAN:

No início tivemos mais relação com o Setor de Nutrição da Smed, participamos da chamada pública da prefeitura, mas que na realidade não valeu para nada, pois eles passaram a fazer pregões mensais, que foi quando a gente encontrou dificuldade, pois o pessoal das compras não dominava a lei da alimentação escolar. Eles não nos aceitaram, então tivemos que acionar um advogado para que eles respeitassem a lei e passassem a comprar. Foi uma briga, a maior dificuldade foi o pessoal entender que existe uma lei nova que eles teriam que respeitar, ainda mais na parte dos orgânicos. Então a maior dificuldade foi com o pessoal de compras da prefeitura, pois tivemos que entrar com um recurso com advogado. Mas o pessoal do setor de nutrição sempre nos apoiou.

COOPERTERRA

A COOPERTERRA, sendo originada em um assentamento da Reforma Agrária, enfrentou e ainda enfrenta, conforme o presidente entrevistado, resistência (TARDIFF e HARRISON, 2005) em alguns meios, tanto privados quanto públicos, em função de sua natureza. Essa é a grande restrição encontrada pela cooperativa, o que gera tensão e incerteza (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos seus integrantes quanto ao futuro da organização.

Esse cenário foi relatado por um dos entrevistados:

Houve muitas barreiras para serem quebradas, ainda mais por sermos uma cooperativa da Reforma Agrária, era difícil a aceitação. Mas como isso partiu do governo, isso andou. Foram barreiras que fomos quebrando através de reuniões, a nível de estado, de municípios (produtor da COOPERTERRA).

Ao iniciar o fornecimento à alimentação escolar, algumas restrições se mantiveram, principalmente uma rigidez institucional (TARDIFF e HARRISON, 2005) apontada pelos entrevistados, que precisaram se adaptar a um novo formato de trabalho exigido para atuar nesse mercado.

Para atender ao mercado da alimentação escolar, a COOPERTERRA contou com a mobilização e participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) de diversos atores, desde seus cooperados, até entidades não-governamentais que auxiliaram a cooperativa nesse processo. Esse processo se deu através das parcerias realizadas e da integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre todos esses atores.

ECOCITRUS

A criação da ECOCITRUS foi realizada através de parcerias (TARDIFF e HARRISON, 2005), inicialmente entre o Governo Estadual e uma empresa alemã, conforme já citado, que geraram a mobilização e participação (TARDIFF e HARRISON, 2005) dos produtores rurais que viriam a ser os fundadores da cooperativa.

Essas parcerias (TARDIFF e HARRISON, 2005) são constantes na trajetória da cooperativa, que realiza diversos projetos através da integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) com outras entidades, como consta no relato do gerente da cooperativa:

A gente entra no mérito de cooperar, por exemplo tem a COMAFIT, tem as bananas deles que a gente traz pra vender aqui, nosso suco vai com eles para eles entregarem para nós nas escolas. O exemplo do envase, o Tretapac, a gente tá fazendo uma relação aí de parceria com a cooperativa Nova Aliança, da Serra, que é uma união de cinco cooperativas que se juntaram pra criar uma Indústria para processar toda a uva deles (...) aqui a gente fez o fomento para criar uma organização que criasse a representação dos agricultores familiares citricultores do vale do Caí, uma cooperativa chamada COOFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores da Agricultura Familiar do Vale do Caí. Essa cooperativa começou com uma iniciativa nossa, pois queremos para outros agricultores uma fábrica (gerente de Relações Institucionais da ECOCITRUS).

Isso se dá, também, através de um processo de negociação (TARDIFF e HARRISON, 2005) com diversos segmentos, visto o grande escopo de atuação da cooperativa.

A ECOCITRUS busca, através de espaços destinados a isso, a integração (TARDIFF e HARRISON, 2005) entre seus cooperados, além de gerar um processo de aprendizagem (TARDIFF e HARRISON, 2005), presente nas diversas iniciativas com esse fim.

Para essa atuação, a cooperativa precisou superar algumas dificuldades inerentes de sua atividade, tal como a complexidade (TARDIFF e HARRISON, 2005) de se gerir uma

organização com diversos integrantes, tanto cooperados quanto colaboradores, e manter a articulação com diversas entidades de diferentes segmentos, inclusive internacionais, fruto da diversidade de mercados atendidos pela organização.

4.3.6 Síntese das dimensões de inovação social na cadeia curta de agricultores familiares

Na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares pesquisada as dimensões de inovação social se revelaram em sua totalidade, com parte dos seus elementos presentes no contexto de criação dessas organizações, na sua trajetória e desenvolvimento e na sua interação com a alimentação escolar, através do PNAE.

A dimensão Transformações teve todos seus elementos caracterizados entre as cooperativas e associações. O surgimento da inovação social teve início em um contexto micro mercado por crises, rupturas e descontinuidades, causadas principalmente pela falta de mercado para os produtos dos agricultores e pela exploração realizada por intermediários, que achatavam o preço pago ao produtor. Essa situação criou uma emergência econômica, que foi solucionada pelo surgimento das cooperativas/associações e, em um segundo momento, pelo fornecimento à alimentação escolar, gerando assim uma mudança estrutural nesse contexto, assim como uma adaptação desses produtores, modificando suas relações de trabalho e produção. Do ponto de vista social, essas transformações geraram mudanças nas suas relações sociais, através da recomposição e reconstrução de sua estrutura social, assim como a adoção de novas práticas e a diminuição da exclusão/marginalização de parte dos produtores.

Na dimensão Caráter Inovador, as organizações estudadas se concentraram em determinados elementos, em relação aos seus modelos de trabalho, tipos de economia e ação social geradora da inovação social. Em relação aos modelos, foram encontrados principalmente modelos de governança, oriundo da interação com os órgãos públicos através da alimentação escolar, e modelos de trabalho, em organizações mais autônomas. O modelo de Quebec foi identificado apenas na COOPAN, dada a natureza do seu surgimento e sua organização coletiva própria. Os tipos de economia encontradas foram mista e social, a primeira em organizações que abrangem demandas de determinado território, além das demandas de seus componentes, e a segunda por terem características de trabalho coletivo e solidário. As ações sociais geradoras do processo de inovação social variaram entre as tentativas e experimentos de início do trabalho das organizações, arranjos institucionais

realizados para viabilizar o surgimento dessas organizações, e, através da resolução do PNAE, políticas e programas públicos, conforme exemplificado pelo administrador da COOMAFITT:

As políticas públicas foram essenciais para que houvesse uma mudança na lógica que vinha acontecendo. Elas forçaram a organização dos agricultores, que era o que faltava. O meio rural estava muito individual, cada um com a sua propriedade, e isso estava acabando com a agricultura familiar e estava aumentando cada vez mais a grande agricultura. Então áreas como a nossa, se o pai e o filho saírem, isso aqui vira tudo mato, porque é meio que uma reserva ambiental, então a agricultura ia acabar de extinguindo nesses lugares.

A dimensão Inovação, composta pela escala, tipo e finalidade das inovações sociais, também foi demonstrada no contexto das cooperativas e associações concentrada em poucos elementos. A escala de atuação da inovação social, pela abrangência das organizações estudadas, é local. O tipo de inovação mais encontrado foi o institucional, caracterizado pelo impacto do início do processo de fornecimento à alimentação escolar, seguido pelo tipo social, que teve seu processo iniciado pelo surgimento das cooperativas e associações. Nas organizações mais avançadas em seu processo de desenvolvimento, foram encontradas inovações do tipo organizacional, assim como técnicas e sociotécnicas no caso da ECOCITRUS. As finalidades dessas inovações envolviam o bem comum dos seus integrantes, através da cooperação dos mesmos, assim como o interesse geral de determinado território, em algumas das organizações.

O processo de inovação social nesse contexto contou com atores dos quatro tipos estabelecidos nessa dimensão: sociais, organizações, institucionais e intermediários. Os atores sociais, assim como os institucionais estavam presentes em todas as organizações e foram os que mais apareceram nessa análise. Os primeiros através dos movimentos cooperativos e voluntários e da sociedade civil, já os institucionais através da atuação do Estado nesse processo. Apenas no caso da ECOCITRUS apareceram atores organizacionais, uma empresa alemã, além de atores intermediários, que foram duas comissões que auxiliaram o desenvolvimento dessa cooperativa.

A dimensão Processo é composta pelo modo de coordenação das inovações sociais, assim como os meios e as restrições encontradas. A coordenação desse processo poderia ser dada através da avaliação, participação, mobilização e aprendizagem. Todos esses modos de coordenação foram encontrados na cadeia curta estudada, em que apareceram conjuntamente na maioria das organizações. Os meios para isso poderiam ser através de parcerias, consultas, integração, negociação e empoderamento. Nas organizações estudadas, os elementos que

foram identificados foram as parcerias com outras entidades, a integração entre seus beneficiários e o empoderamento dos cooperados e associados. A negociação foi um meio importante apenas no caso da ECOCITRUS, que teve seu processo de desenvolvimento ligado à abertura de mercados privados. Quanto às restrições, os elementos que foram encontrados foram a complexidade em gerenciar e manter a unidade em organizações com dezenas de cooperados com interesses e necessidades diferentes, assim como a dificuldade em gerar compromisso em alguns desses atores. A incerteza quanto ao sucesso das iniciativas também esteve presente nas organizações estudadas, assim como a resistência quanto ao trabalho cooperativo, advinda de experiências dessa natureza malsucedidas.

A rigidez institucional dos órgãos públicos na interação com as cooperativas e associações para o fornecimento à alimentação escolar foi apontada como uma das principais dificuldades encontrada pelas mesmas, sendo relatada com ênfase por diferentes entrevistados.

Essa percepção é corroborada pelo relato do Coordenador da Unidade de Cooperativismo da EMATER – Porto Alegre, que traz a questão de existirem duas leis contraditórias que regem as compras da alimentação escolar: a lei 8.666 (PLANALTO, 1993) diz que deve haver pregão para qualquer compra, enquanto a lei 11.947 (MDS, 2014) dispensa os pregões no caso da agricultura familiar, fazendo com que os gestores públicos tentem atender as duas, com medo de enfrentarem problemas, criando um processo “frankstein”, nas palavras do entrevistado. A adoção de editais inviabiliza a participação de agricultores familiares em grande parte dos casos, visto a dificuldade em concorrer com os preços praticados pelo mercado tradicional.

Ainda nesse sentido, outra restrição gerada pela rigidez institucional apontada por parte dos entrevistados é o limite de compra estabelecido por cada agricultor familiar, de R\$20.000,00 anuais. Isso faz com que as cooperativas limitem suas vendas para a alimentação escolar, visto que esse valor anual é pequeno se levada em consideração a necessidade de escala na comercialização de alimentos, já que o custo operacional é alto nesse contexto.

Apenas no caso da COOPERTERRA, foi encontrada como restrição a tensão gerada pela dificuldade de inserção dos cooperados assentados na comunidade ao qual fazem parte, oriunda do preconceito quanto às suas condições de assentados, conforme relatado por seus produtores.

Os elementos das dimensões de inovação social encontrados na cadeia curta estudada estão resumidos no quadro 11, que aponta quais elementos foram encontrados em cada uma das cooperativas e associações estudadas.

Quadro 11 - Dimensões e elementos de inovação social encontrados na cadeia curta de cooperativas e associações

		APPELUL	Associação de Suinocultores	CAFSUL	COOMAFITT	COOPAN	COOPERTEERRA	ECOCITRUS
Transformações	Contexto micro	mudança estrutural; descontinuidade	crise; ruptura; descontinuidade	ruptura;	descontinuidade; ruptura;	mudança estrutural;	descontinuidade;	mudança estrutural;
	Econômicas	emergência; relações de trabalho/produção	adaptação; relações de trabalho/produção;	relações de trabalho/produção/consumo	emergência; adaptação; relações de trabalho/produção	emergência; adaptação; relações de trabalho/produção/consumo	adaptação; relações de trabalho/produção;	adaptação; relações de trabalho e produção;
	Sociais	exclusão/marginalização; mudança; relações sociais	mudança; relações sociais; recomposição	reconstrução; práticas; mudança; relações sociais	exclusão/marginalização; reconstrução; mudança; prática; relações sociais	mudança; exclusão/marginalização; práticas; relações sociais	práticas; exclusão/marginalização	recomposição; práticas; mudanças; relações sociais;
Caráter inovador	Modelos	modelo de governança;	modelo de governança;	modelo de trabalho; modelo de governança;	modelo de governança;	modelo de trabalho;	modelo de Quebec	modelo de trabalho;
	Economia	Economia Social	Economia Social	Economia Social	Economia Mista	Economia Social;	Economia Social;	Economia Mista;
	Ação social	tentativa; experimento; políticas; programas;	políticas; programas; arranjos institucionais;	tentativa; experimento; políticas; programas;	tentativa; experimento; políticas; programas; arranjos institucionais;	tentativa; experimento; políticas; programas; arranjo institucional	políticas; programas; arranjo institucional;	políticas; programas; arranjo institucional;
Inovação	Escala	local	Local	Local	local	local	local	local
	Tipos	social; institucional;	Institucional	social; institucional;	social; institucional; organizacional	social; institucional; organizacional	institucional	social; técnica; sociotécnica;
	Finalidade	bem comum; cooperação	bem comum; cooperação	bem comum; interesses gerais; cooperação	bem comum; interesses gerais; cooperação	bem comum; cooperação	bem comum; cooperação	bem comum; interesses gerais; cooperação
Atores	Sociais	movimento cooperativo; sociedade civil;	movimento cooperativo; sociedade civil;	movimento cooperativo; sociedade civil;	movimento cooperativo; sociedade civil;	movimento cooperativo; sociedade civil;	movimento cooperativo/voluntário; sociedade civil	movimento cooperativo; sociedade civil;
	Organizações							empresa privada
	Instituições	institucionais do Estado;	institucionais do Estado;	institucionais do Estado;	institucionais do Estado;	institucionais do Estado;	institucionais do Estado;	institucionais do Estado;
	Intermediários							comissões bi e tripartite;
Processo	Modo de coordenação	mobilização; participação; avaliação; aprendizagem	mobilização; participação	mobilização; participação; aprendizagem; avaliação	mobilização; participação; aprendizagem; avaliação	mobilização; participação; avaliação; aprendizagem	mobilização; participação	mobilização; participação; aprendizagem
	Meios	parcerias; integração	parcerias;	parcerias;	empoderamento; parcerias; integração;	parcerias; integração; empoderamento	parcerias; integração	parcerias; integração; negociação;
	Restrições	complexidade; compromisso; incerteza; resistência	rigidez institucional; complexidade; incerteza	complexidade; compromisso	incerteza; rigidez institucional	resistência; rigidez institucional	resistência; tensão; incerteza; rigidez institucional	complexidade

Fonte: Dados da Pesquisa, com referência na proposta de Tardiff e Harison (2005)

4.3.7 Estágio de inovação social da cadeia curta de agricultores familiares

Conforme The Young Foundation (2014), existem sete estágios para o desenvolvimento da inovação social. São eles: explorando oportunidades e desafios; geração de ideias; desenvolvendo e testando ideias; construindo o projeto; implementação e sustentação; escalonamento, crescimento e propagação; e mudança sistêmica.

Dada a atual situação da cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares estudada, assim como sua situação como fornecedora da alimentação escolar de Porto Alegre, indica-se que alguns dos estágios de uma inovação social já tenham sido ultrapassados, como segue:

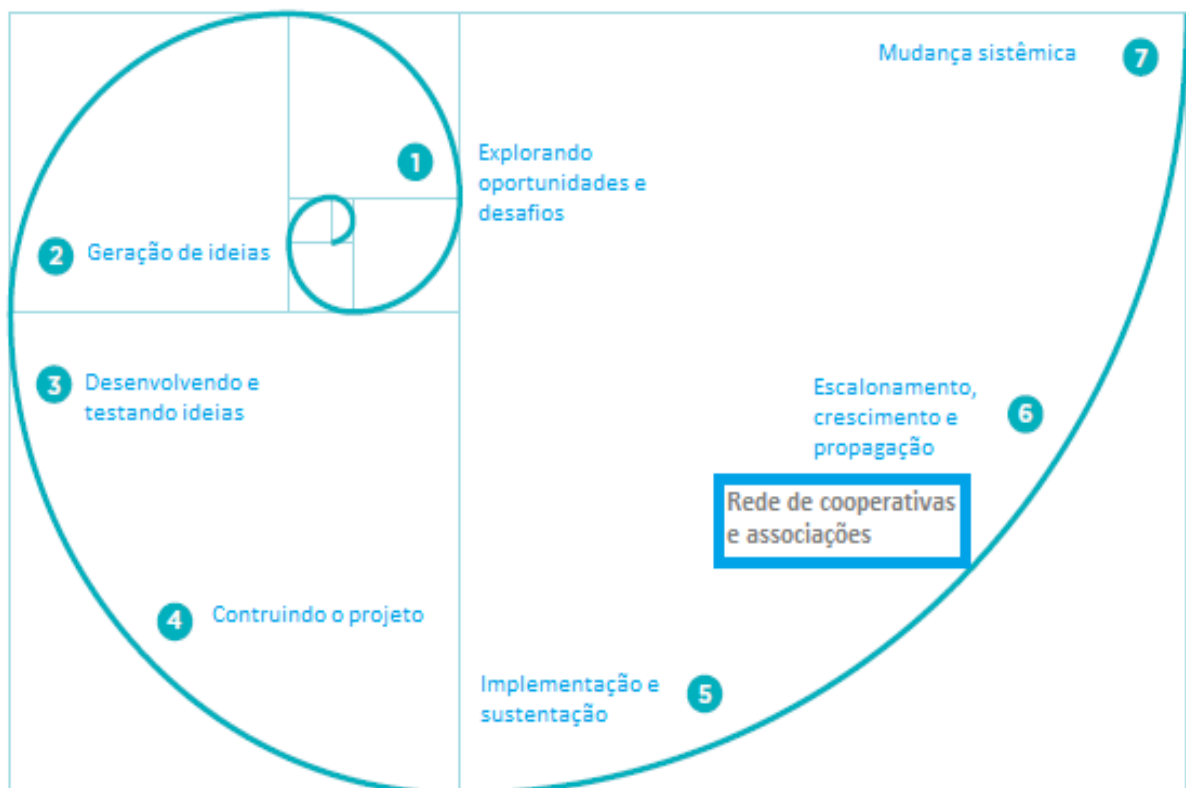
- a) Explorando oportunidades e desafios: a necessidade de uma inovação social surgiu do contexto problemático em que encontravam os produtores rurais, antes do advento das cooperativas e associações e, em um momento posterior, do processo de fornecimento à alimentação escolar;
- b) Geração de ideias: fase em que o conceito da cadeia curta de cooperativas e associações foi desenvolvido, contando com o auxílio de organizações públicas e, em alguns casos, do terceiro setor, além de serem encabeçadas, inicialmente, por um número pequeno de agricultores.
- c) Desenvolvendo e testando ideias: fase das tentativas e experimentos feitas pelas organizações para alcançar seu desenvolvimento. Na maioria das cooperativas e associações, a sua criação ainda fazia parte do estágio de desenvolver e testar idéias, visto que algumas delas passaram a ter uma atuação efetiva somente após alguns anos em desenvolvimento;
- d) Construindo o projeto: onde as organizações ganharam forma e escopo de atuação, através do engajamento efetivo dos seus integrantes e com o auxílio de outras organizações.
- e) Implementação e sustentação: estágio onde o trabalho das cooperativas e associações tornou-se parte da realidade de seus beneficiários, assim como uma prática diária dos mesmos;

f) Escalonamento, crescimento e propagação: estágio em que ocorre a difusão das inovações sociais, no seu próprio contexto e, principalmente, para outros contextos, aumentando sua abrangência. Não foi possível identificar esse estágio de desenvolvimento de uma inovação social na cadeia curta de cooperativas e associações estudada.

Dessa forma, acredita-se que a cadeia curta de cooperativas e associações estudada esteja em um momento anterior ao estágio de escalonamento, crescimento e propagação de uma inovação social, com sua implementação e sustentação já realizada como uma inovação social, mas com seu escopo de atuação ainda limitado aos seus principais beneficiários, os cooperados e associados, não ocorrendo a difusão dos seus benefícios para outros contextos.

O estágio da cadeia curta como uma inovação social, conforme análise realizada sobre a mesma está explícito na figura 5.

Figura 5: Estágios de inovação social da cadeia curta de cooperativas e associações



Fonte: Dados da pesquisa, com referência na proposta de The Young Foundation (2014).

4.4 ASPECTOS DE TECNOLOGIA SOCIAL DA CADEIA CURTA DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADA

No presente capítulo, são apresentados os resultados da análise do caso estudado, de acordo com os aspectos/implicações de tecnologias sociais, propostos pelo Instituto de Tecnologia Social (2007). Conforme sua proposição, são 12 os aspectos/implicações de uma tecnologia social:

- a) Compromisso com a transformação social;
- b) Criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais;
- c) Relevância e eficácia social;
- d) Sustentabilidade socioambiental e econômica;
- e) Inovação;
- f) Organização e sistematização;
- g) Acessibilidade a apropriação de tecnologias;
- h) Processo pedagógico para todos os envolvidos;
- i) Diálogo entre diferentes saberes;
- j) Difusão e ação educativa;
- l) Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação;
- m) Construção cidadã do processo democrático.

Por se tratarem de aspectos abrangentes, essa análise foi realizada na cadeia curta de agricultores familiares como um todo, não individualmente em cada uma das cooperativas e associações, no esforço de identificar se a cadeia curta estudada possui os aspectos de uma tecnologia social (ITS, 2007).

4.4.1 Compromisso com a transformação social

De acordo com ITS (2007), uma tecnologia social deve possuir o objetivo e o compromisso em transformar o mundo no sentido de torna-lo mais justo e menos desigual, buscando as oportunidades de ação em um contexto problemático.

Na cadeia curta de cooperativas e associações que fornecem à alimentação escolar esse aspecto é encontrado em todas as organizações participantes, conforme será apresentado a seguir.

O maior ponto de convergência entre as organizações é em relação ao compromisso com a mudança da situação socioeconômica problemática em que os produtores se encontravam antes do surgimento das cooperativas. Essa mudança se deu através do acesso a novos mercados, antes inexplorados pelos produtores, exclusão dos intermediários, que exploravam os produtores, gerando um aumento dos preços pagos ao produtor, auxílio na gestão da propriedade, aprendizagem sobre a atividade produtiva e auxílio na formalização desses produtores.

Isso pode ser visto no relato do presidente da CAFSUL:

Então foi ai que a finalidade dela forte mesmo, foi poder ajudar o produtor naquela época difícil, que o produtor não tinha para quem entregar sua produção, então nós conseguimos fazer esta venda direta, mas teria que ser através de cooperativa. A finalidade foi: transporte, mas o melhor, fazer com que a cadeia do pêssego, ficasse de pé e ajudando aquele produtor que não tinha para quem entregar a sua produção.

Esse papel das cooperativas e associações em relação aos seus produtores é corroborado pelo seguinte relato do presidente da APESUL: “nós ganhamos força trabalhando em conjunto, pois separados não tínhamos força para competir no mercado e nem participar da alimentação escolar”. O presidente da COOPERTERRA entrevistado possui a mesma visão: “nossa finalidade é reunir produtores, melhorar o preço, ser mais competitivo em preço. Antes de existir a cooperativa, as firmas exploravam o produtor, os preços eram muito baixos”.

Entretanto, outras cooperativas participantes da cadeia curta desenvolvem trabalhos mais profundos, tanto na questão social quanto ambiental. É o caso da COOMAFITT, que possui como missão: “Promover o desenvolvimento por meio da organização dos agricultores familiares e da comercialização de alimentos de qualidade com preços justos, para a melhoria da qualidade de vida com responsabilidade social e ambiental” (COOMAFITT, 2014).

Esse papel de desenvolver a questão da sustentabilidade na vida dos agricultores também é realizado pela ECOCITRUS, que foi fundada como uma organização de produtores orgânicos e sustentáveis, e hoje tem esse lado sustentável como uma filosofia de trabalho, que transforma a realidade dos seus cooperados.

O trabalho e o desenvolvimento da questão social é ainda maior na COOPAN. Essa característica se dá por se tratar de uma organização composta por produtores assentados,

possuindo um caráter de ação coletiva forte, em que a própria cooperativa pode ser vista como uma estrutura social, já que a produção, comercialização e gestão da organização é realizada coletivamente, além da moradia, da educação e do lazer dos cooperados serem organizado pela própria cooperativa, através de creches, refeitórios, campos de futebol, ginásios, entre outros.

4.4.2 Criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais

Em uma tecnologia social, é necessário criar espaços destinados a ouvir os atores envolvidos, para conhecer melhor a realidade e o contexto problemático e descobrir as verdadeiras demandas locais.

Considerando que os beneficiários das cooperativas e associações são os próprios integrantes e suas famílias, existe um espaço permanente de descoberta de demandas e necessidades sociais desse público. Essa característica é inerente às organizações cooperativistas, visto o caráter autogestionário e de participação coletiva presente nessas organizações.

Além de existir a possibilidade de um cooperado/associado demonstrar suas demandas a qualquer tempo, diretamente à gestão das cooperativas, existem momentos específicos destinados a isso, como por exemplo, as reuniões, assembleias e encontros realizados pelas cooperativas/associações com seus integrantes.

Essas reuniões, assembleias e encontros são realizados por todas as organizações pesquisadas, com aderência dos cooperados/associados em todas elas. Isso é demonstrado no relato de todos os entrevistados, como segunte relato do presidente da COOPERTERRA: “existem as rodadas de reuniões, onde levamos a informação, ficamos sabendo do que o produtor precisa, eles nos ligam todo o tempo”, e o relato do administrador da COOMAFITT que mencionou que: “então a gente faz essas reuniões semanais, que são bem abertas, os associados podem participar de qualquer coisa que eles quiserem”.

4.4.3 Relevância e eficácia social

Para que uma tecnologia tenha aspectos de tecnologia social, é necessário que ela tenha a capacidade de solucionar os problemas e necessidades sociais para os quais foi criada, promovendo significativa melhora na qualidade de vida dos atores beneficiados e inclusão social (ITS, 2007).

Todas as cooperativas e associações pesquisadas foram criadas em um contexto extremamente problemático, em que a maioria dos produtores, por serem pequenos e familiares, encontrava dificuldades em comercializar o seu produto, o que os obrigava a realizar a venda para intermediários, achatando o valor recebido pelos produtos. Os integrantes dessas organizações se encontravam em situação de vulnerabilidade social, conforme exemplo da APPELUL:

Nós trabalhamos diretamente com pescadores da Varzinha e da Ilha da Pintada e são pescadores que precisam entregar o peixe deles para poder sobreviver. É isso que tentamos fazer aqui na associação, gerar renda pra eles, trazer um número máximo de famílias e melhorar a alimentação dos escolares. Se não fosse o PNAE, eles não teriam para quem vender o peixe, apenas na Semana Santa, que são 4 dias, mas que não é suficiente, pois eles não tem como armazenar por muito tempo. Então o peixe ia fora, pois não tinha para quem oferecer (responsável administrativo da APPELUL).

Essa dificuldade se mostrava nas questões sociais também, pois, ao não possuir uma fonte de renda permanente, parte das famílias dos produtores abandonavam o campo, em busca de melhores condições na cidade. Para quem ficava, conforme parte dos relatos colhidos, as condições de vida eram precárias.

Dessa forma, a principal transformação realizada pelas cooperativas e associações era a garantia de venda da produção dos seus integrantes, além de elevar o valor recebido por eles a um patamar que justificasse e viabilizasse sua produção. Assim, os produtores passaram a contar com uma fonte de renda que elevou o padrão de vida dos mesmos.

Isso é demonstrado no relato de alguns dos gestores/produtores, como por exemplo, o produtor e presidente da APPELUL:

Já o pescador, também vendia, mas com um preço muito mais baixo. O pintado e a branca é vendido no mercado tradicional por R\$1,80. Com o beneficiamento do pescado, nós pagamos R\$4,50 pro pescador. Foi daí que surgiu o ganho deles. Continuaram produzindo a mesma coisa mas com um valor muito maior. Eles começaram a limpar o nome no mercado, a ter maior cuidado com as embarcações, pintam elas todos os anos.

Conforme exposto anteriormente, a resolução do PNAE que favorece a agricultura familiar também foi determinante nesse processo de transformação:

Eu plantava e perdia tudo, eu saia e não vendia né, ai eu já tava arrependido, preferia trabalhar de peão do que plantar e não vender, só que agora não, eu invisto mais, por que tudo que eu planto eu vendo. Nós fazemos muda e tudo, se fizesse mais, vendia mais. Como hoje me pedem mais batata, mais cebola, mas com o tempo não ajuda muito. 100%, muito bom, eu não me arrependo, se eu pudesse plantar mais eu plantava. Pelo PNAE eu comecei a plantar mais e vender mais (produtor da CAFSUL).

Esses relatos são aderentes ao que foi dito por outros entrevistados. Na COOMAFITT, por exemplo, os entrevistados apontam uma forte diminuição no êxodo rural, indicando inclusive uma volta dos jovens às propriedades rurais, que agora contam com internet e outros tipos de confortos valorizados por eles. Essa volta foi possibilitada, principalmente, pelo incentivo da cooperativa para que se implantassem agroindústrias nas propriedades rurais, fazendo com que os jovens se interessassem por trabalhar e administrar esse tipo de negócio.

Na COOPERTERRA, as entrevistas apontaram um movimento de volta de agricultores às suas propriedades, já que, antes do advento do PNAE e do trabalho realizado pela cooperativa, era mais vantajoso trabalhar como empregado em um grande latifúndio da região do que produzir seus próprios produtos. Conforme um dos entrevistados, o PNAE possibilitou uma grande mudança na realidade desses produtores:

Eu tenho um arvoredo, de laranja e bergamota. Eu plantei isso há 18 anos e nunca tinha conseguido vender e com a entrada do PNAE eu consegui vender, aumentando a minha renda. O PNAE possibilitou outras coisas além do leite, feijão, mandioca, tudo que produzir se for um produto bom eles compram (...) Hoje mudou um pouco o preconceito com os assentados, a mentalidade. Hoje tem até professor ensinando sobre os assentados, todos professores percebem a diferença nas crianças, mas os mais antigos ainda tem uma resistência (produtor da COOPERTERRA).

Um relato parecido foi concedido por um produtor da COOMAFITT entrevistado: “não tinha desenvolvimento em casa, não dava pra comprar nada, hoje da pra comprar tudo. Está uma maravilha, meu filho poderia voltar pra propriedade”.

Da mesma forma, a COOPAN representou uma mudança social em seu contexto, conforme um dos integrantes entrevistados, que trouxe a questão da discriminação que os produtores assentados sofrem, incentivada pela veiculação apenas de notícias negativas sobre esse tipo de produtor, mas, com o trabalho da cooperativa, eles demonstraram que são capazes

de produzir produtos de qualidade, melhorando a autoestima dos seus integrantes, conforme relato do diretor da COOPAN.

O trabalho realizado pelas cooperativas e associações estudadas, assim como o PNAE e sua resolução que beneficia a agricultura familiar, também geram impactos na realidade de outros atores, os alunos, que recebem produtos com reconhecida qualidade. Esse impacto está expresso no relato de uma merendeira repassado por um dos gestores da ECOCITRUS:

Tem uma Kombi lá que faz o transporte dos pequenos, né, como é uma vila meio pobre, pra assistência social, ai tem que fazer a saúde das crianças e ai toda a hora precisava da Kombi. Então a merendeira nos disse: “uma coisa que eu notei que desde que a gente começou a dar suco da ECOCITRUS para as crianças tomarem, que a gente não ta dando aquelas outras coisas lá, a Kombi não precisou vir mais. É tu vê, faz tempo que a gente não chamou mais a Kombi”. Esses são os detalhes, qualidade do produto resulta em alguma coisa, foi bem interessante isso, por que foi uma fala simples, uma tia que cuida da merenda das crianças, tava lá e percebeu uma diferença. E aí veio uma pergunta, por que disso? Qual é o fator que fez isso? Aí elas se deram conta, por que eles tão tomando um suco bom (gerente de Relações Institucionais da ECOCITRUS).

4.4.4 Sustentabilidade socioambiental e econômica

A tecnologia social deve produzir riqueza e gerar renda para seus beneficiários, de forma sustentável. Deve avaliar riscos e minimizar impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais em todas as fases desse processo (ITS, 2007).

Conforme a visão dos entrevistados, em cooperativas e associações de agricultores familiares a principal preocupação dos seus integrantes, ao menos inicialmente, é com a sustentabilidade econômica. Após esse processo estar bem desenvolvido, elas passam a ter um maior cuidado com a questão ambiental. Já a questão social, depende muito do lado econômico da organização, visto que a maioria dos integrantes dessas cooperativas/associações depende da renda gerada por elas para sobreviver.

Dessa forma, a resolução do PNAE que favorece a agricultura familiar surgiu como um pilar para garantir a sustentabilidade econômica das organizações aqui estudadas. Essa resolução garante um mercado permanente, que realiza compras todas as semanas de produtos oriundos da agricultura familiar, que geralmente não teriam tanto espaço nos mercados tradicionais, além de pagar um preço maior do que é pago pelos intermediários, os grandes compradores da agricultura familiar antes do advento da resolução do PNAE. Esse efeito está

diretamente ligado à renda dos produtores, conforme relatado pelo presidente da CAFSUL, “nós conseguimos pagar para o agricultor o kilo de cebola R\$1,40. No mercado estão pagando 1 real. A laranja nós conseguimos pagar para o agricultor aqui 1 real, enquanto que em São Paulo estão vendendo a R\$0,30”.

Esse impacto na realidade econômica das cooperativas e associações está exemplificado no relato do administrador da COOMAFITT:

Decidimos abraçar o mercado o máximo que a gente pudesse. E por isso nós crescemos muito rápido. Desde que eu comecei a trabalhar aqui, em 2009, a produção veio crescendo muito, praticamente dobrando de um ano para o outro. E como são produtos in natura, eles tem uma boa parte que é logística, mas não tem vidro, não tem tampa, não tem rótulo nesses valores, é um valor de produto praticamente puro. Por isso praticamente todo o dinheiro é passado para os associados, isso criou um pensamento social aqui muito forte.

Da mesma forma, o gerente de Relações Institucionais da ECOCITRUS apontou essa vantagem econômica de atender a alimentação escolar, “é a melhor remuneração que nós temos, não se compara a exportação, não se compara né, é o que melhor paga, por que é isenta de tributos”.

Ainda nesse entendimento, o PNAE possibilitou uma maior diversificação de produção por parte desses atores, conforme apontado pela maioria dos entrevistados, visto que essa produção passou a ser absorvida pela alimentação escolar. Isso gerou vantagens econômicas aos mesmos, pois tinham mais alimentos disponíveis para consumo próprio e ainda diminuíram os riscos que a monocultura traz aos produtores, conforme relato de um dos gestores da ECOCITRUS: “vai que um ano vem uma doença, uma chuva de pedra na hora da floração? Não vou ter nada pra vender? Então não pode ter essa coisa de uma cultura só. O PNAE veio para reforçar essa questão da produção”.

Por esse mercado ser tão vantajoso, algumas das organizações que fazem parte da cadeia curta estudada fornecem praticamente toda a sua produção para as prefeituras. Isso pode ser visto como um risco, pois, mesmo se tratando de um mercado institucional, geralmente mais estável que os privados, pode ocorrer alguma mudança nessa dinâmica de fornecimento, como uma mudança no entendimento do governo federal sobre essa questão, ou qualquer outra alteração no cenário político do país que mude as regras dessa resolução. Esse risco é identificado nas seguintes organizações: APESUL, Associação de Suinocultores e COOMAFITT.

Entretanto, a última realiza movimentos no sentido de atender a outros mercados, visando a diminuição dessa dependência, como mercados varejistas do litoral norte e grandes

empresas que fornecem alimentação aos funcionários. Ainda, conforme relato do administrador da COOMAFITT, mesmo com parte da produção destinada à alimentação escolar, a organização se desenvolveu a ponto de ter a estrutura necessária para disputar os pregões tradicionais com os intermediários e atravessadores, mesmo fora do contexto da alimentação escolar, o que revela a possibilidade de superação dessa dependência.

As outras organizações atendem diferentes mercados, destinando um percentual pequeno de sua produção ao PNAE, o que garante um menor risco de dependência e favorece a sustentabilidade econômica das mesmas.

Como já exposto anteriormente, em relação ao aspecto social da sustentabilidade, todas as organizações pesquisadas, por se tratarem de movimentos cooperativistas e associativistas, já nascem de uma preocupação e como uma solução para uma questão social, pautando seu trabalho nas demandas sociais de seus integrantes.

A sustentabilidade ambiental também se faz presente nas cooperativas/associações pesquisadas. Sendo organizações de agricultores familiares, seu trabalho de produção possui um cuidado maior com a questão ambiental do que a produção tradicional. Esse cuidado é gerado pelo fato de os agricultores dependerem de suas propriedades para sobreviverem, além de retirar parte de sua alimentação das suas terras. Isso faz com que eles procurem alternativas de produção que não agridam o meio-ambiente e que, ao mesmo tempo, mantenham suas propriedades produtivas.

Esse entendimento sobre sustentabilidade é revelado por alguns dos entrevistados. Os produtores entrevistados da APPELUS relatam que na sua atividade produtiva, piscicultura e pesca, os próprios associados realizam uma fiscalização, não deixando que os outros pescadores realizem a pesca em épocas e locais proibidos e, entre os piscicultores, a associação não permite que sejam criadas áreas de criação em locais que possam agredir o meio-ambiente.

Já a COOPAN, que produz arroz orgânico, também possui um cuidado com a questão ambiental:

Pra começar a produção do arroz é orgânica, não vai nenhum veneno. A gente tenta primeiro trabalhar com a produção ser autossustentável, por que tipo assim, o esterco dos suínos vai pra lavoura de arroz que tu passa pro leite, no arroz o quebrado que sai do farelo vai pra alimentação de suínos, a própria casca usamos para secar o arroz, só casca. Nós estamos com esse projeto novo de frigorífico para montar caldeiras só a base de casca que sai mais barato. A gente tenta fazer esse ciclo para autossustentabilidade, além de não usar agrotóxicos (diretor da COOPAN).

A ECOCITRUS, por ter sido criada como uma cooperativa de produção orgânica e sustentável possui um cuidado com a questão ambiental muito forte, conforme relatado por um dos entrevistados:

Tu só entra de associado na ECOCITRUS se tu for produtor orgânico né, e pra nós hoje, por exemplo, nós temos 3 certificações então, são 3 auditorias, duas de orgânico e uma de mercado justo. E na questão ambiental, não é uma questão financeira, é uma questão de essência, por isso na ECOCITRUS hoje não existe propriedade com meia certificação, existe propriedade em transição, por que quando tu entra tu tem uma fase de transição, mas primeiro tu precisa tá convencido que nunca mais vai usar veneno e aí tu entra de sócio e enquanto isso não tiver na tua filosofia de vida, então espera mais um pouco, pra ter certeza. Por que ir ao contrário é muito difícil. Pra nós a questão ambiental, é básica (gerente de Relações Institucionais da ECOCITRUS).

Além disso, a ECOCITRUS realiza um trabalho de aproveitamento de resíduos de diversas indústrias da região em que está localizada, transformando esses resíduos em biometano, que é utilizado como gás veicular pelos veículos da cooperativa.

Dessa forma, os três pilares da sustentabilidade, social, ambiental e econômico, foram identificados na cadeia curta de agricultores familiares que fornecem à alimentação escolar de Porto Alegre.

4.4.5 Inovação

Inovação, no escopo das tecnologias sociais, possui como foco principal a eficácia e a relevância social relativa ao grupo beneficiário (ITS, 2007). De outra forma, esse aspecto busca avaliar a eficácia e relevância social ao conceber uma inovação aos beneficiários.

Esse aspecto é bem presente no contexto da cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares fornecedoras da alimentação escolar de Porto Alegre, conforme explicitado no capítulo anterior que trata das dimensões de inovação social, mais especificamente na dimensão Inovação.

De forma sucinta, a criação das cooperativas e associações e, em um momento posterior, o advento da resolução do PNAE, resultaram em benefícios socioeconômicos aos seus integrantes, gerando uma transformação em sua realidade, se caracterizando como uma inovação social nesse contexto. Além disso, surgiram inovações institucionais, através da

resolução do PNAE, organizacionais, técnicas e sociotécnicas na trajetória das cooperativas/associações.

4.4.6 Organização e sistematização

Conforme o Instituto de Tecnologia Social (2007):

A TS leva em conta um amplo conjunto de fatores, compreendidos de maneira sistêmica, o que implica uma concepção sofisticada de tecnologia. A elaboração de planos de desenvolvimento estruturados torna-se imprescindível para que todos estes fatores sejam contemplados e possam interagir organicamente. A clareza e a precisão nos métodos utilizados oferece grandes vantagens quando é necessário enxergar as múltiplas relações implicadas no desenvolvimento socioambiental e econômico (ITS, 2007).

A partir desse entendimento, organizar um planejamento para conjugar e sistematizar o conhecimento e as experiências para que sirvam de referência, é necessário em uma tecnologia social.

Algumas das cooperativas e associações pesquisadas possuem uma estrutura organizacional complexa, com diversos colaboradores, divididos em diferentes níveis e setores, entre elas a COOMAFITT, a ECOCITRUS e a COOPAN. Esses colaboradores utilizam ferramentas de gestão avançadas para o contexto de cooperativas rurais e realizam um processo de planejamento estratégico anual. Essas ferramentas facilitam a organização e a sistematização de todo o conhecimento produzido pelas organizações, assim como suas tecnologias e inovações implantadas em suas trajetórias.

Conforme relato do administrador da COOMAFITT, a organização investe no planejamento e organização da produção dos seus integrantes:

Tudo começa na produção, nós temos planos de cultivo de 3 em 3 meses, então a gente senta hoje para decidir o que vai ser produzido daqui a 3 meses, então com esse plano de cultivo a gente já sabe o que vai ser produzido. E com isso tudo organizado a gente já tem como garantir a entrega desses produtos todos, e cada sócio tem que plantar no mínimo 3 coisas, as culturas curtas, de 3 meses até 6 meses. Essas produções nós fazemos plano de cultivo, e é nesse plano de cultivo que nós conseguimos levantar as coisas para oferecermos pro mercado e também fazer o link do que o mercado quer (administrador da COOMAFITT).

As demais cooperativas e associações, APPELUL, Associação dos Suinocultores, CAFSUL e COOPERTERRA, trabalham esse aspecto de forma mais subjetiva, com uma organização baseada no conhecimento tácito dos seus integrantes, com o auxílio de algumas ferramentas administrativas básicas.

4.4.7 Demais aspectos de tecnologia social

Além dos aspectos de tecnologias sociais abordados no presente capítulo, o Instituto de Tecnologia Social (2007) conceitua outros seis aspectos, tão importantes quanto os já trabalhados. São eles: acessibilidade e apropriação de tecnologias; processo pedagógico para todos envolvidos; diálogo entre diferentes saberes; difusão e ação educativa; processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação; construção cidadã do processo democrático.

Todos esses aspectos serão abordados conjuntamente na presente seção por se apresentarem de forma parecida e aderente no contexto das cooperativas e associações estudadas, retirando a necessidade de serem trabalhados em seções específicas, sob risco de se tratar de um conteúdo repetitivo. Esses aspectos estão destacados no desenvolvimento do texto a seguir.

Para fazer parte de uma das cooperativas ou associações estudadas, a única exigência é que o futuro integrante seja agricultor familiar e de preferência seja da região de abrangência dessas organizações, embora tenham sido relatados casos de agricultores que possuem propriedades bem distantes das sedes das cooperativas e associações. Na maioria das organizações, o agricultor não possui custo relevante para se tornar integrante, apenas a cota de participação exigida pelas cooperativas, que não passa de R\$200,00 conforme os entrevistados. Ao fazer parte dessas organizações, o agricultor passa a ter acesso a todo o conhecimento gerado interna e externamente à cooperativa/associação, através das palestras, cursos, treinamentos e programas de desenvolvimento oferecidos e, principalmente, através da interação entre os integrantes das cooperativas/associações. Um exemplo disso são os cursos e o programa de desenvolvimento desenvolvido pela COOMAFITT, já expostos anteriormente.

Foram encontrados relatos sobre a facilitação do acesso ao crédito e conseqüente investimentos nas propriedades desses produtores, conforme relatado pelos produtores da APPELUL, que tiveram acesso a *freezers* através de uma linha de financiamento subsidiada

(FEAPER) e também puderam construir açudes em suas propriedades de forma gratuita, através de uma parceria entre a associação e a prefeitura. Da mesma forma, a COOMAFITT conta com linhas de incentivo para a instalação de pequenas agroindústrias familiares, nas propriedades de seus integrantes.

Dessa forma, a cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares pesquisada contempla o aspecto de acessibilidade e apropriação de tecnologias, demonstrado através do custo baixo e facilidade de acesso às tecnologias geradas.

Ainda nesse contexto, o aspecto de tecnologias sociais processo pedagógico para todos os envolvidos também é contemplado através dos treinamentos, palestras, programas de aprendizagem, oficinas e outras atividades que são organizadas pelas cooperativas e associações, conforme exemplificado anteriormente, sempre levando em consideração o conhecimento de cada integrante. A interação de todos os cooperados/associados com os colaboradores e parceiros das organizações geram demandas por novos conhecimentos, além do que surge do cotidiano e das interações com a comunidade, reforçando esse aspecto, que, segundo ITS (2007), é a garantia de um espaço de aprendizagem onde todos os envolvidos estejam implicados.

O nono aspecto de tecnologias sociais proposto pelo Instituto de Tecnologia Social (2007) é o diálogo entre diferentes saberes, em que é necessário se considerar diferentes pontos de vista para uma construção de projetos integrada. Esse aspecto é algo construído na trajetória das organizações pesquisadas de forma sólida, por se tratarem de organizações cooperativistas e associativistas, que nasceram de uma filosofia de coletividade e autogestão, o que faz com que os pontos de vista de todos os integrantes sempre tenham peso e sejam considerados nas decisões importantes, como relatado pelos gestores e produtores da COOPAN e da ECOCITRUS, que abordaram a importância das assembleias na gestão das organizações, já que são nesses espaços que as decisões mais importantes são tomadas, com a participação de todos integrantes. Há ainda a participação de atores externos, como as ONG's parceiras, as entidades governamentais que possuem interface com essas organizações e outras cooperativas/associações, que são ouvidas no processo de tomada de decisão. Isso ocorre também na interação com as entidades responsáveis pela gestão da alimentação escolar, conforme relato a seguir:

Nós sempre temos uma conversa muito afiada com o setor de nutrição das prefeituras, dizendo o que é possível de produzir. Se elas têm alguma sugestão, de algum produto que tem como produzir aqui e nós não estamos produzindo, a gente traz pros associados. Lá no plano de cultivo a gente traz que tem demanda de tal tipo

de produto, e aí eles falam se querem produzir. Se eles quiserem a gente já liga e avisa que vai conseguir produzir aquilo (administrador da COOMAFITT).

Essas características do cooperativismo, que é vivenciado nas organizações estudadas, também abarcam o décimo primeiro aspecto de tecnologias sociais, processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação, que é o ato de compartilhar as ações de planejar, acompanhar e avaliar a tecnologia social, provocando maior engajamento (ITS, 2007).

Segundo ITS (2007), um dos aspectos importantes de uma tecnologia social é a sua difusão e ação educativa, que significa informar e difundir a ideia de que a tecnologia social deve estar socialmente implicada, buscando espaços para a divulgação e formação de futuros cidadãos. Esse processo é realizado nas cooperativas e associações pesquisadas internamente, através das ações realizadas com os cooperados/associados para informar sobre o trabalho realizado pela cooperativa, assim como difundir o conhecimento gerado na própria organização. Exemplos disso são as assembleias e reuniões semanais e mensais realizadas com os cooperados/associados por grande parte das organizações estudadas, como a CAFSUL, COOPAN, COOMAFITT e ECOCITRUS, conforme relatado por seus integrantes. Isso se dá, também, de forma subjetiva e tácita, através da interação entre os próprios integrantes, que repassam a informação sobre a atuação da cooperativa/associação para atores de outros contextos, como produtores rurais não associados, gerando assim certa difusão da tecnologia social promovida dentro dessas organizações.

Além do trabalho realizado informalmente pelos seus integrantes, o trabalho de difusão e ação educativa para o público externo ainda não faz parte da realidade dessas organizações, se tornando um campo de atuação a ser explorado. Dessa forma, o aspecto da difusão e ação educativa das tecnologias sociais (ITS, 2007) é contemplado apenas em parte pela cadeia curta de cooperativas e associações aqui retratadas.

O décimo segundo e último aspecto de tecnologias sociais proposto pelo Instituto de Tecnologia Social (2007), construção cidadã do processo democrático, envolve a adoção de formas democráticas de decisão, com estratégias de mobilização popular. As cooperativas e associações de agricultores familiares no geral se assemelham aos movimentos sociais nesse sentido, da mobilização popular em busca de uma solução para determinada demanda social. Com as organizações estudadas isso também está presente, pois elas surgiram da reunião de pessoas (produtores) em busca da resolução de uma necessidade social. A finalidade de criação da COOMAFITT é um exemplo desse aspecto de tecnologia social presente na cadeia curta: “Promover o desenvolvimento por meio da organização dos agricultores e da

comercialização de produtos de qualidade com um preço justo, para a melhoria da qualidade de vida com responsabilidade social e ambiental” (ADMINISTRADOR da COOMAFITT).

Essa busca conjunta é que gera a mobilização popular desses produtores rurais. Além disso, conforme explicitado anteriormente, essas organizações possuem como características naturais a coletividade e a autogestão, que envolve e mobiliza todos seus integrantes, colaboradores e cooperados/associados.

A partir desse entendimento, é possível visualizar a construção cidadã do processo democrático (ITS, 2007) na realidade da cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares pesquisada.

4.4.8 Síntese dos aspectos de tecnologia social da cadeia curta de agricultores familiares

A partir da caracterização dos aspectos de tecnologia social na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares que fornecem à alimentação escolar de Porto Alegre, a partir da proposta do Instituto de Tecnologia Social (2007), realizou-se um resumo do que foi encontrado nessa análise, como pode ser observado a seguir (quadro 12).

Quase todos os aspectos de tecnologia social foram identificados no contexto da cadeia curta estudada de forma completa e com aderência ao que foi proposto pelo ITS (2007) para cada um desses aspectos. A única exceção foi quanto ao aspecto da difusão e ação educativa da tecnologia social. A ação educativa esteve presente em todas as organizações pesquisadas, entretanto, a difusão dessas tecnologias ocorreu apenas em um escopo limitado, entre as relações dos próprios beneficiários dela, os produtores. Não se encontrou um esforço sistemático de difusão por parte das cooperativas e associações.

Quadro 12 – Como os aspectos de tecnologia social se expressam na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares

Aspectos	Como se expressam na cadeia curta
Compromisso com a transformação social	Todas as cooperativas foram criadas com o objetivo de transformar a situação socioeconômica dos beneficiários. Algumas ainda foram criadas com a questão ambiental e da sustentabilidade como parte de sua filosofia de trabalho.
Criação de espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais	Espaço aberto permanente para os beneficiários exporem suas necessidades. Espaços específicos com esse fim: reuniões, assembleias e encontros com os cooperados.
Relevância e eficácia social	Proporcionaram a mudança de um contexto problemático: abertura de novos mercados, preços pagos aos produtores mais justos, fim da exploração pelos intermediários e volta dos jovens às propriedades.
Sustentabilidade socioambiental e econômica	Sustentabilidade social e econômica presente nas organizações. Papel importante do PNAE nesse processo, mas pode ter gerado dependência econômica excessiva. Cuidado com o meio-ambiente mais forte em algumas das organizações, mas presente em todas.
Inovação	Surgimento das organizações foi uma inovação social na realidade dos seus beneficiários, gerando uma transformação social. Assim como a resolução do PNAE se caracterizou uma inovação institucional nesse contexto, e surgiram outros tipos de inovações na trajetória das organizações: organizacionais, técnicas e sociotécnicas.
Organização e sistematização	Parte das organizações possui estrutura organizacional complexa e utiliza ferramentas de gestão avançadas para sistematizar o conhecimento e as inovações e tecnologias produzidas internamente. As demais se utilizam do conhecimento tácito de seus integrantes, com o auxílio de ferramentas administrativas básicas.
Acessibilidade e apropriabilidade da tecnologia	Custo baixo para se tornar integrante é uma realidade presente em todas as organizações estudadas, assim como a facilidade de acesso a todo o conhecimento produzido por elas.
Processo pedagógico para os envolvidos	Contemplado através dos treinamentos, palestras, programas de aprendizagem, oficinas e outras atividades que são organizadas pelas cooperativas e associações, sempre levando em consideração o conhecimento de cada integrante.
Diálogo entre diferentes saberes	Coletividade e autogestão presentes em todas cooperativas e associações. Todos integrantes são ouvidos nas principais decisões, principalmente nas assembleias realizadas, assim como atores externos possuem papel importante nessas decisões.
Difusão e ação educativa	Realizado por completo apenas internamente, através das ações das cooperativas e associações para difundir o conhecimento produzido por atores internos e externos para seus beneficiários. Difusão para outros contextos através da divulgação do trabalho realizado para outros produtores rurais, informalmente, com esse aspecto não sendo contemplado totalmente.
Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação	As organizações incluem seus integrantes no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação, assim como nas tomadas de decisão mais importantes, através dos espaços específicos para isso e da abertura presente naturalmente em organizações cooperativistas.
Construção cidadã do processo democrático	Cooperativas e associações surgiram de uma mobilização popular de produtores rurais para solucionar suas necessidades sociais, que participam ativamente da construção do trabalho dessas organizações.

Fonte: Dados da pesquisa, com referência na proposta do Instituto de Tecnologia Social (2007).

4.5 ASPECTOS DE CADEIA AGROALIMENTAR CURTA DA CADEIA CURTA DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADA

A partir dos dados obtidos na pesquisa, realizou-se o esforço de caracterização dos aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes na cadeia curta de cooperativa e associações de agricultores familiares que fornecem à alimentação escolar de Porto Alegre, a partir das definições de Renting, Marsden e Banks (2003). Para tanto, as próximas seções seguem a seguinte ordem: cadeia curta por proximidade, incluindo a logística realizada pelas cooperativas e associações; logo após características híbridas – regionais/artesanais e ecológicas/naturais; e, por fim, aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes na cadeia curta de agricultores familiares e o processo de inovação social e tecnologia social.

4.5.1 Cadeia curta por proximidade

Na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares estudada, existe uma característica em comum a todas, que é o fato de fornecer à alimentação escolar de Porto Alegre através do PNAE. Conforme a definição de Renting, Marsden e Banks (2003), isso as torna participantes de uma cadeia agroalimentar curta do tipo por proximidade, pois é nesse tipo que estão enquadradas as vendas institucionais, incluindo a alimentação escolar.

Para realizar esse fornecimento, todas as cooperativas/associações tiveram que se adaptar às exigências dos órgãos públicos responsáveis em relação à entrega dos produtos. Os produtos não perecíveis podem ser entregues em um centro de distribuição da Prefeitura de Porto Alegre, que depois realiza a distribuição para as 96 escolas municipais. Já os produtos perecíveis, tem que ser entregues diretamente nessas escolas, na maioria dos casos uma vez por semana, o que torna a logística de entrega extremamente complexa para todos os participantes dessa cadeia curta. Conforme relatado pelos entrevistados, o momento inicial desse processo foi complicado, pois eles não tinham conhecimento sobre a dinâmica de entrega dos produtos e não obtinham informações dos órgãos responsáveis, que também estavam em um processo de aprendizagem sobre o funcionamento da resolução do PNAE e sobre como seria o fornecimento para a alimentação escolar.

Para conseguir atender essa demanda, algumas das cooperativas e associações realizaram parcerias, compartilhando o conhecimento sobre a forma e a rota de entrega e, em alguns casos, realizando essa entrega de forma conjunta. Em um segundo momento, essas organizações, principalmente as que realizam as entregas semanalmente, passaram a investir para adquirir veículos próprios e facilitar essa entrega, como é o caso da APPELUL:

Através do Feaper nós compramos 2 camionetes novas, Fiorino e Ducatto, mais uma camionete minha velha que nós usamos para buscar o peixe. A rota foi feita por um dos meus filhos, que fez a entrega no primeiro mês e continua entregando junto com a minha filha em todas as escolas (presidente da APPELUL).

Assim como a APPELUL, a Associação de Suinocultores, a COOMAFITT e a COOPERTERRA e a ECOCITRUS adquiriram caminhões para realizar essa logística. A CAFSUL, por realizar a entrega de forma mais espaçada dos seus produtos não perecíveis, o faz através de fretes terceirizados, assim como a COOPAN.

Algumas dessas organizações também fazem parte de outros tipos de cadeias agroalimentares curtas, como é o caso da ECOCITRUS, que através de sua certificação de produtos orgânicos e de sua reputação como uma organização sustentável, realiza a venda para grandes cadeia curtas varejistas nacionais e até exporta seus produtos, fazendo parte de uma cadeia curta estendida. As demais cooperativas e associações têm em comum a participação em feiras de produtores, e em alguns casos a venda para mercados locais, participando assim de outras cadeias curtas por proximidade.

4.5.2 Características híbridas – regionais/artesanais e ecológicas/naturais

Os autores Renting, Marsden e Banks (2003) trazem diferentes definições de qualidade e convenções empregadas dentro de cadeias agroalimentares curtas, divididas em três tipos: cadeias com características regionais ou artesanais, cadeias com características ecológicas ou naturais e cadeias híbridas, que possuem características dos outros dois tipos.

A cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares pesquisada se encaixa no terceiro tipo, pois possuem tanto características regionais/artesanais, quanto características ecológicas naturais.

Cada uma das organizações possui características próprias, que se encaixam nos dois tipos, tornando a cadeia como um todo híbrida. Essas características estão grifadas no texto a seguir.

A APPELUL, por exemplo, tendo como produto o peixe pescado no Lago Guaíba, possui um produto típico da região, que é livre de OGM's, integrado e natural, pois é retirado diretamente do seu habitat, além de ser saudável e seguro para consumo, conforme a certificação obtida junto à SMIC de Porto Alegre, o SIM – Serviço de Inspeção Municipal.

A Associação de Suinocultores da Zona Sul de Porto Alegre realiza o processamento (abatimento e corte) dos suínos diretamente na propriedade rural, em uma agroindústria específica para isso. A alimentação dos suínos é proveniente das sobras de restaurantes da região doadas pelo DMLU para a associação, misturadas com farelo de arroz e de soja, e sua criação é realizada de forma tradicional, respeitando o tempo de crescimento do animal, sem rações especiais e antibióticos utilizados pelos grandes criadores.

O principal produto da CAFSUL, o pêssego, é uma fruta típica e tradicional da região de Pelotas. Os outros produtos fornecidos à alimentação escolar, como os hortifrutigranjeiros, são alimentos que também são consumidos na propriedade rural pelos agricultores, e são cultivados de forma natural, sem OGM's.

A COOMAFITT realiza a produção de diversos tipos de alimentos, alguns deles certificados como orgânicos pela OPAC (Litoral Norte Certificadora), todos típicos e tradicionais da região de atuação da cooperativa. Alguns são processados na propriedade rural, através das agroindústrias instaladas nas terras de alguns agricultores. Por se tratarem de alimentos orgânicos, são naturais, sem utilização de agrotóxicos e sem OGM's, além de saudáveis e seguros, característica assegurada pela preocupação da organização com o aspecto nutricional de seus produtos e pelas certificações obtidas junto a diversas entidades, como o MDA, a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do RS.

O arroz orgânico, principal produto produzido pela COOPAN, é tradicional e típico da região em que ela está localizada. Esse arroz é processado nas terras da cooperativa, e chega ao consumidor sem agrotóxicos, sem conservantes e livres de OGM's, da forma mais natural possível. Ao implantar o arroz orgânico integral, a cooperativa também o tornou mais saudável, pois possui maior valor nutricional do que o arroz tradicional, além de ser seguro para consumo, característica assegurada pela certificação de produto orgânico que a COOPAN possui.

A COOPERTERRA está localizada em uma região tradicionalmente pecuarista, de grandes latifúndios. Por isso, todas as culturas produzidas pela cooperativa não são típicas da região. Sua produção de alimentos possui as características de ser artesanal, orgânica e livre de OGM's, e é realizada pelas famílias dos assentados, que também realizam o processamento de alguns produtos nas suas propriedades, como queijo, geleia, entre outros. Ela não possui certificação externa, mas realiza um controle entre os próprios produtores para garantir a qualidade dos seus produtos e que a produção seja realizada de forma orgânica.

Localizada em uma região de forte cultura de produção de cítricos, a ECOCITRUS tem nesse tipo de fruta seus principais produtos (típico e tradicional). Sendo, desde sua criação, uma cooperativa de agricultores que buscam a sustentabilidade e realizam sua produção de forma orgânica, seus produtos também possuem essas características: orgânicos, naturais e livre de OGM's. Essa características proporcionam ao consumidor um alimento mais saúdável, além de mais seguro, já que a cooperativa possui diversas certificações de qualidade e de produção orgânica.

4.5.3 Aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes na cadeia curta de agricultores familiares e o processo de inovação social e tecnologia social

A demanda gerada pela resolução do PNAE que estabelece um percentual mínimo de 30% de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar de todos municípios brasileiros, no caso aqui estudado Porto Alegre, fez surgir cadeias agroalimentares curtas do tipo por proximidade (RENTING, MARSDEN e BANKS, 2003).

No entendimento de Renting, Marsden e Banks (2003), toda cadeia agroalimentar curta deve possuir um tipo de qualidade específica, que a diferencia das cadeias tradicionais. Na cadeia curta de cooperativas e associações pesquisada, o fato de serem organizações da agricultura familiar já pode ser visto como uma qualidade, no sentido empregado pelos autores. Eles autores dividem as qualidades das cadeias agroalimentares curtas em três tipos: características regionais/artesanais, ecológicas/naturais e híbridas, que possuem características dos dois primeiros tipos.

Então, além do fato de ser composta por organizações da agricultura familiar, a cadeia curta de cooperativas e associações possui outras características de qualidade, conforme definições empregadas por Renting, Marsden e Banks (2003):

- a) Características regionais/artesanais: alimentos típicos, especialidades; tradicionais; processados na propriedade rural.
- b) Características ecológicas/naturais: produção orgânica; natural; alimentos saudáveis, seguros; livre de OGM's.

Nesse entendimento, essas cooperativas e associações geram uma cadeia agroalimentar curta do tipo híbrida.

Essas características de cadeias agroalimentares curtas aqui apontadas como presentes na cadeia curta de cooperativas e associações estudada geram uma série de impactos em todos os atores relacionados ao trabalho realizado pelas mesmas. Esses impactos estão grifados no texto a seguir.

O fato de participarem de uma cadeia curta por proximidade gerou diversos benefícios aos produtores, principalmente econômicos. Provavelmente o mais importante é a independência adquirida em relação aos intermediários e à indústria de alimentos, algo que era presente na realidade da maioria das cooperativas/associações. Além disso, ao excluir os intermediários nessa cadeia, a resolução do PNAE que estabelece a compra direta da agricultura familiar pelas prefeituras aumentou a margem de lucro dos produtos vendidos pelas cooperativas e associações, além de reduzir os custos de transporte embutidos no preço do produto, já que os produtos são entregues diretamente ao seu consumidor final.

Esses benefícios geraram uma transformação da realidade socioeconômica dos produtores, uma vez que alterou suas relações de trabalho e produção, resolvendo uma emergência econômica pela qual esses atores passavam, auxiliando na sua sustentabilidade econômica e forçando uma mudança estrutural nas suas atividades de produção. Essa transformação gerou mudanças nas suas estruturas sociais, possibilitando uma reconstrução das mesmas, diminuindo a situação de exclusão/marginalização pela qual alguns produtores passavam e instituindo novas práticas nas suas relações sociais, aumentando também sua relevância e eficácia social dessa forma.

A cadeia curta por proximidade formada para atender à alimentação escolar de Porto Alegre também possibilita aos produtores uma maior liberdade de escolha do que produzir, visto a boa relação com o Setor de Nutrição da SMED de Porto Alegre, que abre a possibilidade das próprias cooperativas e associações proporem a relação de produtos que serão fornecidos, que, após análise pelo referido setor, podem entrar na Chamada Pública realizada periodicamente. O inverso também é presente, uma vez que o Setor de Nutrição também solicita aos produtores alimentos considerados mais saudáveis e nutricionalmente

melhores, gerando uma adaptação do planejamento de produção dos agricultores para atender esses pedidos (BOZZETO, 2014). Esse relacionamento com os órgãos públicos responsáveis pelas compras da alimentação escolar, também se estende aos consumidores finais, que são as escolas e seus alunos. Conforme relato dos entrevistados existe uma interface entre as cooperativas/associações e esses atores:

Nós ligamos para a alimentação escolar do município e do estado para perguntar sobre a qualidade do produto, ter um *feedback* da qualidade, ligamos para as diretoras das escolas. Então nós cuidamos muito da qualidade dos produtos (presidente da APPELUL).

A formação dessa cadeia também gerou uma maior aproximação entre as cooperativas e associações participantes, principalmente no compartilhamento da logística e do conhecimento adquirido na relação com o poder público, assim como entre os próprios produtores, já que a relação deles com as suas cooperativas e associações se fortaleceu com a abertura desse novo mercado.

Esses fatores anteriormente mencionados auxiliaram na reconstrução das suas relações sociais, fortaleceram o relacionamento com outros atores, principalmente os participantes do movimento cooperativo e os institucionais do Estado. Esse fortalecimento se deu através das parcerias firmadas e da integração com esses outros atores, por meio de um diálogo entre diferentes saberes e com um processo participativo de planejamento, acompanhamento e avaliação.

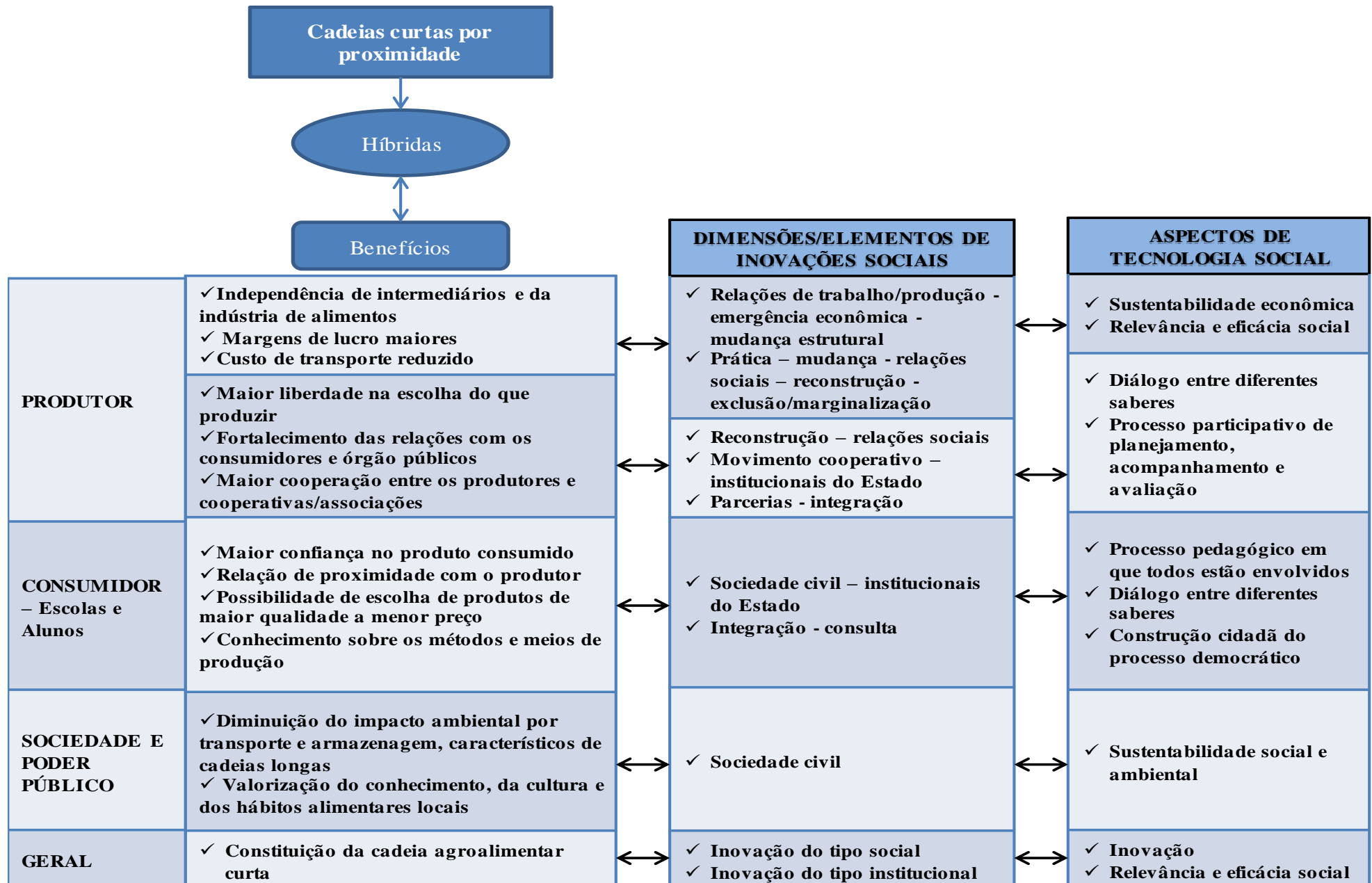
Os outros atores da sociedade inseridos nesse contexto, escolas, alunos (sociedade civil) e poder público (institucionais do Estado), também são beneficiários da cadeia curta aqui estudada. As escolas, ao possuir essa relação próxima com as cooperativas e associações, adquirem conhecimento sobre os métodos e meios de produção, possibilitando a escolha de produtos de maior qualidade e gerando uma maior confiança no produto consumido pelos alunos, já que os alimentos fornecidos pelos agricultores familiares são considerados mais saudáveis e nutritivos, além de chegarem mais frescos às escolas. O poder público, ao induzir a constituição desse tipo de cadeia, gera uma diminuição do impacto ambiental gerado por transporte e armazenagem, uma vez que os alimentos são entregues diretamente ao consumidor final, sem outros elos na cadeia. Além disso, também ocorre uma valorização do conhecimento, da cultura e dos hábitos locais, através do fortalecimento da agricultura familiar local.

Através da integração e do processo de consulta realizado junto às cooperativas e associações, as escolas e os alunos participam de um processo pedagógico em que todos estão envolvidos, gerando um diálogo entre diferentes saberes e auxiliando na construção cidadã do processo democrático. Para a sociedade como um todo, através da ação do poder público, diminuindo os impactos ambientais e valorizando a cultura local, ocorre um processo de fortalecimento da sustentabilidade social e ambiental.

Por fim, os benefícios da constituição de uma cadeia curta aqui expostos auxiliam no processo de inovação como um todo, gerando uma transformação social (relevância e eficácia social) no contexto dos produtores (inovação do tipo social), assim como o fato que gerou a cadeia, a resolução específica do PNAE, pode ser vista também como uma inovação do tipo institucional.

Os aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes na cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares e seus impactos nas dimensões de inovação social e nos aspectos de tecnologia social presentes na mesma cadeia curta, estão retratados no quadro 13. O referido quadro está constituído da seguinte forma: benefícios gerados pela constituição de uma cadeia curta e seus respectivos elos com as dimensões de inovação social e aspectos de tecnologia social.

Quadro 13 – Aspectos de cadeias agroalimentares curtas e sua relação com as dimensões/elementos de inovação social e aspectos de tecnologia social



Fonte: Dados da pesquisa, com referência nas propostas de Renting, Marsden e Banks (2003), Tardiff e Harrison (2005) e ITS (2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inovação social e a tecnologia social são abordagens que buscam a resolução de uma determinada demanda social e emergem de movimentos da sociedade, que utilizam a criatividade para suprir suas necessidades. Já as cadeias agroalimentares curtas surgiram em um contexto onde os critérios de qualidade dos alimentos são socialmente construídos, demandando uma nova dinâmica de mercado, que realize uma aproximação entre produtores e consumidores, trazendo benefícios para ambos e para a sociedade como um todo.

O presente trabalho buscou analisar os aspectos dessas três abordagens em uma cadeia curta de cooperativas e associações de agricultores familiares formada para atender a demanda da alimentação escolar de Porto Alegre, surgida após o advento da resolução do PNAE que obriga os municípios a destinarem 30% dos recursos da alimentação escolar para organizações da agricultura familiar.

Os principais resultados apontaram que parte dos elementos adotados no modelo de análise de Tardiff e Harrison (2005) para inovações sociais foram encontrados, com suas dimensões identificadas em sua totalidade no contexto de criação das cooperativas e associações, nas suas trajetórias de desenvolvimento e na sua relação com a alimentação escolar.

Nesse contexto, o processo de inovação social surgiu, ou ganhou força, em dois momentos distintos: a criação das cooperativas e associações e, em algumas das organizações estudadas, após essas passarem a fornecer produtos para a alimentação escolar.

Dessa forma, a dimensão Transformações teve todos seus elementos caracterizados entre as cooperativas e associações, que tiveram seu processo de inovação social iniciado em um contexto de crises, rupturas, descontinuidades e emergência econômica. O processo de inovação social gerou mudanças estruturais na realidade dos produtores, que precisaram se adaptar, modificando suas relações de trabalho e produção. Essas transformações modificaram também suas relações sociais, através da recomposição e reconstrução de sua estrutura social, com adoção de novas práticas e a extinção do processo de exclusão/marginalização pelo qual parte dos produtores passava.

A dimensão Caráter Inovador teve os seguintes elementos identificados na maior parte das organizações: modelos de governança, oriundo da interação com os órgãos públicos através da alimentação escolar, e modelos de trabalho, em organizações mais autônomas. Essas organizações possuem dois tipos de economia, algumas do tipo mista e outras do tipo

social. As ações sociais geradoras do processo de inovação social se deram através tentativas e experimentos no início do trabalho das organizações, além de arranjos institucionais realizados para viabilizar o surgimento dessas organizações e de políticas e programas públicos, mais especificamente a resolução do PNAE.

Em relação aos elementos da dimensão Inovação, a escala de atuação da inovação social é local. O tipo de inovação mais encontrado foi o institucional, seguido pelo tipo social, e, em algumas organizações surgiram inovações organizacionais, assim como técnicas e sociotécnicas em um caso. A finalidade de todas as organizações era o bem comum dos seus integrantes, através da cooperação, enquanto algumas abrangiam também o interesse geral de determinado território.

Foi identificada a participação de todos os tipos de Atores propostos pelo modelo de análise. Os atores sociais e os institucionais estavam presentes no surgimento do processo de inovação social em todas as organizações, enquanto que os outros tipos foram identificados em apenas algumas das organizações.

A coordenação do Processo de inovação social foi realizada através da avaliação, participação, mobilização e aprendizagem na cadeia curta estudada. Como meio para viabilizar o processo de inovação social, as organizações realizaram parcerias com outras entidades, a integração entre seus beneficiários e o empoderamento dos cooperados e associados. Esse processo encontrou como restrições a complexidade em gerenciar e manter a unidade em organizações com dezenas de cooperados, a dificuldade em gerar compromisso nesses atores, a incerteza quanto ao sucesso dessas iniciativas, a resistência quanto ao trabalho cooperativo e a rigidez institucional dos órgãos públicos na interação com as cooperativas e associações para o fornecimento à alimentação escolar.

Todos os aspectos de tecnologia social foram encontrados no contexto da cadeia curta de cooperativas e associações, conforme o modelo proposto por ITS (2007).

Seu compromisso com a transformação social foi revelado através da finalidade de criação das cooperativas e associações, que era mudar a situação socioeconômica problemática dos produtores rurais. A mudança desse contexto revelou a relevância e eficácia social dessa cadeia curta enquanto tecnologia social, assim como uma inovação na realidade de seus beneficiários. A acessibilidade e apropriabilidade da cadeia curta enquanto tecnologia social é garantida pelo custo baixo de acesso às cooperativas e associações, assim como o esforço no compartilhamento do conhecimento adquirido.

Outro aspecto importante identificado é a busca dessas organizações pela sustentabilidade social e econômica, ambas com grande impacto do fornecimento à

alimentação escolar. A questão da sustentabilidade ambiental é presente em algumas das organizações, mas ainda incipiente em outras.

Todas as organizações possuem espaços destinados à descoberta de demandas e necessidades sociais de seus integrantes e buscam organizar e sistematizar o conhecimento adquirido nesse processo. Existem espaços também para a garantia de que ocorra um processo pedagógico para todos os envolvidos, através do compartilhamento do conhecimento e do diálogo entre os diferentes saberes.

O caráter solidário e coletivo das organizações estudadas proporciona processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho das mesmas, assim como a construção cidadã do processo democrático.

A ação educativa esteve presente em todas as organizações pesquisadas, entretanto, a difusão do trabalho realizado por essas organizações ocorre em um escopo limitado, entre as relações dos próprios beneficiários dela, sem um esforço sistemático de difusão.

A cadeia curta formada por cooperativas e associações de agricultores familiares, para atender a demanda da alimentação escolar do município de Porto Alegre, pode ser caracterizada como uma cadeia agroalimentar curta do tipo por proximidade, e possui qualidades tanto regionais/artesanais quanto ecológicas/naturais, sendo dessa forma uma cadeia curta do tipo híbrida (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2003).

Essas características apontadas como presentes na cadeia curta de cooperativas e associações estudada geram impactos em todos os atores que fazem parte desse contexto.

Os produtores adquiriram certa independência em relação aos intermediários e à indústria de alimentos, aumentando sua margem de lucro e diminuindo os custos com transporte da cadeia, por entregarem diretamente ao consumidor final. Além disso, os produtores possuem uma maior liberdade de escolha do que produzir, em função da melhora do relacionamento com os órgãos públicos e com os consumidores finais, responsáveis pela escolha dos alimentos que serão fornecidos. Esse processo também gerou uma maior aproximação entre as cooperativas e associações participantes, assim como entre os próprios produtores.

Os outros atores da sociedade inseridos nesse contexto, escolas, alunos e poder público, também são beneficiários dessa cadeia curta formada. As escolas adquirem conhecimento sobre os métodos e meios de produção, viabilizando a escolha de produtos de maior qualidade e gerando uma maior confiança no produto consumido pelos alunos, tudo isso através da aproximação realizada com os produtores. Essa aproximação também permite aos órgãos públicos encarregados das compras escolares solicitar determinados alimentos que

sejam considerados mais saudáveis e nutricionalmente melhores para os alunos, fazendo com que os agricultores incluam esses alimentos em seu planejamento de produção (BOZZETO, 2014). Os anexos A, B e C trazem os gêneros alimentícios fornecidos pela agricultura familiar à alimentação escolar de Porto Alegre, sendo possível perceber que a maior parte dos alimentos pode ser considerada saudável.

Já o poder público, ao induzir a constituição desse tipo de cadeia, diminui o impacto ambiental gerado pelo transporte e armazenagem e promove a valorização do conhecimento, da cultura e dos hábitos locais.

Conforme foi exposto anteriormente, a análise realizada com referência no modelo de dimensões de inovação social proposto por Tardiff e Harrison (2005) demonstrou que o contexto da cadeia curta de cooperativas e associações formada para atender a demanda da alimentação escolar de Porto Alegre é uma inovação social.

O processo de inovação social teve seu início em momentos distintos entre as organizações estudadas. Na maioria delas, o processo de transformação social foi iniciado na própria constituição e criação das cooperativas e associações, mas em duas esse processo foi induzido pelas políticas públicas e passou a ser efetivo no momento em que essas organizações iniciaram o fornecimento à alimentação escolar, revelando a importância do PNAE e da sua resolução que beneficia a agricultura familiar nesse contexto. A resolução do PNAE induziu a organização dos agricultores familiares, com uma cooperativa/associação sendo criada exclusivamente para atender a demanda surgida (APPELUL), e estimulou o desenvolvimento e crescimento das mesmas, garantindo a sua sobrevivência e dando segurança para que essas acessem outros mercados. Ou, como relatado pelo coordenador da UCP/EMATER de Porto Alegre, “muitas cooperativas não existiriam se não existisse a alimentação escolar”.

Ainda nesse entendimento, atender a alimentação escolar possibilitou uma maior diversificação da produção de alimentos pelos agricultores familiares, beneficiando também suas famílias, já que esses alimentos também são utilizados para consumo próprio, melhorando a sua alimentação de forma geral.

Baseado nos estágios de inovação social proposto por The Young Foundation (2004), identificou-se que a cadeia curta de cooperativas e associações estudada encontra-se no final do 5º estágio, que é a implementação e sustentação, onde o trabalho das cooperativas e associações tornou-se parte da realidade de seus beneficiários e uma prática diária dos mesmos. Entretanto, ainda não houve um desenvolvimento suficiente para que ocorra o

escalonamento, crescimento e propagação dessa inovação social, que seria o 6º e próximo estágio de uma inovação social.

O contexto das cooperativas e associações pesquisadas também pode ser visto como uma tecnologia social, visto que foram identificados todos os aspectos de uma tecnologia social nessa análise, baseada na proposição de ITS (2007). Isso demonstra que a forma de organização, o conhecimento produzido, o trabalho realizado junto aos produtores e seu impacto na realidade desses é uma tecnologia social, o que abre a possibilidade de ser replicado em outras realidades, aumentando o seu impacto social. Esse fato ganha mais importância ao se considerar que todos os municípios brasileiros são obrigados a destinar no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar para a agricultura familiar, o que cria a necessidade de que mais cooperativas e associações se articulem para atender a essa imensa demanda criada pelas políticas públicas.

As cooperativas e associações pesquisadas, ao atender a alimentação escolar de Porto Alegre, constituem uma cadeia agroalimentar curta por proximidade, com características e qualidades regionais/artesanais e ecológicas/naturais, sendo assim uma cadeia curta híbrida, conforme proposto por Renting, Marsden e Banks (2003). Esses aspectos de cadeias agroalimentares curtas presentes na cadeia curta auxiliam o processo de inovação social e tecnologia social, conforme exposto anteriormente, visto o grande número de benefícios gerados aos diversos atores envolvidos nesse processo: produtores e suas organizações, escolas e alunos, e poder público, beneficiando assim a sociedade como um todo.

A pesquisa realizada revelou a importância das políticas públicas nesse contexto, sendo indutoras do processo de inovação social e tecnologia social, assim como ponto inicial para a criação da cadeia agroalimentar curta formada pelas cooperativas e associações para atender a alimentação escolar de Porto Alegre. Essas políticas públicas foram e são fatores cruciais para a sobrevivência e desenvolvimento das organizações estudadas. Entretanto, foi identificada uma dependência dos mercados institucionais em algumas das cooperativas e associações, em que praticamente 100% do que é produzido é destinado para tal mercado. Para reduzir tal dependência, as organizações poderiam passar a explorar mais os mercados privados, como já o fazem algumas delas, para que essa diversificação as proteja de possíveis mudanças nas regras desses programas institucionais, que poderiam acarretar em problemas para a continuação do trabalho dessas organizações.

O quadro 14 resume os objetivos da presente pesquisa, os modelos de análise utilizados na tentativa de atingir tais objetivos e os resultados encontrados.

Quadro 14 – Resumo dos resultados encontrados

Objetivos específicos	Modelo de análise	Resultados encontrados
<p>Verificar o contexto da cadeia curta de agricultores familiares fornecedora da alimentação escolar do município de Porto Alegre e identificar se é uma inovação social;</p>	<p>Tardiff e Harrison (2005)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto da cadeia curta de agricultores familiares reconhecido como uma inovação social; - 5 dimensões de inovação social identificadas, com grande parte dos seus elementos encontrados.
<p>Se a cadeia curta for uma inovação social, identificar em que estágio se encontra como tal</p>	<p>The Young Foundation (2014)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 5º estágio: implementação e sustentação.
<p>Verificar se há aspectos de tecnologia social presentes nessa cadeia curta</p>	<p>ITS (2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os aspectos de tecnologia social identificados.
<p>Identificar os aspectos de cadeia agroalimentar curta presentes nessa cadeia curta e como eles podem auxiliar o processo de inovação social e tecnologia social</p>	<p>Renting, Marsden e Banks (2003)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificada como uma cadeia agroalimentar curta por proximidade; - Características híbridas: regionais/artesanais e ecológicas/naturais; - Benefícios para diversos atores: produtores e cooperativas/associações, escolas e alunos, poder público e sociedade como um todo. Auxílio ao processo de inovação social e tecnologia social através desses benefícios.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS E LIMITAÇÕES DO PRESENTE ESTUDO

O estudo aqui apresentado contribui para aprofundar a análise dos conceitos de inovação social, tecnologia social e cadeias agroalimentares curtas em organizações da agricultura familiar, assim como o impacto que as políticas públicas exercem nesse contexto.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos mais aprofundados a respeito do funcionamento de cadeias curtas em atuação conjunta com o Estado, como uma nova forma de incentivo à produção de alimentos. Da mesma forma, seria interessante uma análise mais abrangente das cadeias curtas formadas para atender a demanda criada pela alimentação escolar para a agricultura familiar, com um escopo maior, visto que todos os municípios brasileiros estão inseridos nessa dinâmica.

A presente pesquisa apresenta como limitações a ela inerentes, as associadas à metodologia de estudo de caso utilizada, que não oferece a possibilidade de generalização dos seus resultados. Da mesma forma, a pesquisa aqui apresentada teve como limitante o baixo número de entrevistados, dadas as limitações de acesso aos produtores rurais. Sugere-se, então, a realização de estudos que busquem mais evidências numéricas das fontes pesquisadas, visando obter outros tipos de resultados e que ajudem a compreender melhor os fenômenos aqui analisados.

REFERÊNCIAS

- BACON, N. *et al.* **Transformers**. How local areas innovate to address changing social needs. National Endowment for Science, Technology and the Arts, London, 2008.
- BARNIER, M. **Renforcer le lien entre agriculteurs et consommateurs: plan d'action pour développer les circuits courts**. Ministère de L'agriculture et de la Pêche, 2009. Disponível em: <<http://agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/4p-CircuitsCourts.pdf>>. Acesso em 19 out. 2014.
- BOZZETO, Anelise. **Entrevista I**. [mai. 2014]. Entrevistador: Gabriel Borela Franzoni. Porto Alegre, 2014. 1 arquivo .mp3 (57 min.).
- BOWER, H. R. **Responsabilidades sociais dos homens de negócio**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1957.
- BRYMAN, A. **Quantity and quality in social research**. London: Routledge, 2000.
- CAULIER-GRICE, J. *et al.* Defining Social Innovation. In: **The Young Foundation Social Innovation Overview: A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe"** (TEPSIE), European Commission – 7th Framework Programme. Brussels: DG Research, 2012.
- CECANE/ UFRGS. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar Sul. **Agricultores familiares fornecendo produtos para alimentação escolar**. Porto Alegre, 2009.
- CHESBROUGH, H.W. **Open Innovation: The New Imperative for Creating And Profiting from Technology**, Harvard Business School Press, 2003.
- CHIFFOLEAU, Y. Les circuits courts de commercialisation des produits alimentaires biologiques. **RMT DévAB - AXE 1 - partenariats - fiche n° 2**, 2009. Disponível em: <http://www.devab.org/moodle/pluginfile.php/1371/mod_resource/content/1/Partenariat_Fiche2_circuits%20courts_MD.pdf>. Acesso em 19 out. 2014.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? Crises, 2003. Disponível em: <www.crisis.uqam.ca>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- COOMAFITT. Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas. Disponível em <<http://coomafitt.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- COOPAN. Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita. Disponível em <<http://www.coopanrs.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- CRESWELL, J. W. **Qualitative Inquiry and Research Design: choosing among five approaches**. 2 Ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.
- CRISES, Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010**. Quebec, 2010.

CROSSAN, M. M.; APAYDIN, M.. A multi-dimensional framework of Organizational Innovation: A systematic review of the literature. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, 2010.

CSI. Center for Social Innovation – Stanford Graduate School of Business. Disponível em: <<http://csi.gsb.stanford.edu/about-csi>>. Acesso em 13 mar. 2014.

DAGNINO, R. **Tecnologia apropriada: uma alternativa?** Dissertação (mestrado) – UnB, Departamento de Economia, Brasília, 1976.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social**. Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R. P. A tecnologia social no Brasil. In: **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. DAGNINO, R. P. (Org.) Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R; GOMES, E. **Sistema de inovação social para prefeituras**. In: Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação. Anais. São Paulo, 2000.

DECOOX, M. C.; PRÉVOST, S. Circuits courts: une valeur ajoutée pour les territoires. **Réseau Rural Français**, 2010. Disponível em: <http://www.reseaurural.fr/files/dossier_de_presse_circuits_courts.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

ECOCITRUS. Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí. Disponível em <<http://www.ecocitrus.com.br/>>. Acesso em 25 nov. 2014.

FBB – Fundação Banco do Brasil. **O que é tecnologia social**. Disponível em <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/tecnologia-social/>>. Acesso em 20 fev. 2014 (a).

FBB – Fundação Banco do Brasil. **Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social**. Disponível em <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/premio-fbb-de-tecnologia-social/>>. Acesso em 23 fev. 2014 (b).

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. **Prêmio Finep**. Disponível em <<http://premio.finep.gov.br/>>. Acesso em 24 fev. 2014.

FLEURY, S. **Programa de Estudos sobre a Esfera Pública – PEEP**, 2011. Disponível em <<http://ebape.fgv.br/pp/peep/apresentacao>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, R. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In. CADEIA CURTA DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável:**

Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Cadeia curta de Tecnologia Social (RTS), 2010.

GABOR, D. **Innovations: scientific, technological, and social**. New York: Oxford University Press, 1970.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLESPIE G., *et al.* Farmers' markets as keystones in rebuilding local and regional food systems. In. HINRICH C.C.; LYSON T.A. **Remaking the North American Food System. Strategies for sustainability**. Lincoln: Universty of Nebraska Press, p. 65-83, 2007.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, n. 19 p. 1-7, 2003.

HIGGINS, V.; DIBDEN, J.; COCKLIN, C. Building alternative agri-food networks: Certification, embeddedness and agri-environmental governance. **Journal of Rural Studies**, n. 24, p. 15–27, 2008.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Declaração das ONGs: ciência e tecnologia com inclusão social**, 2005. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/publicacoes/caderno/caderno-declaracao-das-ongs-ciencia-e-tecnologia-com-inclusao-social>>. Acesso em 28 abr. 2014.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Caderno tecnologia social: conhecimento e cidadania 1: tecnologia social**, 2007. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Caderno_Serie_C_onhecimento_e_Cidadania_-_Tecnologia_social_-_1.pdf>. Acesso em 10 mai. 2014.

KIRWAN, J. The interpersonal world of direct marketing: Examining conventions of quality at UK farmers' market. **Journal of Rural Studies**, vol. 22, p. 301-312, 2006.

KNEAFSEY, M. *et al.* **Short food supply chain and local food systems in the EU: a state of play of their socio-economic characteristics**. European Commission, 2013. Disponível em <http://agrilife.jrc.ec.europa.eu/documents/SFSCChainFinaleditedreport_001.pdf>. Acesso em 08 dez. 2014.

LIMA, T.; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, n. esp., v. 10, p. 37-45, 2007.

MAPA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/hotsite-indicadores/>> Acesso em 23 nov. 2014.

MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

MARSDEN T. Food matters and the matter of food: toward a new food governance? **Sociologia Ruralis**, vol. 40, p. 20-29, 2000.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

MARTINS, G.A. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MAURER, A. M. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, 2011.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>> Acesso em 10 mai. 2014. (a)

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Notícias APPELUL. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/associa%C3%A7%C3%A3o-vende-9-mil-quilos-de-peixe-pelo-programa-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>> Acesso em 29 dez. 2014. (b)

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <www.mds.gov.br/> Acesso em 10 mai. 2014.

MDS. Compra com Doação Simultânea. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-com-doacao-simultanea>> Acesso em 21 dez. 2014. (a)

MDS. Formação de Estoques. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa/modalidades/formacao-de-estoque>> Acesso em 23 dez. 2014. (b)

MDS/MDA/CONAB. Agricultura Familiar no Brasil. Disponível em: <www.fomentanacionalsebrae.com.br/2FdownloadDoc.php%3Fd%3DargDownload%26f%3DApresentacao_PAA_e_PNAE_-_Fomenta_2013.ppt> Acesso em 10 mai. 2014. (c)

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Notícias sobre COOPAN. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2218>>. Acesso em 25 dez. 2014.

MULGAN, G. et al. The process of social innovation. **Innovations**, Springer, p. 145-162, 2006.

MUMFORD, M. D. Social Innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, 2002.

NARVÁEZ, J. **Tecnologías apropiadas para el desarrollo sostenible**. Lima: Itacab, 1996.

NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. **Social Innovation**: blurring boundaries to reconfigure markets, Palgrave Macmillan, 2012.

OLIVEIRA, C.; BREDÁ-VÁZQUEZ, I. Creativity and Social Innovation: what can Urban Policies Learn from Sectoral Experiences? **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 36, n. 3, 2012.

- OLIVEIRA, N.; SILVA, T. N. Inovação Social e Tecnologias Sociais Sustentáveis em Relacionamento Intercooperativos: um Estudo Exploratório no CREDITAG-RO. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, n. 2, 2012.
- PLOEG, J. D. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 497-511, 2000.
- PLOEG, J. D. et al. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.40 n. 4, p. 391-407, 2000.
- PLANALTO. Presidência da República. Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>. Acesso em 03 fev. 2015.
- PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Chamada Pública 01/2014 – SMED**. Disponível em <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/chamadas-p-blicas-2014/chamada_publica_1_2014\(2\).pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/chamadas-p-blicas-2014/chamada_publica_1_2014(2).pdf)>. Acesso em 25 abr. 2014.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v. 35, p. 393–411, 2003.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA: estudos neolatinos**, v. 7, n. 2, 2005.
- ROMAN, C. et al. Agriculture de proximité, circuits courts: les territoires Aquitains s’impliquent: guide pour l’ action 2011. **Réseau Rural em Aquitaine**, 2011. Disponível em: <http://www.reseaurural.fr/files/contenus/3412/pqa-guide_circuits_courts_2011_bd-1.pdf>. Acesso em 19 out. 2014.
- RTS. Cadeia curta de Tecnologia Social. **Conceito de tecnologia social**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>> Acesso em: 15 jan. 2014 (a).
- RTS. Cadeia curta de Tecnologia Social. **Prêmio Finep – categoria Inovação Social**. Disponível em <<http://rts.org.br/noticias/destaque-4/premio-finep-2013-categoria-inovacao-social>>. Acesso em 20 abr. 2014 (b).
- SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 5 Ed. Harlow: Pearson, 2009.
- SCHUMACHER, E. F. **Lo pequeño es hermoso**. Madrid: Hermann Blume, 1990.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1912). **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Ed. Abril, Col. Os Economistas, 1985.
- SETOR DE NUTRIÇÃO/SMED. **Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre**. Disponível em <<http://setordenutricao.wordpress.com/contato/>>. Acesso em 20 mar. 2015.

SILVERMAN, D. **Interpretação de Dados Qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SLAPPENDEL, C. Perspectives on innovation in Organizations. **Organizational Studies**, n. 17, v. 107, 1996.

SMED. **Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre**. Disponível em < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p_secao=242>. Acesso em 29 abr. 2014.

SMF. Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre. **Edital de Pregão Físico N° 006/2014**. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/editalpf006-2014.pdf>. Acesso em 29 abr. 2014.

SCHOOL FOR SOCIAL ENTREPRENEURS. **Definição de Empreendedorismo Social**. Disponível em: < <http://www.the-sse.org/>>. Acesso em 18 mar. 2015.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Alternative food networking the south west of England: towards a new agrarian eco-economy? In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Between the local and global**: confronting complexity in the contemporary agri-food sector. Amsterdam, The Netherlands: Elsevier, p. 309- 333, 2006 (a).

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, n. 6, p. 181-199, 2006 (b).

STRAUSS, A.S.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

TARDIFF, C.; HARRISON, D. Complementary, convergence et transversalité: la conceptualization de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. **Cahiers du CRISES**. Quebec, 2005.

TAYLOR, J. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, n. 6, v. 6, p. 69-77, 1970.

THE YOUNG FOUNDATION. **Social Innovation Overview**: A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE). European Commission: 7th Framework Programme. Brussels: European Commission, DG Research, 2012.

THE YOUNG FOUNDATION. A Reflection on Strengthening Social Innovation in Colombia, 2014. Disponível em < http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2014/02/Six-Colombia-Report_Screen.pdf>. Acesso em 23 mai. 2014.

THOMAS, H. E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: OTTERLOO, Aldalice *et al.* **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília/DF: s.n, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

VENTURA, A.; GARCÍA, L.; ANDRADE, J. Tecnologias Sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento humano. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, 2012.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES

Questões propostas para entrevistas com os gestores das cooperativas/associações de agricultores familiares:

1 PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):

1.1 Cargo ou função na cooperativa: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Grau de escolaridade: _____

1.4 Ano em que se filiou à cooperativa: _____

2 INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO

2.1 Nome da organização: _____

2.2 Ano de fundação: _____

2.3 Número de integrantes: _____

2.4 Principais produtos produzidos: _____

2.5 Quantidade estimada de produção anual: _____

3 CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA/RELAÇÃO COM A CADEIA CURTA E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.1 Qual (is) é (são) a (s) finalidade da cooperativa? Explique.

3.2 Qual a destinação da produção da organização? Quais os principais mercados compradores da produção?

3.3 Qual a quantidade total e percentual da produção fornecida à alimentação escolar de Porto Alegre?

3.4 Como se estabeleceu a forma de trabalho da cooperativa na cadeia curta de fornecimento?

3.5 Como se dá a relação com as outras cooperativas pertencentes à cadeia curta? Existe algum tipo de parceria? Quais são as vantagens dessas parcerias?

3.6 Como os órgãos governamentais influenciaram na formação da cadeia curta?

3.7 Como é feita a escolha dos produtos que serão fornecidos à alimentação escolar? Existe alguma adaptação por parte da cooperativas para atender essa demanda?

3.8 A cooperativa participa de outros programas governamentais ou insitucionais?

3.9 Como são tomadas as decisões da organização?

3.10 Como é feita a gestão da organização?

3.11 Como são as relações entre os cooperados? Existe troca de experiência entre os cooperados?

4 DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL/ESTÁGIOS DE INOVAÇÃO SOCIAL/ASPECTOS DE TECNOLOGIA SOCIAL

4.1 Como se iniciou o processo de fornecimento à alimentação escolar de Porto Alegre?

4.2 Como era o contexto da cooperativa antes da entrada na cadeia curta de fornecimento à alimentação escolar de Porto Alegre?

4.3 Como se caracterizava a situação dos cooperados antes da formação da cadeia curta?

4.4 Na sua percepção, qual foi o impacto da entrada na cadeia curta na realidade da cooperativa?

4.5 Qual foi o impacto desse processo na vida dos produtores?

4.6 Qual é/foi o custo econômico para os cooperados participarem da cadeia curta? Qual o impacto gerado na sua renda? A margem de lucro dos produtores é maior ou menor em relação aos outros mercados explorados?

4.7 Quais os atores que participaram do início do processo de fornecimento? Quais eram os seus papéis?

4.8 Quais atores se destacaram na formação da cadeia curta? Por quê?

4.9 O processo de formação enfrentou alguma dificuldade? Explique.

4.10 Atualmente, quais são as principais dificuldades relacionadas à participação na cadeia curta?

4.11 Como a formação da cadeia curta foi vista pelos produtores e pela comunidade na qual está inserida?

4.12 Qual é o engajamento dos cooperados nesse processo? Eles são ouvidos nas tomadas de decisão em relação à cadeia curta? Existe uma dinâmica de disseminação do conhecimento e da experiência adquirida na participação na cadeia curta?

4.13 Como é feita a coordenação da participação dos cooperados nesse processo?

4.14 A entrada na cadeia curta gerou alguma mudança na relação dos cooperados?

- 4.15 Qual é a percepção dos cooperados quanto às atividades, relações e resultados da participação na cadeia curta de fornecimento da alimentação escolar de Porto Alegre?
- 4.17 Como a cadeia curta é vista por outras cooperativas? Você considera viável a entrada de outras cooperativas na cadeia curta? Quais seriam suas dificuldades?
- 4.18 Na sua visão, em que estágio se encontra a formação da cadeia curta de fornecimento e a participação da cooperativa nessa cadeia curta?
- 4.19 Ocorreu a disseminação da cadeia curta e de suas implicações para outros contextos? Como você a possibilidade de se formarem outras cadeia curtas para atender outros municípios? Explique.
- 4.20 A cooperativa faz parte ou tem interesse em ingressar em outras cadeias curtas de fornecimento à alimentação escolar de outros municípios, além de Porto Alegre?
- 4.21 O aspecto ambiental da participação na cadeia curta foi/é considerado em algum momento?

5 CARACTERÍSTICAS DE CADEIA AGROALIMENTAR CURTA

- 5.1 Como funciona a logística de fornecimento dos produtos à alimentação escolar? Existe alguma parceria com as outras cooperativas nessa logística?
- 5.2 Além da venda à alimentação escolar, os produtos produzidos são vendidos de outras formas?
- 5.3 Existe algum intermediário na venda à alimentação escolar?
- 5.4 Como é a relação com os outros atores (SMED, EMATER, escolas,etc) envolvidos no processo de fornecimento?
- 5.5 Eles são produtos típicos/tradicionais da localidade/região? São processados na propriedade rural?
- 5.6 Possuem alguma denominação de origem ou certificação de qualidade?
- 5.7 Quais as principais qualidades e diferenciais desses produtos? São orgânicos? Livres de OGM's?
- 5.8 Como essas características especiais ajudam e geram benefícios aos produtores? Existe algum benefício econômico, social ou ambiental à realidade destes?
- 5.9 Na sua opinião, quais as vantagens que os escolares obtêm ao consumir os produtos oriundos da agricultura familiar?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PRODUTORES RURAIS

Questões propostas para entrevistas com os produtores integrantes das cooperativas/associações de agricultores familiares:

1 PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):

1.1 Cooperativa: _____

1.2 Cargo ou função na cooperativa: _____

1.3 Idade: _____

1.4 Grau de escolaridade: _____

1.5 Ano em que se filiou à cooperativa: _____

4 DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL/ESTÁGIOS DE INOVAÇÃO SOCIAL/ASPECTOS DE TECNOLOGIA SOCIAL

4.1 Como se iniciou o processo de fornecimento à alimentação escolar de Porto Alegre?

4.2 Como era o contexto da cooperativa antes da entrada na cadeia curta de fornecimento à alimentação escolar de Porto Alegre?

4.3 Como se caracterizava a situação dos cooperados antes da formação da cadeia curta?

4.4 Na sua percepção, qual foi o impacto da entrada na cadeia curta na realidade da cooperativa?

4.5 Qual foi o impacto desse processo na vida dos produtores?

4.6 Qual é/foi o custo econômico para os cooperados participarem da cadeia curta? Qual o impacto gerado na sua renda? A margem de lucro dos produtores é maior ou menor em relação aos outros mercados explorados?

4.7 O processo de formação enfrentou alguma dificuldade? Explique.

4.8 Atualmente, quais são as principais dificuldades relacionadas à participação na cadeia curta?

4.9 Como a formação da cadeia curta foi vista pelos produtores e pela comunidade na qual está inserida?

- 4.10 Qual é o engajamento dos cooperados nesse processo? Eles são ouvidos nas tomadas de decisão em relação à cadeia curta? Existe uma dinâmica de disseminação do conhecimento e da experiência adquirida na participação na cadeia curta?
- 4.11 Como é feita a coordenação da participação dos cooperados nesse processo?
- 4.12 A entrada na cadeia curta gerou alguma mudança na relação dos cooperados?
- 4.13 Qual é a sua percepção quanto às atividades, relações e resultados da participação na cadeia curta de fornecimento da alimentação escolar de Porto Alegre?
- 4.14 Como a cadeia curta é vista por outras cooperativas?
- 4.15 Você considera viável a entrada de outras cooperativas na cadeia curta? Quais seriam suas dificuldades?
- 4.16 Na sua visão, em que estágio se encontra a formação da cadeia curta de fornecimento e a participação da cooperativa nessa cadeia curta?
- 4.17 O aspecto ambiental da participação na cadeia curta foi/é considerado em algum momento?

5 CARACTERÍSTICAS DE CADEIA AGROALIMENTAR CURTA

- 5.1 Como funciona a logística de fornecimento dos produtos à alimentação escolar? Existe alguma parceria com as outras cooperativas nessa logística?
- 5.2 Além da venda à alimentação escolar, os produtos produzidos são vendidos de outras formas?
- 5.3 Existe algum intermediário na venda à alimentação escolar?
- 5.4 Como é a relação com os outros atores (SMED, EMATER, escolas, etc) envolvidos no processo de fornecimento?
- 5.5 Eles são produtos típicos/tradicionais da localidade/região? São processados na propriedade rural?
- 5.6 Possuem alguma denominação de origem ou certificação de qualidade?
- 5.7 Quais as principais qualidades e diferenciais desses produtos? São orgânicos? Livres de OGM's?
- 5.8 Como essas características especiais ajudam e geram benefícios aos produtores? Existe algum benefício econômico, social ou ambiental à realidade destes?
- 5.9 Na sua opinião, quais as vantagens que os escolares obtêm ao consumir os produtos oriundos da agricultura familiar?

ANEXO A - Quantidade prevista de gêneros alimentícios perecíveis da agricultura familiar para a alimentação escolar do município de Porto Alegre, no período de março de 2014 até fevereiro de 2015.

PRODUTO	UNIDADE	TOTAL
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
Bolinho de polpa de peixe com aproximadamente 15 g. Congelado. Embalagem transparente, atóxica	KG	15000
Massa de polpa de peixe, congelada. Embalagem de 1 kg, transparente, atóxica.	KG	15000
Hambúrguer de polpa de peixe com aproximadamente 30g. Congelado. Embalagem transparente, atóxica.	KG	15000
Carne suína – vários cortes – pernil, carré, costela, sobre-paleta e paleta, embalado em sacos de polietileno transparente, com no máximo 10 microns, contendo no máximo 5kg	KG	27000
Carne suína moída, máximo de 7% de gordura. Embalagem de polietileno transparente, com no máximo 10 microns, contendo no máximo 5kg	KG	8000
Carne de gado moída, máximo de 10% de gordura. Embalagem de polietileno transparente, com no máximo 10 microns, contendo no máximo 5kg	KG	30000
iogurte com polpa de frutas, sabor morango. Garrafa plástica com 200ml. Refrigerado	Litro	20000
iogurte com polpa de frutas, sabor pêssego. Garrafa plástica com 1000ml. Refrigerado	Litro	20000
iogurte com polpa de frutas, sabor coco. Garrafa plástica com 1000ml. Refrigerado	Litro	30000
iogurte com polpa de frutas, sabor morango. Garrafa plástica com 1000ml. Refrigerado	Litro	30000
iogurte com polpa de frutas, sabor ameixa. Garrafa plástica com 1000ml. Refrigerado	Litro	5000
Mel de abelhas. Embalagem lacrada com no máximo 1kg.	KG	1000
Queijo prato fatiado. Embalagem plástica de 500g. Refrigerado	kg	1500
Ovos de granja, número 2, médios	Dz	50000
Ovos de granja, número 2, médios, orgânicos	Dz	50000
Peixe, filé de tilápia. Congelado, isento de espinhas e cartilagens, embalagem transparente, atóxica	KG	15000
Salsicha. Deve possuir cor característica, resfriada, embalada a vácuo, em sacos com no mínimo 1kg e no máximo 3kg	KG	8000
Doce de leite, sem amido ou amido modificado, sem xarope de glicose. Embalagem com 400g. Validade: 30 dias em temperatura ambiente.	KG	2000
PANIFÍCIOS		
Pão de Aipim, sem conservantes, constituído de farinha de trigo, açúcar, aipim, óleo de soja, ovos, fermento biológico e sal. Embalagens plásticas contendo 10 unidades de aproximadamente 0,1kg: Validade entre 3 e 5 dias na data de entrega.	KG	1000
Pão de Moranga, sem conservantes, constituído de farinha de trigo, açúcar, moranga, óleo de soja, ovos, fermento biológico e sal. Embalagens plásticas contendo 10 unidades de aproximadamente 0,1kg: Validade entre 3 e 5 dias na data de entrega.	KG	1000
Biscoito de amido de milho, sem conservantes. Embalagem plástica de 1kg, com rendimento médio de 50 biscoitos. Validade mínima de 20 dias a contar da data de entrega.	KG	1000
Bolacha de milho, sem conservantes. Embalagem plástica de 1kg, com rendimento médio de 50 biscoitos. Validade mínima de 20 dias a contar da data de entrega.	KG	1000
Bolacha de coco, sem conservantes. Embalagem plástica de 1kg, com rendimento médio de 50 biscoitos. Validade mínima de 20 dias a contar da data de entrega.	KG	1000
Bolacha de chocolate e mel, sem conservantes. Embalagem plástica de 1kg, com rendimento médio de 50 biscoitos. Validade mínima de 20 dias a contar da data de entrega.	KG	1000
NOZES		
Noz pecan sem casca, de boa qualidade e parcialmente íntegra. Embalagem de no máximo 400g de peso líquido. Validade mínima de 45 dias na entrega.	KG	200
HORTIFRUTIGRANJEIROS		
Abacate tamanho médio, sem ferimentos ou defeitos, em grau médio de amadurecimento.	KG	8000
Abacate tamanho médio, sem ferimentos ou defeitos, em grau médio de amadurecimento, orgânico.	KG	8000
Abacaxi fresco, graúdo, em grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade.	KG	3000
Abacaxi fresco, graúdo, em grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade, orgânico.	KG	3000
Abobrinha italiana, média (50 a 150g), firme, casca brilhante, sem furos, rachaduras ou manchas escuras, de primeira qualidade	KG	15000

PRODUTO	UNIDADE	TOTAL
Abobrinha italiana, média (50 a 150g), firme, casca brilhante, sem furos, rachaduras ou manchas escuras, de primeira qualidade, orgânica	KG	15000
Aipim novo, de primeira qualidade	KG	10400
Aipim novo, de primeira qualidade, orgânico	KG	10400
Aipim descascado e cortado em pedaços, congelado, com embalagem de 1kg	KG	10000
Aipim descascado e cortado em pedaços, congelado, com embalagem de 1kg, orgânico	KG	10000
Alecrim, molho, de primeira qualidade.	Molhos	1000
Alecrim, molho, de primeira qualidade, orgânico	Molhos	1000
Alface, repolhada, graúda, podada, tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	8600
Alface, repolhada, graúda, podada, tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânica.	KG	8600
Alho fêmea, graúdo, desenrestado, de primeira qualidade	KG	2000
Alho fêmea, graúdo, desenrestado, de primeira qualidade, orgânico.	KG	2000
Alho poró padrão médio, uniforme, de primeira qualidade, cilíndrico, com folhas verdes e firmes	KG	2000
Alho poró, padrão médio, uniforme, de primeira qualidade, cilíndrico, com folhas verdes e firmes, orgânico	KG	2000
Ameixa, graúda, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade		
Ameixa, graúda, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade, orgânica		
Banana prata/catarina de primeira qualidade, graúdas, em penca, frutos com 60 a 70% de maturação, com casca uniforme, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho.	KG	110000
Banana prata/catarina de primeira qualidade, graúdas, em penca, frutos com 60 a 70% de maturação, com casca uniforme, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, orgânica.	KG	110000
Batata doce, graúda, padrão uniforme, de primeira qualidade.	KG	13000
Batata doce, graúda, padrão uniforme, de primeira qualidade, orgânica.	KG	13000
Batata inglesa, graúda, padrão uniforme, de primeira qualidade.	KG	34200
Batata inglesa, graúda, padrão uniforme, de primeira qualidade, orgânica.	KG	34200
Beterraba, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade, sem folhas, sem ferimentos ou defeitos, sem terra aderida à superfície.	KG	16500
Beterraba, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade, sem folhas, sem ferimentos ou defeitos, sem terra aderida à superfície, orgânica.	KG	16500
Bergamota (tangerina), graúda, casca lisa, firme, sem ceder à pressão dos dedos, ponto certo de maturação.	Kg	30000
Bergamota (tangerina), graúda, casca lisa, firme, sem ceder à pressão dos dedos, ponto certo de maturação, orgânica	Kg	30000
Berinjela, graúda, de primeira qualidade.	Kg	10000
Berinjela, graúda, de primeira qualidade, orgânica	Kg	10000
Brócoli novo, firme e intacto, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	3300
Brócoli novo, firme e intacto, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânico.	KG	3300
Caqui chocolate, de primeira qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos ou de feitos.	Kg	18000
Caqui chocolate, de primeira qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos ou de feitos. Orgânico	Kg	18000
Carambola, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade.	Kg	5000
Carambola, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade, orgânico	Kg	5000
Cebola graúda, padrão uniforme, desenrestada, de primeira qualidade.	KG	57200
Cebola graúda, padrão uniforme, desenrestada, de primeira qualidade, orgânica.	KG	57200
Cenoura, nova, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade.	KG	20300
Cenoura, nova, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade, orgânica.	KG	20300
Chuchu tenro e fresco, sem brotos, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade.	KG	3000
Chuchu tenro e fresco, sem brotos, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade, orgânico.	KG	3000
Couve chinesa podada, tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	4100
Couve chinesa podada, tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânica.	KG	4100
Couve-flor nova, firme e intacta, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	5500

PRODUTO	UNIDADE	TOTAL
Couve-flor nova, firme e intacta, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânica.	KG	5500
Couve manteiga tenra e fresca, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso, com no mínimo de 10 folhas (molhos), de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	4800
Couve manteiga tenra e fresca, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso, com no mínimo de 10 folhas (molhos), de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânica.	KG	4800
Espinafre (molhos) tenro e fresco, isento de material terroso, coloração uniforme e sem manchas, de primeira qualidade.	KG	2000
Espinafre (molhos) tenro e fresco, isento de material terroso, coloração uniforme e sem manchas, de primeira qualidade, orgânico.	KG	2000
Kiwi nacional, tamanho médio, casca íntegra e polpa firme, grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade.	Kg	5000
Kiwi nacional, tamanho médio, casca íntegra e polpa firme, grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade, orgânico	KG	5000
Laranja da Baía (laranja de umbigo), inteira, firme, sem ceder à pressão dos dedos, casca lisa, ponto certo de maturação.	KG	2000
Laranja da Baía (laranja de umbigo), inteira, firme, sem ceder à pressão dos dedos, casca lisa, ponto certo de maturação, orgânica.	KG	2000
Laranja, tipo valência, graúda, da época, primeira qualidade, média de 6 peças por kg.	KG	60000
Laranja, tipo valência, graúda, da época, primeira qualidade, média de 6 peças por kg, orgânica.	KG	60000
Limão tahiti, casca lisa, grau médio de amadurecimento.	KG	1300
Limão tahiti, casca lisa, grau médio de amadurecimento, orgânico.	KG	1300
Maçã graúda, tipo Gala, nova, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, de primeira qualidade.	KG	70000
Maçã graúda, tipo Gala, nova, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, de primeira qualidade, orgânica.	KG	70000
Manjerição, em molhos, primeira qualidade	Molhos	1500
Manjerição, em molhos, primeira qualidade, orgânico	Molhos	1500
Manjerona, em molhos, primeira qualidade.	Molhos	3000
Manjerona, em molhos, primeira qualidade, orgânico	Molhos	3000
Mamão, tipo formosa, em grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, unidade com 03kg aproximadamente, de primeira qualidade.	KG	27000
Mamão, tipo formosa, em grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, unidade com 03kg aproximadamente, de primeira qualidade, orgânico.	KG	27000
Maracujá azedo, padrão médio e uniforme, maduro, de primeira qualidade.	KG	2000
Maracujá azedo, padrão médio e uniforme, maduro, de primeira qualidade, orgânico.	KG	2000
Melancia graúda, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, unidade com peso médio de 05kg, de primeira qualidade.	KG	7000
Melancia graúda, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, unidade com peso médio de 05kg, de primeira qualidade, orgânica.	KG	7000
Melão espanhol, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, unidade com peso médio de 1,5kg, de primeira qualidade.	KG	3000
Melão espanhol, casca lisa, sem fermentos ou defeitos, unidade com peso médio de 1,5kg, de primeira qualidade, orgânico.	KG	3000
Milho verde, em espiga, tenro e fresco, de primeira qualidade.	KG	8000
Milho verde, em espiga, tenro e fresco, de primeira qualidade, orgânico.	KG	8000
Moranga graúda, casca verde ou amarela, unidade com peso médio de 03kg, de primeira qualidade.	KG	18100
Moranga graúda, casca verde ou amarela, unidade com peso médio de 03kg, de primeira qualidade, orgânico.	KG	18100
Moranga cabotiá descascada e cortada e pedaços, congelada, com embalagem de 1kg	KG	10000
Moranga cabotiá descascada e cortada e pedaços, congelada, com embalagem de 1kg, orgânica	KG	10000
Morango de primeira qualidade, em grau médio de amadurecimento.	KG	4000
Morango de primeira qualidade, em grau médio de amadurecimento, orgânico.	KG	4000
Mostarda, escura, podada, tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	1500
Mostarda, escura, podada, tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânico	KG	1500
Nabo comprido, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade, sem folhas, sem fermentos ou defeitos, sem terra aderida à superfície	KG	8000
Nabo comprido, padrão médio e uniforme, de primeira qualidade, sem folhas, sem fermentos ou defeitos, sem terra aderida à superfície, orgânico	KG	8000
Pepino verde, padrão médio e uniforme, casca lisa, de primeira qualidade.	KG	5500

PRODUTO	UNIDADE	TOTAL
Pepino verde, padrão médio e uniforme, casca lisa, de primeira qualidade, orgânico.	KG	5500
Pêssego branco, graúdo, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade.	KG	8000
Pêssego branco, graúdo, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade, orgânico.	KG	8000
Pimentão verde, graúdo, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade.	KG	10000
Pimentão verde, graúdo, casca lisa, sem ferimentos ou defeitos, de primeira qualidade, orgânico.	KG	10000
Pinhão, de primeira qualidade.	KG	3000
Pinhão, de primeira qualidade, orgânico.	KG	3000
Rabanete (molhos), casca lisa, isento de material terroso, de primeira qualidade.	KG	3000
Rabanete (molhos), casca lisa, isento de material terroso, de primeira qualidade, orgânico.	KG	3000
Repolho verde graúdo, podado, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	22400
Repolho verde graúdo, podado, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânico.	KG	22400
Repolho roxo graúdo, podado, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	22400
Repolho roxo graúdo, podado, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânico.	KG	22400
Rúcula tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas.	KG	4900
Rúcula tenra e fresca, isenta de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, orgânica.	KG	4900
Sálvia, molho, 1ª qualidade	Molhos	3000
Sálvia, molho, 1ª qualidade, orgânico	Molhos	3000
Suco de tangerina concentrado, refrigerado, não fermentado, não alcoólico, sem açúcar e isento de conservantes e corantes, embalagem: garrafa plástica com 1 kg, rendimento de 7 litros por kg de produto. Prazo de validade mínimo 3 meses a contar da data de entrega, orgânico	Kg	10000
Tempero verde tenro e fresco, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, feixe com 6 molhos.	KG	3150
Tempero verde tenro e fresco, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas, feixe com 6 molhos, orgânico.	KG	3150
Tomate gaúcho, graúdo, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos, de primeira qualidade	Kg	20000
Tomate gaúcho, graúdo, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos, de primeira qualidade, orgânico	KG	50000
Tomate longa vida, graúdo, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos, de primeira qualidade	Kg	50000
Tomate longa vida, graúdo, grau médio de amadurecimento, casca lisa, sem ferimentos, de primeira qualidade, orgânico	Kg	50000
Uva preta, grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade.	KG	3000
Uva preta, grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade, orgânica.	KG	3000
Vagem verde, sem fio, coloração uniforme e sem manchas, de primeira qualidade.	KG	2000
Vagem verde, sem fio, coloração uniforme e sem manchas, de primeira qualidade, orgânica.	KG	2000

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2014).

ANEXO B - Gêneros alimentícios não perecíveis da agricultura familiar previstos para alimentação escolar do município de Porto Alegre, no período de março de 2014 até fevereiro de 2015.

PRODUTO	UNIDADE	TOTAL
Açúcar mascavo orgânico , com coloração própria e uniforme, em embalagem plástica transparente, lacrada e atóxica, de 1 KG, prazo de validade mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	Kg	10000
Açúcar mascavo, com coloração própria e uniforme, em embalagem plástica transparente, lacrada e atóxica, de 1 KG, prazo de validade mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	Kg	10000
Arroz parboilizado orgânico , beneficiado, longo, fino, tipo 1, pacote com 5 kg, com selo da ABIAP, prazo de validade mínimo 5 meses a contar da data de entrega.	Kg	150000
Arroz parboilizado, beneficiado, longo, fino, tipo 1, pacote com 5 kg, com selo da ABIAP, prazo de validade mínimo 5 meses a contar da data de entrega.	Kg	150000
Arroz integral, beneficiado, longo, pacote com 5kg. Prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega.	Kg	20000
Arroz integral, beneficiado, longo, pacote com 5kg. Prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega, orgânico.	Kg	20000
Arroz "quilombola" Oryza glaberrima, beneficiado. Prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega.	Kg	2000
Arroz "quilombola" Oryza glaberrima, beneficiado. Prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega, orgânico.	Kg	2000
Doce de frutas orgânico , vários sabores, balde com 1 ou 2 KG aprox. de peso líquido, lacrado. (Embalagem de transporte em papelão). Prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Kg	6000
Doce de frutas, vários sabores, balde com 1 ou 2 KG aprox. de peso líquido, lacrado. (Embalagem de transporte em papelão). Prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Kg	6000
Farinha de milho fina, pacote com 1kg, prazo de validade mínimo de 3 meses a contar da data de entrega.	Kg	2000
Farinha de trigo especial orgânica , pacote com 1 KG, prazo de validade mínimo 3 meses a contar da data de entrega.	Kg	30000
Farinha de trigo especial, pacote com 1 KG, prazo de validade mínimo 3 meses a contar da data de entrega.	Kg	30000
Farinha de trigo integral orgânica , pacotes de 1 Kg prazo de validade mínimo de 03 meses a contar da data da entrega.	Kg	4000
Farinha de trigo integral, pacotes de 1 Kg prazo de validade mínimo de 03 meses a contar da data da entrega.	Kg	4000
Feijão preto, tipo 1 orgânico , novo, primeira qualidade, pacote com 1 kg, prazo de validade mínimo 5 meses a contar da data de entrega.	Kg	70000
Feijão preto, tipo 1, novo, primeira qualidade, pacote com 1 kg, prazo de validade mínimo 5 meses a contar da data de entrega.	Kg	70000
Leite em pó integral instantâneo orgânico , embalagem metalizada de 1 kg.	Kg	80000
Leite em pó integral instantâneo, embalagem metalizada de 1 kg.	Kg	80000
Massa tipo alimentícia caseira com ovos orgânica , seca, tipo parafuso, pacote com 500g ou 1 KG (embalagem de transporte em papelão ou plástico resistente), prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Kg	15000
Massa tipo alimentícia caseira com ovos, seca, tipo parafuso, pacote com 500g ou 1 KG (embalagem de transporte em papelão ou plástico resistente), prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Kg	15000
Pêssego em calda orgânico , sem caroço, em metades e com aproximadamente 460g de peso líquido ou drenado por lata, prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Lata	2000
Pêssego em calda, sem caroço, em metades e com aproximadamente 460g de peso líquido ou drenado por lata, prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Lata	2000
Pêssego em calda orgânico , sem caroço, cortado cubos e com aproximadamente 2,5kg de peso líquido ou drenado por lata, prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Lata	500
Pêssego em calda, sem caroço, cortado cubos e com aproximadamente 2,5kg de peso líquido ou drenado por lata, prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Lata	500
Suco de uva integral, não adoçado, não fermentado, sem conservantes, com diluição mínima de duas partes de água para uma parte de suco. Prazo de validade mínimo de 12 meses na data de entrega. Embalagem atóxica de 1 a 2 litros.	Litros	1500
Suco de uva integral orgânico, não adoçado, não fermentado, sem conservantes, com diluição mínima de duas partes de água para uma parte de suco. Prazo de validade mínimo de 12 meses na data de entrega. Embalagem atóxica de 1 a 2 litros.	Litros	1500

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2014).

ANEXO C - Gêneros alimentícios da agricultura familiar previstos para alimentação escolar do município de Porto Alegre, no período de março de 2015 até junho de 2015.

GÊNEROS	Unidade	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Abobrinha	KG	2450	6600		
Aipim descascado	KG			2700	1300
Alface	KG	1400	1200		1400
Banana Prata	KG	12500	10300	11000	7400
Bergamota	KG				13500
Batata doce	KG				2000
Beterraba	KG	3300	2900	3500	
Cenoura	KG	3700	2100	3300	2400
Couve chinesa	KG	1650		1600	
Couve flor	KG				3700
Goiaba Orgânica	KG	6050	4000	4000	
Laranja	KG		10000	11800	
Limão	KG	760	600	600	750
Maçã	KG	7400	9000	10000	11800
Maracujá	KG	800			
Milho verde	KG	6700			
Moranga	KG				2800
Pepino	KG	2500			
Pimentão	KG	1100	900	850	800
Repolho roxo	KG	1650	1700	1800	
Tempero verde	KG	610	500	500	400
Tomate gaúcho	KG	9800	7600	7900	6700
Vagem	KG			1500	
Bolinho de peixe	KG	1200	1100	1000	800
Filé de peixe	KG	2810	2800	2900	3000
Carne suína com osso	KG	3000	4000	5000	4000
Iogurte	L		5000	5000	5000
Pão de forma	KG				
Pão massinha	KG	1200	1700		
Pão moranga ou aipim	KG			1700	1600
Suco tangerina	KG	630	1000	500	500
Arroz Parboilizado orgânico	KG	8000	12000	12000	12000
Arroz integral	KG	2000	1500	1500	1500
Leite em pó instantâneo	KG	5000	8000	7000	7000

Fonte: SMED/Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2015).